



**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**  
Instituto de Relações Internacionais

**Medo e Inferno em Pentecostes:  
O Voto Evangélico em Bolsonaro nas Eleições de 2018**

Lucas Dantas Souza

Monografia III

**Rio de Janeiro**  
**2021.2**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Lucas Dantas Souza

**Medo e Inferno em Pentecostes:  
O Voto Evangélico em Bolsonaro nas Eleições de 2018**

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Paulo Chamon

Rio de Janeiro  
2021.2

À minha família, em seu sentido mais abrangente.

## Agradecimentos

Não poderia deixar de começar os agradecimentos senão pela minha família. Agradeço a meus pais pelo exemplo de motivação e perseverança que sempre foram para mim. Tenho muito orgulho de ser filho de pessoas que fizeram de tudo para me criar e educar de forma honesta, digna e humana. São exemplos para mim de perseverança, de resistir às adversidades da vida, de continuar a seguir em frente embora tudo pareça turbulento; e, é claro, por serem exemplos de amor, seja por toda a luta que enfrentaram para me proporcionar uma boa condição, seja por me apoiarem e me amarem incondicionalmente.

Agradeço ao meu irmão, meu primeiro amigo da vida. Agradeço pelo amor, pelo carinho e pela amizade em todos os anos; por ter sempre sido um suporte quando eu precisei e, principalmente, por sempre ter me defendido e me apoiado nas mais diversas situações. Você é um presente e um exemplo para mim, e eu não poderia ter pedido alguém melhor como irmão.

Agradeço a todas as amigas que cultivei ao longo de todos esses anos escolares, seja Fundamental, Ensino Médio ou faculdade. No fundamental, agradeço a Lucas, à Lele e à Vick. No Ensino Médio, agradeço à Bruna, Gabi, Gabriel, Igor, JP, Rafael, Vitória e tantas outras amigas que passaram e me transformaram, me acrescentaram e me acolheram quando eu ainda não havia me acolhido.

Agradeço a meus amigos da faculdade, presentes da PUC. Agradeço a Carol, Catarina, Celeste, Cleyton, Daniela, Duda, Beth, Kendra, Mayara, Victoria, Yasmin por todos os momentos de surto e de alegria que passei nesses anos. Vocês são muito especiais para mim, e sou muito grato por ter conhecido vocês.

Quando olho para essa trajetória, preciso agradecer a algumas pessoas em especial. Sou muito grato por ter encontrado com Jubs, Nathy, Lucas e Rafa, amigos que foram fundamentais para meu dia a dia na PUC. Devo a vocês meus momentos de risada e de amadurecimento, de acolhimento e de amizade e amor que presenciei nesses anos. Vocês foram abrigo nos momentos mais difíceis, foram ouvidos quando desabafava e foram abraços quando precisei de acolhimento. Não poderia ser mais grato ao mundo por ter vocês.

Não poderia deixar de agradecer a Daniel, meu amigo que, em pouco tempo, conseguiu transformar minha vida. Foram inúmeras as vezes que pude contar com alguém que me entendia e me consolava, que me ouvia sem julgamentos e que me motivou nos momentos mais difíceis. Sua amizade me fortaleceu em um dos momentos mais delicados e turbulentos de minha vida. Pelos conforto quando eu chorei, pelos gritos quando eu triunfei e pelo fato de existir em minha vida, eu agradeço muito.

Por fim, e com certeza não menos importante, agradeço a todos os professores e funcionários do IRI e da PUC por tudo. Agradeço pela orientação e aconselhamento de Paulinho e pela ajuda de Gabrielle, Paula e Pablo com a Monografia, a qual tive o enorme prazer de fazer. Agradeço às ligas estudantis que participei (LAMAS, LCI e LPP) por todo o aprendizado que obtive, e ao MIRIN, projeto que tive o orgulho de ter participado.

Sou grato a tudo o que vivi nesses últimos anos e por cada momento que passei na PUC, minha segunda casa durante tanto tempo.

Obrigado.

Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele.

(Simone de Beauvoir)

## Resumo

A presente monografia objetiva analisar de que forma o voto de evangélicos em Bolsonaro nas eleições de 2018 – o qual chegou próximo ao patamar de 70% – teve como um de seus elementos principais o *medo*; mais especificamente, o medo da chamada “ideologia de gênero”. Nesse contexto, apropriando-me da teoria de Sara Ahmed sobre emoções, em que a autora afirma que estas se estabelecem a partir de relações entre sujeitos e objetos e seus contatos, que são influenciados por histórias passadas as quais circulam e grudam significantes à superfície de seus corpos, atribuindo significado a eles (como um objeto “amedrontador” ou “nojento”). A partir disso, delimitando o grupo “evangélicos” às denominações pentecostal e neopentecostal, disserto sobre a relação histórica desses grupos com uma concepção maniqueísta do mundo, a qual o divide em uma “guerra espiritual” entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Diabo, participando os fiéis desse conflito. Como observado, essa visão dicotômica do mundo influenciará a entrada dos evangélicos na política no período da Assembleia Constituinte, motivada, principalmente, por um medo do avanço de direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da Constituição. Esse medo se desenvolverá ao longo, principalmente, das gestões Lula e Dilma, e receberão a alcunha de “ideologia de gênero” por parte dos evangélicos, principalmente, após 2015. Bolsonaro, que ganhara popularidade como principal opositor ao projeto “Escola Sem Homofobia” (chamado pelo então deputado como “*kit-gay*”), emergirá como um contraponto moral e messiânico a essa ideologia de gênero, e aglutinará o apoio de evangélicos, principalmente, em torno do medo provocado por esse tema.

Palavras-chave: *Bolsonaro, ideologia de gênero, evangélicos, Pentecostalismo, Neopentecostalismo, direitos sexuais e reprodutivos, emoções, medo.*

## Abstract

This monograph aims to analyze how the vote of Evangelicals in Bolsonaro in the 2018 elections – which reached close to 70% – had *fear* as one of its main elements; more specifically, the fear of the so-called “gender ideology”. In this context, appropriating Sara Ahmed's theory on emotions, in which the author states that they are established from relationships between subjects and objects and their contacts, which are influenced by past stories that circulate and stick signifiers to the surface of their bodies, attributing meaning to them (as a “frightening” or “disgusting” object). In this regard, delimiting the “evangelical” group to the Pentecostal and neo-Pentecostal denominations, I dissert on the historical relationship of these groups with a Manichean conception of the world which divides it into a “spiritual war” between Good and Evil, between God and Devil, with the worshippers participating in this conflict. As noted, this dichotomous worldview will influence the entry of evangelicals into politics during the Constituent Assembly period, motivated, mainly, due to a fear of the advance of sexual and reproductive rights within the scope of the Constitution. This fear will develop during Lula and Dilma presidencies and will receive the nickname of “gender ideology” by evangelicals, especially after 2015. Bolsonaro, who had gained popularity as the main opponent of the project “School Without Homophobia” (called by the then deputy as “*kit-gay*”), will emerge as a moral and messianic counterpoint to this gender ideology, and will unite the support of evangelicals mostly around the fear provoked by this theme.

Palavras-chave: *Bolsonaro, gender ideology, evangelicals, Pentecostalism, neo-Pentecostalism, sexual and reproductive rights, emotion, fear.*

## Sumário

1. Introdução.....	9
2. Sobre Afetos e Emoções .....	19
2.1. Sobre a Circulação Econômica das Emoções.....	22
2.2. Sobre o Medo .....	28
2.3. Sobre a Emoção em Discursos.....	33
3. Os Evangélicos.....	37
3.1. Pentecostais .....	39
3.2. Neopentecostais .....	45
3.3. Sobre Amarrar o Diabo.....	48
4. Evangélicos e a Política: o Início da Tentação.....	60
4.1. Da Constituinte à Era Lula.....	62
4.2. Era Lula: Nos Jardins do Éden.....	69
4.3. Era Dilma I: o Purgatório .....	81
4.4. As Eleições de 2014: um Ensaio para 2018.....	88
5. A Estrada para o Inferno .....	94
5.1. Era Dilma II: a Queda de Lúcifer.....	97
5.2. Era Temer: o Toque das Trombetas.....	106
5.3. As Eleições de 2018: o Juízo Final .....	114
6. Conclusão: no Juízo Final.....	128
7. Bibliografia .....	132

## Lista de Abreviaturas e Siglas

BSH	Brasil Sem Homofobia
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ESH	Escola Sem Homofobia
ESP	Escola Sem Partido
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e mais.
MBL	Movimento Brasil Livre
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei / Partido Liberal
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal

# 1 Introdução

Tenho certeza de que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos.  
(Bolsonaro em discurso na Assembleia de Deus Vitória em Cristo)

No dia 28 de outubro de 2018, o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro é declarado o vencedor das eleições presidenciais e novo presidente da República, derrotando Fernando Haddad em mais de 10 milhões de votos. O resultado surpreende por diversos motivos. Primeiramente, Bolsonaro contava com pouquíssimo tempo de propaganda eleitoral na televisão, fator que fora, desde a redemocratização, um elemento crucial para a vitória nas urnas. Segundamente, Bolsonaro estava filiado a um partido muito pouco conhecido nacionalmente, que possuía apenas um parlamentar na Câmara dos Deputados, nenhum senador e pequena força eleitoral: o Partido Social Liberal, ou PSL – partido ao qual ele se desfilou posteriormente a fim de criar o seu próprio. Por fim, o resultado surpreende exatamente pela figura de Bolsonaro ser algo jamais visto na política nacional desde a redemocratização: uma figura autoritária de direita, que se referia ao Golpe de 64 como “a Revolução de 64” e que exalta militares e torturadores envolvidos no regime (NICOLAU, 2020, p. 11-14).

Parte de sua vitória pode ser explicada pelo apoio de um grupo em específico: os protestantes – mais especificamente, os evangélicos, que considero nessa monografia como grupos pentecostais e neopentecostais (o que será explicado à frente). De acordo com Nicolau (2020, p. 72-73) e Spyer (2020, p. 185), estima-se que cerca de 70% desse grupo tenha votado em Bolsonaro no segundo turno das eleições, dando-lhe uma vantagem de mais de 10 milhões de votos sobre Haddad, seu adversário do PT. Ainda, uma série de lideranças evangélicas – pastores, bispos etc. – não só anunciaram o voto no candidato como também participaram ativamente de sua campanha, defendendo-o para seus fiéis e, muitas vezes, participando com ele de comícios e cultos (AVELAR, 2021; DIP, 2018; LOPES, 2018; NICOLAU, 2020). Foi, portanto, um grupo de apoio basilar em sua vitória.

Bolsonaro é católico, embora tenha dado a entender, em sua campanha, “que pode ser, parecer ou se tornar evangélico” (ALMEIDA, 2019, p. 37). Tendo servido ao exército, a carreira política do capitão fora marcada por uma série de polêmicas decorrentes de suas falas, caracterizadas por grupos opositores como LBGTfobia, machismo, racismo, elitismo,

apologia à violência, à tortura, à ditadura e à intolerância política e religiosa<sup>1</sup>. Não apenas isso, com um discurso extremamente conservador em relação à moral e com uma posição agressiva e violenta em relação às instituições democráticas – ou “tudo isso que tá aí” –, Bolsonaro mostrou-se ser uma figura extremamente caricata e grosseira, utilizando de ofensas e de uma linguagem informal, chula e as vezes escatológica para se comunicar com eleitores, jornalistas, parlamentares, juízes ou qualquer pessoa ou instituição, nacional ou não, pública ou não (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Lembro-me de ter conhecido Bolsonaro a partir das eleições de 2014, quando seu rosto começa a circular em vídeos em que – na época deputado – ofendia parlamentares, minorias e jornalistas. Acompanhei, em grupos no Facebook, sua trajetória enquanto *meme*, que emergia em um caráter tanto cômico quanto heroico: suas frases e insultos provocavam risadas e admiração de adultos e jovens. Nesse ponto, Avelar (2021, p. 257-268) fala do papel da internet, e principalmente desses *memes*, para popularizar a imagem de Bolsonaro, transformando seu jeito excêntrico e escatológico em algo original e autêntico para esses primeiros admiradores. Aos poucos, a imagem do capitão foi ganhando um caráter heroico, o “Mito” emergia em cada vez mais páginas e *memes*, e crescia rapidamente em intenções de voto.

Assim como grande parte da grande mídia e de inúmeros pesquisadores, bem como uma multidão de brasileiros, a eleição de Bolsonaro me assustou e me trouxe *medo*. Espantou-me, ainda, o fato de 70% de evangélicos terem votado no capitão, um número tão alto para um candidato cujas relações com evangélicos parecia tão recente e crua, fingida e eleitoreira. No entanto, *parecia* recente. Uma curiosidade inicial sobre o assunto desaguou em uma verdadeira empreitada cronológica em busca das motivações que levaram os evangélicos, um grupo tão diverso, a votar de maneira quase homogênea em Bolsonaro.

Essa curiosidade, por sua vez, se misturou a uma verdadeira “terapia” que considero ter sido essa monografia, uma vez que, durante dez anos (dos meus dois a doze anos), fui membro ativo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e acompanhei as discussões internas entre os fiéis em grande parte dos eventos que foram aqui elencados. Junto a isso, quanto mais estudava sobre o pentecostalismo – vertente protestante que será dissecada mais adiante –, mais compreendia tudo o que eu havia aprendido e assimilado nos anos de igreja.

---

<sup>1</sup> Uma coletânea dessas declarações pode ser vista em: BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 01/12/2021.

Vejo que minha passagem pela igreja foi marcada por uma série de traumas, decorrentes de histórias sobre o inferno, sobre o Apocalipse, sobre o Juízo Final – cicatrizes que há muito me causaram *medo* quando estava em crescimento e seriam, agora, reabertas e estudadas, observadas tanto de longe quando de perto.

Iniciando uma primeira rodada de estudos, um dos principais pontos que notei ser constantemente mencionado pelos autores foi o apelo dos evangélicos à agenda moral, a uma série de temáticas que envolveriam a defesa de determinados valores considerados “cristãos” e sua imposição à sociedade a partir da ação política de grupos organizados, conhecidos popularmente como “bancada evangélica”. Nessa primeira vista, salta aos olhos, principalmente, decorrência de confrontos, geralmente, com ativistas feministas e LGBTQ+, em temas como aborto, criminalização da LGBTQfobia, casamento homoafetivo e outras temáticas relacionadas aos chamados “direitos sexuais e reprodutivos”, que discorrei mais sobre posteriormente.

Feito essa leitura inicial, e analisando discursos recentes de lideranças evangélicas (parlamentares ou não), vi que grande parte do apoio destas estava relacionado a essas pautas. Bolsonaro seria, como muito repetido, um salvador que iria livrar o país de demônios como a “ideologia de gênero”, termo pejorativo que serve como um “guarda-chuva conservador” para todas as pautas envolvendo direitos sexuais e reprodutivos, como explicarei posteriormente. Ao mesmo tempo, o nome do capitão se aglutinaria a um discurso de enfrentamento à luta de feministas e do movimento LGBTQ+, ou até mesmo da eliminação desses grupos.

[...] em setembro de 2018 [...], Luis Othavio Nunes, homossexual, gravou um vídeo na estação de metrô Sé, em São Paulo, registrando torcedores da Sociedade Esportiva Palmeiras entoando o canto: “Ô bicharada, toma cuidado: O Bolsonaro vai matar viado!”. Disponibilizado em redes sociais, o material audiovisual foi veiculado por diferentes portais de notícias. Conforme destacou Luis, o canto teria começado no encontro dos torcedores com um grupo de manifestantes, pró-Bolsonaro, que se dirigia à Avenida Paulista para um ato da campanha eleitoral (MENDONÇA; MENDONÇA, 2021, p. 2).

Em ato pró-Bolsonaro realizado em Recife (PE) neste domingo (23), apoiadores do militar cantaram: “Dou [...] pras feminista (sic), ração na tigela. As mina de direita são as top mais belas enquanto as de esquerda têm mais pelos que as cadelas<sup>2</sup>.”

---

<sup>2</sup> NEGRISOLI, L. "Pras feminista, ração na tigela", cantam apoiadores de Bolsonaro em ato. **Estado de Minas**, 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/23/interna\\_politica.991090/pras-feminista-racao-na-tigela-cantam-apoiadores-de-bolsonaro-em-ato.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/23/interna_politica.991090/pras-feminista-racao-na-tigela-cantam-apoiadores-de-bolsonaro-em-ato.shtml). Acesso em: 01/12/2021.

Creio que é muito difícil ser homossexual e não temer que o candidato com maiores chances de vencer está sendo enaltecido por sua postura hostil à população LGBT+, que é vista por seus apoiadores como um grito de bravura, um chamado para a ação: “Bolsonaro *vai matar viado*”, então *tome cuidado*. O linguajar é de medo: uma ameaça declarada à população LGBT+ – que aqui é resumida a “viado”. O mesmo pode ser dito às feministas, animalizadas e transformadas em “cadelas” – que também é um termo pejorativo em referência à liberdade sexual – e que receberiam “ração na tigela”.

No entanto, ao passo que esses cantos eram entoados de maneira ameaçadora e *amedrontadora*, outros discursos reafirmavam o voto em Bolsonaro por *medo*: medo por parte de pais que filhos “virem *gays*”, medo de que crianças sejam sexualizadas, medo da destruição da família por parte desses LGBT+s e feministas; tudo isso poderia ser depreendido da fala de fiéis e pastores apoiadores de Bolsonaro.

[...] os professores estão instruindo (os alunos): ‘olha, você tem direito de escolher ser menina se você é menino. Ou você, menina, pode escolher ser menino’. É isso que estamos vendo nas escolas” (Edir Macedo<sup>3</sup>).

Bolsonaro é a favor dos valores de família, é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer (Pastor Silas Malafaia<sup>4</sup>).

Uma enquete feita pela empresa de pesquisa Behup [com evangélicos] registrou expressões de apoio em frases como: – Que o Bolsonaro... não permita a aprovação de leis que sejam contra a moral e os valores cristãos. / – O PT defende legalizar o aborto [...]. Espero que o Bolsonaro, sendo eleito, não deixe mais que a opinião da minoria se sobreponha à da maioria. / – Espero que no governo dele acabe com essa história de ideologia de gênero nas escolas, para os nossos filhos não terem que aprender que ser menino ou menina é uma escolha (SPYER, 2020, p. 198).

Analisando esses discursos – e mais uma série de outros em paralelo –, duas perguntas principais surgiram em minha cabeça: (1) como essa pauta, da “ideologia de gênero”, alcançou esse espaço privilegiado no meio evangélico, a ponto de ser repetida e propagandeada por líderes e fiéis; e (2) como Bolsonaro, católico e com seu jeito escatológico e vulgar (visto em seus xingamentos e seu jeito agressivo e chulo) conseguiu se tornar um representante contrário a essa pauta.

---

<sup>3</sup> MACHADO; FRANCO, 2018.

<sup>4</sup> *Ibid.*

Inúmeros caminhos surgem a partir desse questionamento: poderíamos seguir uma rota em que esses temas são apenas a superfície de problemas mais amplos, como a segurança pública, tema caro para os brasileiros em um contexto de constante percepção de violência urbana na mentalidade nacional (PINHEIRO-MACHADO, 2019; SPYER, 2020); ou o combate à corrupção, que ganhou uma força muito grande após as manifestações de 2013 (AVELAR, 2021; BEZERRA; MOURA, 2021; PINHEIRO-MACHADO, 2019), e sua associação com a moralidade, com a luta do Bem contra o Mal, base do pensamento cristão (mais sobre na seção 3.3). Decidi, no entanto, seguir o caminho dos afetos, das emoções envolvidas no voto evangélico, principalmente quando falamos questões como sexualidade e gênero. Em particular, vendo esses discursos com um primeiro olhar superficial, quis entender *se e como* o medo estava presente neles. Seria o medo um dos componentes principais do voto evangélico? Se sim, por quê? Como ele chegou ali?

A escolha da associação entre medo e questões de gênero e sexualidade também foram impulsionadas por uma vontade pessoal, como dita anteriormente, de utilizar minha escrita de modo terapêutico. Ao longo de muitos anos, a temática da sexualidade sempre esteve aglutinada ao medo, ao pecado e, principalmente, ao inferno. Dissertar sobre o medo na comunidade evangélica foi, ao mesmo tempo, realizar uma autoanálise sobre esse tema para mim, e ao passo que ouvia as falas e vozes alarmantes de líderes e fiéis, eu entendia mais sobre todo o medo que moldou a superfície de meu corpo em relação a quem sou.

Dessa forma, Ahmed (2014), ao falar sobre as emoções, nos explica que essas possuem histórias, e são embebidas de uma narrativa anterior que são “acionadas” ao nos depararmos com, por exemplo, uma *ameaça*. Nesse sentido, se queremos entender como determinada emoção está presente em um discurso ou uma ação, uma forma de apreendermos isso seria analisando eventos e fenômenos que podem ter contribuído para que essa emoção se fixasse (ou grudasse, como diz Ahmed) a eles. Seria, portanto, contando uma história.

Assim, o objetivo dessa monografia é compreender **de que forma o medo esteve presente na formação de uma atmosfera que possibilitou a emergência de uma coletividade evangélica que vota massivamente em Bolsonaro**. Para tanto, considero como “coletividade evangélica” não a ideia de uma amálgama homogênea de fiéis os quais pensam e agem de forma igual, mas de um conjunto de pessoas que, em sua heterogeneidade, convergem em relação a uma temática em específico: a de direitos sexuais e reprodutivos, que

posteriormente ganharão a alcunha de “ideologia de gênero”. A fim de verificar essa convergência, analisarei discursos tanto de lideranças evangélicas quanto de fiéis, suas opiniões e ansiedades em relação a esse tema.

Para isso, primeiramente, apresentarei conceitos que serão fundamentais para essa monografia. Considero como “evangélico” o cristão adepto das denominações *pentecostal* e *neopentecostal*, bem como o foco dessa monografia se voltará para esses grupos. As razões para isso serão apontadas na seção 3, mas resumem-se à maior presença desse grupo tanto na sociedade brasileira quanto na política nacional.

Sobre os “direitos sexuais e reprodutivos”, é importante ressaltar que não os considero de maneira una, uma mesma “coisa”. Enquanto direitos sexuais se referem ao exercício da própria sexualidade, ao direito de ter uma vida sexual saudável e autônoma, os reprodutivos dizem respeito ao direito de decisão sobre seu corpo e a escolha de reproduzir ou não. Em ambos os casos, preconiza-se a formação de um ambiente social em que esses direitos sejam atendidos. Nesse sentido, Días, Cabral e Santos (2004) realizam um resumo sobre esses direitos,

Direitos sexuais, são direitos a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação. Incluem o direito: de viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos; de viver a sua sexualidade independente do estado civil, idade ou condição física; a escolher o/a parceiro/a sexual sem discriminações; e com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual se assim desejar; de viver a sexualidade livre de violência, discriminação e coerção, e com o respeito pleno pela integridade corporal do/a outro/a; praticar a sexualidade independente de penetração; a insistir sobre a prática do sexo seguro para prevenir gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS; à saúde sexual, o qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual.

Os direitos reprodutivos [...] se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência Incluem o direito: individual de mulheres e homens em decidir sobre se querem, ou não, ter filhos/as, em que momento de suas vidas e quantos/as filhos/as desejam ter; de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência; de homens e mulheres participarem com

iguais responsabilidades na criação dos/as filhos/as; a serviços de saúde pública de qualidade, e acessíveis, durante todas as etapas da vida; à adoção e ao tratamento para a infertilidade (DÍAZ; CABRAL; SANTOS, 2004, p. 9, formatação nossa).

Importante ressaltar a relação desses direitos com pautas dos movimentos feminista e LGBT+, os quais tem historicamente os defendido. Por outro lado, como veremos, determinados grupos conservadores enxergam esses direitos com hostilidade, transformando-os em ameaça para, por exemplo, a sobrevivência da família. As principais pautas que entrarão na mira desses grupos, como veremos, serão o aborto e direitos LGBT+. Elas serão articuladas em uma série de embates e controvérsias entre militantes feministas e LGBT+ e religiosos conservadores. Nesse contexto, o último conceito que utilizarei aqui é o de *pânico moral*, a transformação de determinadas pautas (como a supracitada) em uma ameaça, dotando-a de um caráter amedrontador.

Um pânico moral – conceito desenvolvido por Kenneth Thompson e utilizado por Vital e Lopes (2012, p. 148) – seria algo que é definido como um perigo para determinados valores ou interesses. Identificado esse perigo, este seria posteriormente interpretado de uma forma facilmente reconhecível pela mídia – ou seja, associado a categorias conhecidas pela população (geralmente preconceitos ou alarmismos). A partir disso, rapidamente se construiria uma preocupação pública em relação ao tema. Como veremos ao longo dessa monografia, em diversos momentos pautas feministas e LGBT+ serão vistas a partir das lentes do pânico moral, como uma ameaça, por exemplo, à família, à comunidade cristã, à infância etc.

Desse modo, enuncio a seguir como essa monografia será percorrida. Na seção 2, me debruçarei sobre a teoria de Sara Ahmed sobre as emoções, e utilizarei suas análises e perspectivas sobre o medo como norte para minhas investigações. Como será visto na seção 2.1, Ahmed (2014) considera as emoções a partir de relações, das relações que sujeitos e objetos estabelecem a partir de contatos, os quais são influenciados por histórias passadas que se fixam e grudam à superfície de seus corpos e atribuem significado a eles (“amedrontador”, “nojento” etc.). Nesse sentido, na seção 2.2, vejo como a autora disserta sobre como o medo, estabelecido por essas relações, influencia na expansão e na retração de corpos – ou seja, ao passo que determinados sujeitos engrandecem e se fortalecem com o medo, outros encolhem e recuam, diminuem o espaço que ocupam. A fim de verificar esses movimentos, utilizo de ferramentas proporcionadas pela análise de discurso para tal fim, as quais serão examinadas na seção 2.3.

No capítulo 3, analiso os “evangélicos” e delimito-os aos grupos pentecostal e neopentecostal, dissecando sobre as principais características dessas denominações, e observando seu histórico de surgimento e expansão no Brasil, o que será feito nas seções 3.1 e 3.2, respectivamente. Na seção 3.1, sigo a divisão realizada por Mariano (2014) em relação aos pentecostais, classificando-os como “pentecostais clássicos” (que surgem no início do século XX) e “deuteropentecostais” (os quais surgem na década de 50). Como será visto, apesar de haver distinções entre esses grupos, eles convergem por possuírem uma forte relação de assepsia e isolamento quanto ao “mundo”, tomando uma atitude mais sectária em para com a sociedade. Essa relação será modificada a partir do neopentecostalismo, que surge nos anos 70 e rapidamente se dissemina no Brasil, auxiliado por mídias como rádio e TV. Suas principais características são a liberalização dos costumes (sendo menos assépticos e sectários que os pentecostais), a Teologia da Prosperidade (doutrina que prega o enriquecimento pessoal e o bem-estar econômico como bênçãos divinas) e a Teologia do Domínio (que fala da guerra espiritual existente entre Deus e Diabo pelo controle do mundo e de almas). Por sua íntima relação com o medo, detalho as especificidades da Teologia do Domínio na seção 3.3, bem como suas influências no imaginário evangélico, o qual é muito influenciado por essa visão maniqueísta.

No capítulo 4, examino o histórico da participação evangélica na política nacional, focando, principalmente, na atuação e nos discursos de pastores, líderes e parlamentares evangélicos. As seções se desenvolverão de maneira cronológica, iniciando na Constituinte, período que marca a entrada desse grupo na política, até o fim do governo Lula e as eleições de 2010, momento que marca uma mudança na postura evangélica em relação ao PT e ao Congresso. Como será visto, evangélicos sairão do lema “crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão”, estruturando-se em um bloco coeso que, nomeado de “bancada evangélica”, futuramente formará, no primeiro governo Lula, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Observaremos na seção 4.1 que a entrada evangélica será marcada, desde o primeiro momento, por um temor de que pautas relacionadas à moral e a costumes sejam votadas sem sua presença, bem como um medo de uma possível dominância católica na Assembleia. Na seção 4.2, observaremos o avanço tanto da bancada evangélica quanto de movimentos LGBT+ e feministas, e os consequentes embates entre ambos os grupos em um contexto que, ainda, não era tão hostil. Esse cenário começará sua mudança com as eleições de 2010, quando o aborto se torna um dos temas principais e, com isso, diversas lideranças evangélicas,

antes apoiadoras de Dilma, direcionam o voto para Serra ou pressionam-na a se manter neutra sobre essa questão.

A seção 4.3 mostrará o escalonamento de tensões envolvendo a FPE e Dilma, especialmente em relação a políticas para a população LGBT+. Nesse sentido, o programa Escola Sem Homofobia (ESH) será objeto de grande controvérsia dentro e fora do Congresso, e uma “queda de braço” entre a bancada evangélica e a presidenta leva ao prejuízo desta última. Junto a isso, a seção analisará os impactos das Jornadas de Junho de 2013 na política nacional, entrando em consonância com autores que afirmam que esta foi um ponto de virada na política nacional e um marco para a futura ascensão de partidos e lideranças de direita e extrema-direita. A seção 4.4, por sua vez, falará das eleições de 2014, que evidenciam e influenciam a polarização política que marcará o Brasil até a eleição de Bolsonaro em 2018 (por isso, eu a considero como um ensaio para a polarização de 2018).

O capítulo 5 retrata o período que vai após as eleições de 2014 até as de 2018. Demarquei esse período em um capítulo à parte pois é a partir de 2015 que o vocábulo da “ideologia de gênero” será popularizado no meio evangélico, sendo reverberado por lideranças pentecostais com o objetivo de denunciar os “males” de projetos de direitos sexuais e reprodutivos. O resultado foi a reconfiguração desses direitos como algo “diabólico”, “maléfico”, que objetiva a destruição da família e da moral cristã. Nesse sentido, procurarei, nesse capítulo, focar mais em eventos que em projetos de lei e na política parlamentar, uma vez que se aproximam mais do cotidiano das pessoas ao se tornarem objetos de discussão pública fora do Congresso. Isso não significa, no entanto, que discursos de parlamentares e ações da FPE, por exemplo, não serão analisadas. Pelo contrário, há uma mútua influência entre o que ocorre dentro e fora das câmaras legislativas, e, dessa forma, um cenário geral que retrate esse embate será realizado.

Dessa maneira, a seção 5.1 discorrerá sobre o período que vai das eleições ao *impeachment* de Dilma, período em que a retórica da “ideologia de gênero” ganha força entre os evangélicos, resultando em um apoio massivo da FPE à deposição da presidenta. Na seção 5.2, veremos o avanço dessa retórica associado ao avanço de pautas conservadoras consideradas retrocessos a direitos sexuais e reprodutivos, bem como a mobilização da ideia de ideologia de gênero por membros da sociedade civil e movimentos sociais (como o Movimento Brasil Livre), durante o governo Temer. Finalmente, a seção 5.3 analisará as eleições de 2018, a qual se vê mobilizada pelo discurso da ideologia de gênero, da destruição

da família e, principalmente, do medo. A campanha de Bolsonaro se apossará de maneira grandiosa dessa retórica, junto às *fake news*, a fim de incrementar uma atmosfera de temor em relação à esquerda, às feministas e aos LGBT+s.

O capítulo 6, finalmente, conclui a jornada efetuada ao longo dessa monografia, reafirmando a relação de medo, formalizada após a redemocratização até a eleição de Bolsonaro, que evangélicos possuem com a ideologia de gênero, a qual fora uma das principais bandeiras articuladas pela campanha do capitão.

## 2 Sobre Afetos e Emoções

Na moderna separação científica entre razão e emoção, a segunda sempre foi preterida em detrimento da primeira. Desde a ascensão de filosofias positivistas e behavioristas nas diversas áreas do conhecimento na Idade Contemporânea, o entendimento de ciência que passou a vigorar e a sua conseqüente produção de conhecimento foram majoritariamente combativas a qualquer tentativa de conciliação entre esses dois lados, opondo – ou tentando opor – o que é subjetivo do que é objetivo; o parcial do neutro; o emocional do racional (LADYMAN, 2002, p. 148–152). Sobre o ramo da ciência política, por exemplo, Hoggett e Thompson afirmam:

Assumia-se que os sujeitos políticos eram atores essencialmente racionais, maximizando ativamente seus interesses estratégicos, mesmo quando às vezes constrangidos por suas limitadas habilidades de processamento de informações. Esse relato estranho e desequilibrado do sujeito político separa a cognição da emoção e a razão da paixão (HOGGETT; THOMPSON, 2012, p. 1, tradução nossa).

O mesmo processo de “racionalização” disciplinar aconteceu no campo das Relações Internacionais. O “nascimento” e crescimento da disciplina foi acompanhado por um intenso processo de dicotomização entre racionalidade e emoção, de modo que o primeiro seria considerado a atitude padrão (ou correta) de se analisar e fazer a política internacional. Como bem explica Hutchison (2018), o *mainstream* internacionalista via as emoções como obstáculos ao fazer científico; empecilhos os quais o pesquisador deveria controlar, isolar ou mitigar para que sua análise fosse ideal.

Na melhor das hipóteses, as emoções eram consideradas irrelevantes para a política. Na pior das hipóteses, pensava-se que as emoções prejudicavam ou impediam os julgamentos imparciais necessários para desenvolver políticas e resultados políticos eficazes. De qualquer forma, as emoções eram concebidas como fenômenos externos os quais os tomadores de decisão racionais deveriam tomar cuidado, controlar e, idealmente, eliminar. [...] A soma do pensamento tradicional era clara: as emoções tinham que ser retiradas do quadro político (HUTCHISON, 2018, tradução nossa).

Isso não quer dizer que as emoções eram totalmente ignoradas pelos teóricos das Relações Internacionais nesse primeiro momento, ou que estas *não estavam presentes* em seus discursos. Diversos pesquisadores nos mostram que emoções como o medo estavam presentes – mesmo que não explicitamente – nos discursos de autores clássicos como Morgenthau,

Waltz ou estudiosos da política externa que se baseavam no estudo das emoções via psicologia política<sup>5</sup>. A emoção era, no entanto, majoritariamente preterida e ofuscada – ou disfarçada, fantasiada de “razão” – em nome de uma abordagem a qual valorizava mais a racionalidade e considerava as emoções como um problema a ser controlado ou mitigado no momento de pesquisa e produção de conhecimento, como afirma Hutchison.

Dominantes e hegemônicas por cerca de meio século, essas teorias racionalistas começaram a perder sua força a partir da década de 1980, especialmente após outras correntes teóricas e filosóficas – como a virada linguística – ganharem relevância nas ciências sociais (HOGGETT; THOMPSON, 2012, p. 1). Concomitantemente, e de maneira inicialmente marginal, teorias pós-coloniais, feministas e *queer* questionavam essa segregação científica entre a razão e a emoção, e o conseqüente apagamento (ou tentativa de apagamento) dos afetos da produção de conhecimento. Haveria, como colocam essas teorias, uma hierarquização entre razão e emoção de maneira semelhante a hierarquizações branco/não-branco, homem/mulher, *gay*/hétero, e outros binarismos os quais objetivariam a inferiorização de uma categoria frente a outra (o que será melhor discutido na seção 2.1). Conseqüentemente, uma maior atenção às emoções emerge nos campos das ciências sociais, incluindo a ciência política e as Relações Internacionais.

Uma forma de interpretar esse movimento ascendente de busca ao afetivo foi encabeçada pela chamada *virada afetiva* nas ciências humanas. Essa interpretação, popularizada principalmente após o livro “*The Affective Turn: Theorizing the Social*” editado por Patricia T. Clough e Jean Halley (2007), observa que a década de 1990 marcou a consolidação de uma agenda de pesquisa baseada na conceptualização de afeto extraída de Gilles Deleuze e Baruch Spinoza. Nesse cenário, a virada afetiva definiria afeto como uma dimensão não tão consciente da sensação corpórea humana; uma versão ainda não “processada” e racionalizada pelo cérebro humano. Como explicam Hoggett e Thompson,

O afeto diz respeito à dimensão mais corporificada, informe e menos consciente do sentimento humano, enquanto a emoção diz respeito aos sentimentos que são mais

---

<sup>5</sup> Para exemplos de análises da presença de emoções no discurso de autores clássicos das Relações Internacionais, ver:

CRAWFORD, N. The passion of world politics: Propositions on emotion and emotional relationships. **International Security**, v. 24, n. 4, p. 116-156, 2000.

PASHAKHANLOU, A. H. **Realism and Fear in International Relations**: Morgenthau, Waltz and Mearsheimer Reconsidered. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

SOLOMON, T. Human nature and the limits of the self: Hans Morgenthau on love and power. **International Studies Review**, v. 14, n.2, p. 201-224, 2012.

conscientes, uma vez que estão mais ancorados em linguagem e significado (HOGGETT; THOMPSON, 2012, p. 2–3, tradução nossa).

Essa distinção entre afetos e emoções é, entretanto, contestada por autoras como Sara Ahmed. De acordo com a autora, é possível enxergar uma semelhança teórica entre essa diferenciação e diferenciações realizadas em torno da dicotomia razão e emoção enunciadas anteriormente. Sendo os afetos definidos como a versão menos consciente e mais informe do sentimento humano, entende-se que esta pode ser relacionada ao “corpo”, ao que ainda não possui linguagem ou significado – ou, como Ahmed coloca, ao que é impessoal, não-intencional, neutro, corpóreo. Por outro lado, as emoções seriam “mente”, o que fora conscientizado e dotado de significado – ou, ao que é pessoal, intencional, não-neutro, interpretativo (AHMED, 2014, P. 207). Nesse caso, os pesquisadores dessa virada privilegiariam os afetos por conta dessa impessoalidade e neutralidade presentes neles, as quais seriam essenciais para o fazer científico e para a produção de conhecimento nesse tema. De acordo com a autora, “a virada afetiva passou a privilegiar o afeto sobre a emoção como seu objeto, e um esforço considerável foi direcionado para fazer do afeto um objeto de estudo com limites claros, de modo que agora faz sentido falar de “estudos de afeto” (*ibid.*, tradução nossa).

Nesse contexto, Ahmed questiona esse retorno à separação mente-corpo simbolizada pela distinção afeto-emoção realizada pela virada afetiva. Como afirma, essa separação é a restituição de uma antiga hierarquização o qual inferioriza o que é interpretado como “não-racional” e o coloca como objeto de estudo, especialmente pelo fato de afeto ser teorizado como uma característica mais impessoal, não-intencional e, portanto, mais imparcial do que as emoções, as quais seriam dotadas de personalidade e intencionalidade (*ibid.*, p. 205-207). E como denuncia,

Um contraste entre um afeto impessoal móvel e uma emoção pessoal contida sugere que a distinção afeto/emoção pode operar como uma distinção de gênero. Pode até ser que o próprio uso desta distinção realize a evacuação de certos estilos de pensamento (podemos pensar em esses como estilos de pensamento “melindrosos”, incluindo o pensamento feminista e *queer*) dos estudos de afeto (AHMED, 2014, p. 207, tradução nossa).

Dessa forma, a separação afeto e emoção seria, novamente, a separação racional/emocional, separação que a própria virada afetiva afirmou ter superado, como afirma Michael Hardt (2007, p. IX-XII). Nesse sentido, seguirei a linha de raciocínio de Ahmed, a

qual reitera as obras de feministas, pós-colonialistas e teóricos *queer* que questionam essa divisão mente-corpo e razão-emoção e as posiciona como elementos indivisíveis, articulados e que se influenciam mutuamente. Dessa forma, nesta monografia, me juntarei à tendência crescente à análise dos afetos e emoções na política internacional tomando como recurso, linhagem ou afiliação a trajetória mais ampla resgatada por Ahmed. Com isso, não tratarei de realizar uma divisão entre afetos e emoções, tomando-os – tal como faz Ahmed – como uma amálgama una, impassível de ser separada. Assim, na próxima seção, voltarei minhas atenções para explicar a abordagem proposta por Ahmed quanto às emoções/aos afetos e suas implicações para esta pesquisa.

## 2.1. Sobre a Circulação Econômica das Emoções

O que as emoções fazem? É essa pergunta que Sara Ahmed procura responder em seu livro *The Cultural Politics of Emotion* (AHMED, 2014). Definindo as emoções como um fenômeno intimamente ligado à sensação de mudança corporal (sobre o que “sentimos”) e apropriando-se de textos de domínio público de países como Austrália, Reino Unido e EUA, a autora explora o papel das emoções na modulagem da “superfície” de corpos individuais e coletivos, ou seja, como as emoções são parte fundamental da forma como entendemos e estabelecemos relações com outros objetos<sup>6</sup> e com o mundo. Nessa seção, explicarei como Ahmed vê como isso ocorre.

A fim de entendermos essa relação do sujeito em relação aos objetos, é importante compreendermos que sua filosofia se baseia muito nas ideias da *fenomenologia*. Ao contrário de tradições epistemológicas que acreditam que nós entramos em contato com o mundo porque este existe objetivamente e nós o compreendemos a partir de nossa razão ou nossos sentidos, a fenomenologia entende que nós fazemos sentido desse mundo *porque* ele não existe objetivamente para nós. É a partir de nossos sentidos e emoções que começamos a fazer sentido do mundo, como o que é um animal ou uma planta, o que seria uma ameaça para nossa existência ou o que seria considerado uma obra de arte para nós. Como bem explicado por Gallagher (2012),

Nosso único acesso ao modo como as coisas são na realidade (e até mesmo à própria ideia de que existem coisas na realidade; mesmo à própria ideia de que há algo que

---

<sup>6</sup> Importante ressaltar que, na teoria de Ahmed, “objeto” se refere àquilo que “recebe” ou “é afetado” pela ação, definição que é muito utilizada na Gramática, por exemplo.

chamamos de “realidade”) é por meio da consciência. A fenomenologia entende isso como um fato significativo: a pessoa que abre os olhos e vê o mundo, o vê e tem conhecimento dele conscientemente. Isso se aplica tanto à pessoa na rua quanto à cientista no laboratório. Mesmo que a cientista esteja usando equipamentos sofisticados para compreender e medir processos físicos, seu conhecimento desses processos vem por meio de sua consciência deles (GALLAGHER, 2012, p. 8, tradução nossa).

O exemplo do urso, usado por Ahmed, explica melhor essa ideia: em um primeiro encontro de uma criança com um urso, o lugar-comum nos diz que a reação da criança será, majoritariamente, de medo – que ela saia correndo. Seria esse medo derivado exclusivamente do fato do urso ser *objetivamente* amedrontador, uma essência carregada pelo animal que faz com a criança *instintivamente* corra do urso; ou seriam histórias passadas, a forma como o primeiro encontro ocorre, as concepções culturais presentes naquele ambiente do que é considerado amedrontador e muitos outros fatores que estabelecem uma relação de “medo” da criança com o urso? Para a autora, a resposta está nessa segunda suposição (AHMED, 2014, p. 6–7). Como ela afirma:

Temos uma imagem do urso como um animal a ser temido, como uma imagem moldada por histórias e memórias culturais. Quando encontramos o urso, já temos a impressão dos riscos do encontro, como uma impressão que se sente na superfície da pele. Esse conhecimento é corporal, certamente: a criança pode não precisar de tempo para pensar antes de fugir. Mas o “imediatismo” da reação não é em si um sinal de falta de reflexão. Não é que o urso *seja* amedrontador, “por conta própria”, por assim dizer. É assustador *para* alguém. Portanto, o medo não está na criança, muito menos no urso, mas é uma questão de como a criança e o urso entram em contato. Esse contato é moldado por histórias de contato passadas, indisponíveis no presente, que permitem que o urso seja apreendido como temível. Apesar disso, a história não leva inevitavelmente ao mesmo final. Outra criança, outro urso e podemos até ter outra história (*ibid.*, p. 7, grifo original, tradução nossa).

O que vemos, a partir do exemplo do urso, é que o sentido atribuído pela criança ao urso parte de uma série de fatores que consideram histórias passadas, concepções culturais e o próprio momento de contato com o urso<sup>7</sup>. Nesse contexto, vemos que o urso não seria *objetivamente* amedrontador, e nem a reação da criança *totalmente instintiva* e automática, sem qualquer tipo de reflexão – uma reação *objetiva* a um objeto *objetivamente* temeroso. O

---

<sup>7</sup> Uma forma de perceber esse contexto do encontro seria pensando em uma situação diferente, onde esse primeiro encontro da criança com um urso se dá assistindo um desenho animado em que o urso é um animal dócil; ou em um zoológico, com um urso que fora “adestrado”, cuidado por especialistas e acompanhado por uma série de pessoas, as quais afirmam à criança que o animal é inofensivo, dócil e passível de carinho.

medo não estaria, portanto, “contido” nem na figura do urso, nem na figura da criança. É nesse sentido que a autora afirma que as emoções são **relacionais**, são reações e relações de aproximação e afastamento entre um sujeito e um objeto, aos quais são atribuídos essas emoções por meio dessa relação (2014, p. 9–12). Como afirma,

As emoções são relacionais: envolvem (re)ações ou relações de "aproximação" ou "distanciamento" em relação a tais objetos. O urso torna-se o objeto em ambos os sentidos: temos um contato com um objeto e uma orientação a esse objeto. Para ser mais específica, a "relação" do medo envolve uma leitura do contato: a criança lê esse contato como perigoso, o que envolve tomar o urso como assustador. Podemos notar também que a 'leitura' identifica então o urso como a causa do sentimento. A criança torna-se amedrontada, e o urso torna-se amedrontador: a atribuição de sentimento a um objeto (sinto medo porque você é temível) é um efeito do encontro, que afasta o sujeito do objeto. As emoções envolvem essas formas afetivas de reorientação (*ibid.*, p. 8, tradução nossa).

Nesse cenário, Ahmed afirma que, pelo fato de as emoções dependerem de contextos, formas de encontros e histórias e culturas que existem anteriormente ao encontro sujeito-objeto, pode-se afirmar que essas emoções “circulam” ao nosso redor, encontrando objetos aos quais podem se “prender” (“*to stick*” como a autora fala). É por conta desse caráter circulatório desses afetos que Ahmed afirma que estes funcionariam como uma economia, uma *economia de afetos* que, por sua vez, atribui determinados valores e significados a determinados sujeitos e objetos. O sentido de “economia” aqui deriva primordialmente do marxismo: da mesma forma que mercadorias circulam e acumulam valor de maneira fetichista (como se essas mercadorias tivessem um valor intrínseco em si mesmas, ignorando os processos de produção e acumulação de valor pelas cadeias produtivas), Ahmed afirma que as emoções adquirem esse fetichismo ao serem atribuídas a objetos e “grudarem” neles ao longo do tempo, adquirindo esse valor emocional. Dessa forma, “emoções tornam-se ‘fetiches’, qualidades que parecem residir em objetos apenas a partir de um apagamento da história de sua produção e circulação” (*ibid.*, p. 11, tradução nossa). É isso que faz com que digamos que o urso “dá medo”, que é intrinsecamente amedrontador, esquecendo a série de encontros passados que nos fizeram associar esse animal com a emoção “medo”.

Quando analisamos essa teoria, vemos que as emoções passam a ter uma relevância maior para a produção de conhecimento e para o “fazer científico” – que são meios de compreensão do mundo a nossa volta. Diz-se “passam a ter” pois, como explicado anteriormente, por muito tempo a tradição filosófica ocidental segregou e hierarquizou a razão

da emoção; o que é considerado conhecimento científico, neutro e “sério” do que é considerado emotivo, parcial e, por conta disso, anticientífico, inferior e “atrasado” intelectualmente. Como observa, essa hierarquização serviu como justificativa para hierarquizar-se determinados grupos em detrimento de outros: homens brancos, por exemplo, sempre foram considerados como racionais, que não deixam a emoção subir à cabeça e dominar seus corpos. Nesse mesmo cenário, a narrativa é que mulheres e pessoas não-brancas seriam emocionais demais, que suas reações seriam animalizadas e exacerbadas, dignas de indivíduos atrasados evolutivamente. Ela cita Norbert Elias, que afirma que “a história da evolução é narrada não apenas como a história do triunfo da razão, mas como a habilidade de controlar emoções, e de sentir as emoções “apropriadas” nos diferentes tempos e espaços (ELIAS, 1978 *apud* AHMED, 2014, p. 3). Grupos não-brancos e mulheres, nesse cenário, não teriam a habilidade evolutiva de controlar as emoções, algo dado apenas aos homens brancos.

O contra-argumento de Ahmed, que também é a motivação inicial dela de escrita, é que há uma forte narrativa emocional envolvida nesse discurso evolutivo de triunfo da razão. Há, de acordo com ela, um enorme sentimentalismo na classificação de determinados seres como superiores intelectualmente e evolutivamente e outros como inferiores. Na verdade, o que ela observa é que muitas das reações emocionais desses grupos “racionalistas” são justificadas a partir de *outras emoções*, que seriam aceitáveis de serem demonstradas. Um grupo supremacista branco, por exemplo, justifica seu racismo e xenofobia como “amor” à nação (como a autora mostra no Capítulo 2). Nesse sentido, seu questionamento se torna: a quem é permitido ter emoções? (*ibid.*, p. 3-4).

Anteriormente nesse texto, utilizei os termos “sujeito” e “objeto” de maneira invariável e indiferente, como se as relações e reações emocionais estabelecidas em encontros pudessem ser traduzidas em um agente ativo (o sujeito), que “produziria” a emoção; e um agente passivo (o objeto), que “receberia” essa emoção. Para Ahmed, no entanto, sujeitos e objetos coexistem nessas relações: o urso pode se assustar com a reação da criança, bem como uma pessoa negra pode ficar com medo ao perceber que uma criança está com medo dela<sup>8</sup>. Ambos seriam, dessa maneira, simultaneamente sujeito e objeto.

Apesar dessa simultaneidade, entretanto, a autora, motivada pela pergunta “quem pode ter emoções”, afirma que essa economia de afetos acaba constituindo alguns objetos de maneira “grudenta”: seriam objetos que receberiam mais significantes, mais valor emocional

---

<sup>8</sup> Referência ao relato do psicanalista Franz Fanon, analisado por Ahmed. No caso, observa-se uma criança afirmando a sua mãe que está com medo de uma pessoa negra (AHMED, 2014, p. 62).

e adquiririam essa faceta fetichista nessa economia. Ninguém sabe de onde saiu a ideia de que o urso é amedrontador; é um valor emocional anterior e maior que ele, (*ibid.*, p. 4-10). Isso permitirá, por fim, que o objeto (como o “urso”) seja constituído por nós a partir dessas características apreendidas por essa economia de afetos.

A existência desses objetos “grudentos”, como visto, dependeria de fatores como as histórias passadas anteriores ao encontro, a forma como o encontro ocorre, o ambiente sociocultural do encontro e o encontro em si. Nesse sentido, esse grude se refere à construção de objetos, individuais ou coletivos, os quais adquirem o valor emocional por meio da *repetição* desse valor emocional por parte de sujeitos, também individuais ou coletivos. Mesmo sem nunca ter visto um urso, a criança pode, por meio de contos ou relatos ou outras mídias, ter apreendido que urso significa medo, que o animal é perigoso. Nesse sentido, ela cita Judith Butler a fim de entender como alguns objetos se tornam “grudentos”, que afirma que “é através da repetição de normas que os mundos se materializam, e que 'limite, fixidez e superfície' são produzidos” (BUTLER, 1993 *apud* AHMED, 2014, p. 12). Normas, padrões de comportamento e representação, símbolos e narrativas; tudo isso, repetido no cotidiano de sociedades, transformaria alguns objetos em grudentos, permitindo que mais e mais valor emocional seja colado a eles.

Dessa maneira, sendo o livro chamado “A Política Cultural da Emoção, o objetivo político de Ahmed com sua obra, como demonstrado pela pergunta “a quem é permitido ter emoções?”, é analisar os efeitos que essa economia de afetos causa na política nacional e internacional. Mais ainda, partindo do ponto que esses afetos geram relações e reações de aproximação e distanciamento – de me direcionar *ao* objeto ou *contra* o objeto –, a autora observa como essa economia influencia na *movimentação* de corpos dentro e fora das unidades políticas, dentro e fora do Estado-nação (*ibid.*, p. 11).

Essa movimentação, claro, não ocorre de maneira padronizada nem mesmo semelhante em todos os corpos. A pergunta “a quem é permitido ter emoções?” nos provoca a pensar dessa forma. Se emoções são efeitos de histórias de contato e impressão que são fetichizadas, então a pergunta “a quem é permitido ter emoções?” é uma pergunta sobre quais tipos de contatos são validados e quais não são, que tipos de interações são sustentadas socialmente e quais são apagadas. Dessa forma, apenas alguns corpos conseguiriam ter suas emoções validadas, e apenas algumas emoções – que permitiriam triunfo e cultivo na razão – seriam benéficas de serem sentidas pelo corpo (*ibid.*, 3-4).

Nesse sentido, Ahmed explica o papel que as emoções possuem no estabelecimento de relações de distanciamento e aproximação entre determinados sujeitos com o Estado-nação, ou seja, de identificação ou desconhecimento em relação a ele. O exemplo da autora seria da associação do Estado como uma figura forte, não-emotiva ou masculina. Como mostra Ahmed no início da Introdução a partir de uma propaganda xenofóbica de um partido britânico de extrema-direita, a ideia de uma nação “boazinha”, que aceita o “enxame” de imigrantes que entram no Reino Unido para usufruir dos benefícios e “confortos” do país é vista com repúdio e indignação, com o objetivo de instigar uma revolta no “pagador de impostos”. Aqui, vemos uma aproximação desse “pagador de impostos” – no caso, o britânico não-imigrante – com o Estado-nação, e um distanciamento deste último para com imigrantes, os quais são caracterizados de maneira pejorativa. Como afirma a autora, aqui vemos uma série de ansiedades em ser uma nação que “aceita imigrantes”, que seria associada a emoções (como amor e bondade) que não deveriam ser sentidas pelo Estado-nação.

O risco de ser um 'toque suave' para a nação, e para o sujeito nacional, não é apenas o risco de se tornar feminino, mas também de se tornar 'menos branco', ao permitir que aqueles que são reconhecidos como racialmente outros penetrem na superfície do corpo. Dentro de tal narrativa, tornar-se menos branco envolveria retroceder no tempo, de modo que alguém viria a se assemelhar a uma forma mais primitiva de vida social, ou a uma 'condição inferior e animal' (*ibid.*, p. 3, tradução nossa).

Ressalta-se que nem sempre a nação é associada ao masculino e ao racional. Substantivo feminino, a nação também pode ser figurada no feminino como uma mãe protetora, acolhedora, mas também como uma donzela em perigo, como uma mulher sob o risco de ser ameaçada e violada<sup>9</sup>. Nesse sentido, o Estado-nação, bem como sujeitos e objetos, assume uma identidade e um significado a depender do discurso mobilizado e da relação estabelecida. No caso do partido de extrema-direita, mobiliza-se a necessidade de não parecer “dócil” (ou *soft*, no original), feminilizado e, dessa forma, emocional, não-racional.

A docilidade é narrada como uma tendência a lesões. [...] a “emoção” tem sido vista como “abaixo” das faculdades de pensamento e razão. Ser emocional é ter seu julgamento afetado: é ser reativo ao invés de ativo, dependente ao invés de autônomo (*ibid.*, p. 3)

Ironicamente, a narrativa do partido é extremamente emocional, inclusive para os “padrões de racionalidade” tão desenvolvidos pela filosofia ocidental. Aqui, conseguimos observar melhor o que Ahmed diz com “a quem é permitido ter emoções”, que é ao mesmo

<sup>9</sup> Sobre isso, ver PETERSON, 1999.

tempo a quem a propaganda provavelmente se direciona (nesse caso, bretões não-imigrantes). A propaganda finaliza avisando que as benesses e o conforto dado aos imigrantes é paga por “VOCÊ: o pagador de impostos”. O “você” não se trata de qualquer pagador de impostos – afinal, não seria o imigrante um pagador de impostos também? –, mas ao sujeito bretão “nativo”, não-imigrante. Há, dessa maneira, uma confluência aqui: gruda-se esse sujeito ao Estado-nação, sendo ele quem deveria se incomodar com esses enxames migratórios; ao mesmo tempo que esses dois se aproximam, eles se distanciam do imigrante, do *outro* que deve ser contido, neutralizado, a fim de manter a superfície dos seus corpos intacta. Enfim, a vida do Estado-nação, que representa a vida desse sujeito, se torna uma ameaça para ambos (*ibid.*, p. 12).

O que vemos, portanto, é que as emoções, em seu caráter econômico e circulatório, reproduzem lógicas binárias de *eu* e *outro* as quais possibilitam que determinadas características “se grudem” a determinados objetos – como o “urso amedrontador” ou o “imigrante perigoso”, e que isso influenciaria a movimentação dos indivíduos dentro do Estado-nação. Como esta seria influenciada? A fim de refletir sobre essa questão, e em sintonia com os objetivos dessa monografia, uma análise sobre as políticas afetivas do *medo* nos é muito útil.

## 2.2. Sobre o Medo

[...] há, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas.

(Mia Couto, em discurso proferido na Conferência do Estoril, 2011)

O que nos deixa com medo? Quem tem medo do que? E mais importante, como o medo modifica nossa movimentação no Estado-nação? É sobre essas perguntas que Ahmed reflete no capítulo “*The Affective Politics of Fear*” (AHMED, 2014). A fim de iniciar a reflexão, Ahmed conta com um relato de Fanon sobre seu encontro com uma criança branca, a qual, apontando seu dedo para ele, afirmou estar com medo – “Mãe, olhe o negro! Estou com medo!” (FANON, 1986 *apud* AHMED, 2014, p. 62). Assim como no exemplo da criança que foge do urso “amedrontador”, Ahmed afirma que há um costume de caracterizarmos objetos os quais estabelecemos uma relação de medo como *amedrontadores*, como se o medo fosse uma característica inerente ao objeto, e não um produto de uma economia afetiva que marca determinados corpos como amedrontadores. Ahmed, nesse sentido, busca mostrar

como o medo, bem como as outras emoções, também é um produto de encontros estabelecidos entre corpos, e que é influenciado por histórias, culturas etc.

Por que, no entanto, sentimos medo? Para Ahmed, o medo seria uma interpretação de ameaça imediata ou a caminho, uma *antecipação* de uma possível situação de lesão ou injúria. Como afirma, o “medo nos projeta do presente para um futuro. Mas o sentimento de medo nos pressiona para esse futuro como uma experiência corporal intensa no presente” (AHMED, 2014, p. 65), sendo por isso que nosso corpo reagiria a essa antecipação com aceleração cardíaca, suor e calafrios etc. Aqui, a autora estabelece uma distinção do medo para a ansiedade: enquanto o primeiro se baseia na existência de um objeto de medo *que se aproxima*, que aparenta estar próximo, o segundo seria *uma forma de se olhar para os objetos*, uma abordagem subjetivo para o mundo constituído ao seu redor. Na ansiedade, diz Ahmed, a mente direciona seu foco rapidamente e para diferentes situações e objetos, e essa movimentação intensifica ainda mais seu estado ansioso (*ibid.*, p. 64-68).

Junto a isso, a autora define que o medo é sentido, principalmente, na superfície dos corpos, ao mesmo tempo em que influencia a movimentação do corpo em relação ao objeto de medo. Como afirma, “o medo trabalha para garantir a relação entre esses corpos; aproxima-os e afasta-os através dos arrepios que se fazem sentir na pele, na superfície que surge através do encontro” (AHMED, 2014, p. 63, tradução nossa). Nesse sentido, percebe-se o medo como parte da economia afetiva que cola determinadas características e marcadores identitários – como o caso da criança com medo de Fanon – a determinados objetos, e a partir dessas colagens, corpos se aproximam ou se afastam – como a criança indo aos braços da mãe e se afastando do psicanalista.

Observando essas características do medo – no qual (1) ele é uma resposta à aproximação imediata ou futura de uma ameaça, e (2) ele envolve uma resposta corporal de aproximação ou afastamento, a qual produz um *eu* e um *outro* – o que Ahmed observa é que uma das consequências do medo é a delimitação e influência na circulação de corpos dentro do Estado-nação. Por meio dessa economia afetiva do medo, que gruda determinados significantes “amedrontadores” a determinados corpos (como o exemplo do árabe terrorista), estabelece-se que corpos são ameaças, que corpos devem se manter em distância caso se queira garantir a integridade do ser. Como afirma Ahmed, essas ameaças são construídas como ameaças não apenas à subjetividade e à identidade do corpo, mas à própria vida e

sobrevivência deste, à sua vida separada e distante desse outro (*ibid.*, p. 64). De acordo com ela,

[...] o medo atua estabelecendo os outros como terríveis na medida em que ameaçam envolver o eu. Essas fantasias constroem o outro como um perigo não apenas para si mesmo como eu, mas para a própria vida, para a própria existência como um ser separado com uma vida por conta própria (AHMED, 2014, p. 64, tradução nossa).

O resultado disso é que esse corpo, amedrontado por essa ameaça, busca sua segurança e proteção a partir do distanciamento. Como no caso de Fanon, em que a criança com medo dele se joga nos braços da mãe por proteção, a relação ali estabelecida permitiu que a pequena saísse como vítima, enquanto Fanon, como o amedrontador. Ahmed observa que os movimentos de ambos foram peculiares: enquanto a criança se expande, se movimenta, busca sua proteção a partir do medo, Fanon afirma que “riu de nervoso”, ficou imóvel, sem reação ao julgamento da criança e de todos a seu redor (AHMED, 2014, p. 69). Nesse cenário, a autora afirma que o medo é sentido de formas diferentes em corpos distintos, e isso se refere principalmente à relação destes com o espaço e com a mobilidade que estes possuem nele (*ibid.*, p. 68). O medo não seria sentido da mesma maneira por todos, dessa forma.

Mas, então, por que alguns corpos estabelecem mais relações de medo com objetos que outros? Essa provocação é sustentada por Ahmed quando ela analisa a ideia do senso comum – que parece muito associada à psicologia evolucionista – de que os mais vulneráveis (pessoas pobres, grupos marginalizados...) são os que mais sentem medo. Em contraponto, ela utiliza o estudo dos autores Ditton e Farrall, os quais afirmam que a ansiedade em relação ao crime não está relacionada com os níveis de vitimização, e que “os que estão em menos perigo têm mais medo” (DITTON E FARRALL, 2000 *apud* AHMED, 2014, p. 68). O medo não seria, dessa maneira, resultado de ameaças “objetivas”.

A fim de entender os questionamentos colocados, Ahmed fala sobre o sentimento de vulnerabilidade, definida como um sentimento de abertura ao mundo que é lida como um potencial perigo para a pessoa. Essa sensação de perigo provocada pela vulnerabilidade seria incorporada e respondida por meio de nossos gestos – o corpo encolhe, se mobiliza, se prepara para atacar ou fugir. No entanto, não seriam reações iguais em todos os corpos. Se voltamos ao caso de Fanon, a criança se joga aos braços da mãe enquanto Fanon se mantém paralisado, sem-graça, coagido.

[...] podemos ver que o medo aparente da criança branca não leva à sua recusa em habitar o mundo, mas ao seu abraço ao mundo por meio do invólucro aparentemente

seguro formado pela outra amada (estar em casa). Em vez disso, neste caso, é o sujeito negro, aquele que teme o medo da criança branca, que é esmagado por esse medo, ao ser selado em um corpo que se aperta e ocupa menos espaço. Em outras palavras, *o medo atua restringindo alguns corpos por meio do movimento ou expansão de outros* (AHMED, 2014, p. 69, grifo original, tradução nossa).

Evidencia-se, dessa forma, que o medo permite que corpos se movimentem ou sejam restringidos dentro do Estado-nação. Seria a partir do medo, da constante sensação de estar vulnerável, que territórios são reorganizados de maneira a permitir que uns se expandam e outros se contenham nele. Isso seria feito não a partir do medo em si – do medo enquanto sentimento que possui origem e destino, algo que a própria autora rejeita – mas a partir do discurso do medo, da linguagem do medo, a qual “envolve a intensificação das ameaças, o que funciona para criar uma distinção entre aqueles que estão “sob ameaça” e aqueles que ameaçam” (ibid., p. 72). Seria a relação estabelecida entre o sujeito e seu objeto, baseada no escalonamento da sensação constante de vulnerabilidade – de que, a qualquer momento, algum perigo se aproximaria e atentaria contra o sujeito – que o medo emerge. Nesse contexto, o “medo é um efeito desse processo”, efeito dessa relação com o mundo baseada no constante sentimento de desproteção, “e não sua origem” (ibid., p. 72).

A fim de confirmar isso, Ahmed analisa um dos casos contemporâneos mais associados à retórica do medo: o terrorismo; mais especificamente, o 11 de Setembro e a consequente Guerra ao Terror. Observando comentários de líderes de Estado, formuladores de opinião e jornalistas, a autora verifica que, diferente da retração do corpo estadunidense no mundo, ou seja, de uma contenção da política externa americana em locais que foram relacionados ao terrorismo (como os países do Oriente Médio ou com população predominantemente muçulmana), o que se viu foi, na verdade, o avanço norte-americano (e Ocidental, uma vez que contou com apoio de países como Austrália, Canadá, Alemanha, Reino Unido, Itália...) contra o Afeganistão e, posteriormente, contra o Iraque (embora este tenha contado com menos apoio internacional). A retórica utilizada dias após o ataque era a do medo; na verdade, da *superação do medo*, de resiliência e resistência a grupos os quais *tentaram* constranger e amedrontar “o Ocidente” (ibid., p. 72-73). No exemplo, temos o discurso do presidente Bush à nação:

É natural perguntar-se se o futuro da América é um futuro de medo. Alguns falam de uma era de terror. Eu sei que há lutas pela frente e perigos a enfrentar. Mas este país vai definir os nossos tempos, não será definido por eles. Enquanto os Estados Unidos da América estiverem determinados e fortes, esta não será uma era de terror.

Ahmed afirma que, aqui, vemos uma recusa estadunidense de se mostrar vulnerável e com medo, ou seja, de restrição de sua movimentação. Instruções como “vão às compras”, “vivam suas vidas normalmente”, “viajem” foram feitas aos cidadãos americanos – no caso, os não-muçulmanos e não-árabes –, uma maneira de não se deixar abalar pelos ataques os quais seriam uma afronta ao modo de vida liberal-ocidental, como colocou o ex-primeiro-ministro australiano John Howard. Essa busca em recusar-se a estar vulnerável (que ainda é uma resposta ao medo sentido no subjetivo) desencadeou um alinhamento dos cidadãos americanos ao objeto agora em perigo: a nação. Um grande sentimento de patriotismo e americanismo invadiu os corações e mentes dos americanos, como mostra a opinião do colunista da *New York Times Magazine* George Packer:

Enquanto as bandeiras desabrochavam como flores, descobri que elas expressavam emoções tão rapidamente quanto fotos de desaparecidos. Para mim, essas bandeiras não representavam complacência flácida, mas alerta, tristeza, determinação e até mesmo amor. Eles evocavam o sentimento de solidariedade entre os americanos, pois tínhamos sido atacados juntos. (PACKER 2001 *apud* AHMED, 2014, p. 74).

Dessa forma, o que temos é que a busca de afastamento do americano frente à ameaça e ao objeto de medo – o terrorismo – o aproximou afetivamente do Estado-nação, que envolveria essas demonstrações de patriotismo, amor à nação; atos repetitivos que reiterassem esses vínculos à pátria e, simultaneamente, relembassem um país sem medo, que se recusa a se sentir vulnerável e a abdicar de seu modo de vida liberal-ocidental (*ibid.*, p. 74).

Ao passo que estadunidenses não-muçulmanos e não-árabes (e que não aparentam ser muçulmanos e árabes) se expandem, orgulham-se mais de sua bandeira, de seu modo de vida e negam ceder à vulnerabilidade, cria-se um enorme sentimento “anti-outro” no país, especialmente se estamos falando de grupos os quais foram associados à organização que realizou o atentado – como árabes, muçulmanos ou quaisquer pessoas que aparentem ser desses grupos. Adiciona-se a isso a crescente paranoia estatal de que qualquer um poderia ser terrorista – o que influenciou a aprovação de decretos que permitiram detenções arbitrárias e a *expansão* das forças americanas dentro e fora do país – e temos quase 1200 pessoas presas nos EUA no período de dois meses, a maior parte de origem do Oriente Médio ou do Sul da Ásia, ou pareciam como tal. Ahmed vê, nesse momento, a mobilização de categorias que já existiam (“árabes”, mesmo sendo de locais que não possuem população árabe; “muçulmanos”, independente do país de onde veio etc.) e a articulação de outras as quais se “grudam” nesses corpos (“terroristas”, “fundamentalistas”, “intolerantes”...). O resultado é

que, nessa associação, árabes e muçulmanos agora confundem-se com terroristas, fundamentalistas e membros ou apoiadores de organizações extremistas (ibid., p. 75-76).

A consequência política de tal associação é a restrição da movimentação desses grupos dentro do Estado-nação<sup>10</sup>. Prisões arbitrárias, detenções sem justificativas aparentes e a designação desses grupos como “potenciais terroristas” foram algumas das respostas do Estado americano que, obviamente, afetaram a circulação desses grupos nos EUA. Em outros locais, como no Reino Unido, alocou-se a “islamização” da nação – e não os terroristas em si – como principal ameaça para o futuro, com o risco de transformarem a Grã-Bretanha em uma “república islâmica” em 2025<sup>11</sup>, reiterando o medo (AHMED, p. 76-79).

O que vemos, portanto, é que o medo nem sempre restringe e constrange corpos. Especialmente quando falamos de grupos que se confundem com o Estado-nação – os cidadãos americanos-padrão por exemplo –, o medo pode significar a expansão de corpos e de estilos de vida frente a uma ameaça e a uma recusa de estar vulnerável frente a ela. Com isso em mente, analisar-se-á a presença dessa emoção como meio de mobilização do voto de grupos evangélicos em 2018. Devemos, no entanto, entender melhor a metodologia utilizada por Ahmed para estudar essas emoções.

### 2.3. Sobre a Emoção em Discursos

A forma na qual Ahmed (2014) analisa o que as emoções fazem é a partir da análise de textos de domínio público, sejam eles propagandas, contos, textos acadêmicos, transcrições de programas de rádio etc. Embora a autora não se debruce especificamente sobre os detalhes dessa análise, sobre sua metodologia e forma de observação, é possível notar, implicitamente, que estas seriam realizadas a partir de uma *análise de discurso* associada com a ideia de performatividade, desenvolvida principalmente por Judith Butler em “*Bodies that Matter: On the Discursive Limits of ‘Sex’*” (2011).

Como visto anteriormente, determinadas superfícies se tornam “grudentas” com a circulação de afetos, de maneira a “pegar” e “carregar” consigo determinados significantes os quais se agarraram ao corpo por meio de encontros, de histórias passadas dos encontros e de elementos histórico-culturais que permeiam essas relações. Uma questão ainda não abordada,

---

<sup>10</sup> Ou até mesmo fora dele, se pensarmos nos conflitos militares relacionados à Guerra ao Terror.

<sup>11</sup> Isso foi a resposta do National British Party ao 11 de Setembro (AHMED, 2014, p. 77).

no entanto, é *como* esses objetos se tornam grudentos. Buscando responder essa pergunta, Ahmed também questiona quais seriam as consequências políticas desse grude.

Uma primeira resposta poderia ser que um objeto se torna grudento ao se encontrar com outro objeto grudento. Nesse caso, os elementos que grudaram a sua superfície indicariam a história do objeto, por onde ele passou, e se grudam de tal forma que achamos que se trata de uma qualidade inerente ao objeto. No entanto, como podemos ver, dificilmente podemos dizer *quando* um objeto se tornou grudento, uma vez que isso envolveria uma rede de histórias e acontecimentos que dificilmente conseguiríamos traçar. Além disso, esses encontros grudentos acabam afetando tanto sujeito quanto objeto: não é possível afirmar que existe um agente ativo ou passivo nessa relação (*ibid.*, p. 91). Como afirma,

O grude, então, é sobre o que os objetos *fazem* a outros objetos – ele envolve uma transferência de afeto – mas é uma relação de “fazer” na qual não há uma distinção entre passivo ou ativo, mesmo que a aderência de um objeto possa vir antes da viscosidade do outro, de modo que o outro parece agarrar-se a ele (AHMED, 2014, p. 91, tradução nossa).

O que Ahmed responde, no entanto, é *como* um objeto se torna grudento. Nesse caso, seria por meio da repetição. Ela se baseia na teoria da performatividade de Butler, a qual fala do poder do discurso e da linguagem em produzir determinados sentidos e efeitos ao que nomeia a partir da reiteração (*ibid.*, p. 92). De acordo com Butler,

A performatividade não é, portanto, um "ato" singular, pois é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas e, na medida em que adquire um status semelhante a um ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição. Dentro da teoria dos atos de fala<sup>12</sup>, um ato performativo é aquela prática discursiva que encena ou produz aquilo que nomeia (BUTLER, 2017, p. XXI, tradução nossa).

Seria, nesse sentido, por meio da repetição periódica de determinados significantes que determinados objetos adquiririam seus significados. Seria a partir da repetição, por exemplo, da imagem do urso agressivo e perigoso na TV que faria a criança correr ao avistar um pessoalmente pela primeira vez, ou que associaria uma pessoa lida como árabe a um terrorista, um fundamentalista, um radical islâmico e mais e mais significantes. Seria, finalmente, a partir dessa repetição periodicamente constante de significantes a significados

---

<sup>12</sup> Desenvolvida principalmente por J. L. Austin, a Teoria dos Atos de Fala afirma que determinadas falas e textos não trariam consigo apenas uma informação, mas também juntamente performariam uma ação. No caso de Atos de Fala performativos, a ação descrita pela frase é realizada pelo próprio enunciado da frase, como quando nomeamos, sentenciamos ou prometemos (AUSTIN, 1990).

que os objetos se tornariam “grudentos”, dotados de capacidade de serem associados a uma série de mais significantes os quais, como visto na seção 2.2, influenciam na expansão ou retração de indivíduos dentro do Estado-nação.

Se o objetivo, dessa maneira, é analisar de que forma determinados significantes foram associados a determinados grupos e de que modo estes se tornaram grudentos, uma análise de como determinados discursos reiteram essas associações se faz necessária. Nesse sentido, se buscamos analisar como determinadas categorias foram associadas a feministas e pessoas LGBTQ+ por lideranças evangélicas e pelo próprio Bolsonaro, um primeiro passo seria observar as emoções envolvidas em seus discursos, como elas são apresentadas e que codificações “grudam” na superfície dos corpos mencionados. Dessa maneira, cabe discutir de que modos seria possível realizar e compreender essas emoções nesses discursos.

A análise de emoções em discursos tem sido cada vez mais desenvolvida no ramo das ciências sociais e, com esse desenvolvimento, suscitaram-se debates entre os pesquisadores sobre quais as melhores formas de se realizá-la, e quais os obstáculos emergentes que viriam delas. Clément e Sangar (CLÉMENT; SANGAR, 2018), por exemplo, citam uma série de dilemas e desafios que decorreriam dessa análise, como a possibilidade de se generalizar o que é sentido subjetivamente, reconhecer a temporalidade histórica das emoções (como um sentimento é sentido varia dependendo do tempo histórico), conseguir enxergar uma emoção em específico dentro de uma amálgama complexa de afetos os quais muitas vezes se faz presente (alguém facilmente pode sentir raiva, nojo e medo ao mesmo tempo, por exemplo), e muitas outras questões teóricas e metodológicas (p. 8-13).

Ainda assim, é possível apreender a emocionalidade contida em discursos e textos, sendo a própria leitura feita por Ahmed um exemplo claro disso. Embora a autora não tenha voltado sua atenção para a metodologia de suas análises – o que não era o objetivo de seu livro– outros autores nos auxiliam com algumas formas de se realizar a análise de discurso, especialmente ao trabalharmos com documentos escritos – como artigos ou descrições de áudio. Um desses autores é Simon Koschut, que formalizou estratégias relacionadas à interpretação e contextualização de emoções<sup>13</sup>.

Sobre a interpretação de emoções, Koschut afirma que é possível, a partir de determinados demarcadores e figuras de linguagem, verificar que emoção está sendo

---

<sup>13</sup> É importante destacar que Simon Koschut é considerado um autor construtivista e, portanto, de corrente teórico-filosófica diferente de Ahmed. Sua metodologia, no entanto, nos é útil aqui.

exacerbada no momento do discurso. Termos e conotações emocionais – como “tenho raiva/indignação”, “o cidadão anda na rua com *medo*”, “eles são *terroristas*” – funcionam como meio de expressar o que se sente de maneira quase direta; enquanto isso, formas mais sutis e indiretas de se expressar, como metáforas, comparações e analogias – como as antigas comparações de judeus com ratos na Alemanha nazista, ou de pessoas negras com sujeira nos EUA –, também são constantemente utilizadas (KOSCHUT et al., 2017, p. 2–3).

No entanto, apenas as palavras em si não são suficientes para nos dizer sobre a emocionalidade de um texto, sendo necessário, também, um contexto que nos informe melhor sobre o que é possível depreender desse texto. Como afirma, “como o discurso é intersubjetivo e iterativo, parte da maneira como acessamos sua emocionalidade é observando o tom e o conteúdo de sua recepção em um determinado contexto (*ibid.*, p. 4). Nesse sentido, Koschut escreve algumas estratégias de análise de contexto desses discursos.

Uma delas seria a forma como o discurso constrói uma relação eu/outro a partir da normalização e transformação do *eu* como o moralmente correto, por exemplo, enquanto atribui ao outro a anormalidade, o não-ideal, o incorreto. Outra forma seria analisar a intertextualidade das emoções envolvidas no texto, ou seja, visualizar de que formas as emoções expressas estão conectadas com textos anteriores, observando também características como a concordância ou discordância entre os autores dos textos. Por fim, Koschut reafirma a necessidade de se identificar a performatividade das emoções relacionadas nos textos, levando em consideração de que maneiras o discurso corrobora com determinadas visões e preconceitos reiterados socialmente (*ibid.*, p. 4-5).

Essas estratégias nos permitirão depreender uma análise temporal da mobilização de determinados afetos – no caso, principalmente o medo – e a formalização de uma atmosfera que possibilitou a emergência de um tipo de evangélico, o qual vota no capitão. Nesse sentido, serão por meio desses discursos que um movimento retroalimentar e circulatório entre contexto e discurso será efetuado: ao mesmo tempo que o texto emerge de um contexto, de um ambiente e um encontro que influencia seu aparecimento, é o contexto afetado por ele, em um movimento circular de afetos propagados pelos discursos. Dessa forma, analisando discursos, conseguimos analisar parte da história da associação entre evangélicos e Bolsonaro.

Dito isso, o próximo capítulo se debruçará sobre o que considerarei, aqui, como evangélico, termo que, como veremos, provoca uma série de afetos e confusões em quem o estuda.

### 3 Sobre Evangélicos

Falar sobre “evangélicos”, de maneira homogênea e simplista, facilmente nos direcionaria a graves equívocos metodológicos, uma vez que esse conceito, embora difundido em nosso cotidiano, na grande mídia e na academia, faz referência a um conjunto composto de diversas denominações protestantes ou, por vezes, a um conjunto específico de denominações mais recentes (SPYER, 2020, p. 52–54). Como afirmam Nicolau (2020, p. 69–70) e Spyer (2020, p. 74–76), diferente da Igreja Católica – que é centralizada e hierarquizada –, é difícil falar de uma organização protestante que abarque todas as diferentes matrizes religiosas que se denominam evangélicas. A confusão não é apenas de comentadores, mas envolve os próprios fiéis, que se autodenominam “evangélicos”, criando configurações cambiantes<sup>14</sup>.

Nesse cenário, realizar uma análise da mobilização de determinadas emoções em uma população em específico seria muito difícil, uma vez que se apresenta de forma heterogênea e, como mostra Freston (1993) e Mariano (2014), divergente em perspectivas teológicas, litúrgicas, socioeconômicas e políticas. Seria incoerente, por exemplo, colocar presbiterianos, congregacionistas e pentecostais “em um mesmo saco”, ignorando as particularidades desses grupos, mesmo que estes chamem a si mesmos de evangélicos. Como, dessa maneira, seria possível realizar uma análise sobre a mobilização afetiva de um grupo sendo este tão heterogêneo?

Visando ultrapassar essa barreira, voltarei minhas atenções para o que Spyer definiu como “Protestantes Evangélicos”, os quais são compostos, principalmente, por denominações *pentecostais* e *neopentecostais*. Essa categoria distingue-se dos chamados “Protestantes Históricos”, formados, principalmente, por grupos protestantes que “surgiram como desdobramento mais imediato da Reforma Protestante [...] como é o caso das igrejas Luterana, Batista, Presbiteriana, Metodista, Episcopal e outras” (SPYER, 2020, p.55). Essa distinção – entre pentecostais e não-pentecostais – é muito utilizada quando falamos de protestantismo no Brasil, mesmo que com outras nomenclaturas. Freston (1993), por exemplo, utilizou as categorias “Protestantes Históricos” e “Protestantes Pentecostais” para diferenciar esses dois grupos, algo que foi seguido por Mariano (2014) e Trevisan (2015).

---

<sup>14</sup> Trevisan (2015, p. 53-54) fala, por exemplo, da presença dos evangélicos “genéricos”, os quais não possuiriam uma denominação ou, como aponta a partir da análise de outros pesquisadores, estariam satisfeitos com a denominação “evangélico”, não se preocupando com categorizações mais precisas.

O foco nos pentecostais e neopentecostais – os quais chamarei de *evangélicos* ao longo desse texto a partir de agora, seguindo a distinção de Spyer – deve-se a inúmeros motivos. Primeiramente, estes representam a parte majoritária de fiéis protestantes brasileiros, como mostra tanto o Censo de 2010 quanto pesquisa do Datafolha (mais recente, porém com amostra menor). Pelo Censo de 2010, o número de pentecostais e neopentecostais chega a cerca de 60% do total de evangélicos<sup>15</sup>; pelo Datafolha, realizado em dezembro de 2016, evangélicos pentecostais representam cerca de 75% dos protestantes<sup>16</sup>. É muito provável que esses números já tenham sido superados, principalmente por conta da capilaridade e capacidade dessas igrejas de atrair mais fiéis, especialmente em regiões periféricas (SPYER, 2020, p. 67-90).

Outra motivação para a escolha dos pentecostais é a influência de sua teologia, de suas práticas e de seus costumes em outras denominações, tendo como maior exemplo disso a Renovação Carismática (da Igreja Católica e de Igrejas Protestantes Históricas), um movimento iniciado na década de 1960 que visava incorporar elementos do nascente pentecostalismo – nomeado “pentecostalismo clássico” por Mariano (2014, p. 23-31) – às outras vertentes cristãs (OLIVEIRA, 1975; MARIANO, 2014, p. 12–13). Explicarei os elementos que caracterizam o pentecostalismo – e o que dele fora incorporado nessas novas doutrinas carismáticas – mais a frente, mas observo aqui a importância pentecostal para a fé cristã, a ponto de catalisar um movimento de renovação em outras doutrinas.

Por fim, escolho os pentecostais por sua maior presença na política, denunciada pelo número de parlamentares federais associados ou membros a essa denominação e que, majoritariamente, compõe a chamada Frente Parlamentar Evangélica (ou FPE, também chamada de “Bancada Evangélica”), a qual, na última década, mostrou-se extremamente atuante e barulhenta em relação a pautas de caráter conservador, como casamento entre pessoas do mesmo sexo, flexibilização do aborto, criminalização da homofobia entre outras pautas (TREVISAN, 2015; DIP, 2018), temas que serão abordados aqui. Como mostra Dip (2018, p. 43), dos 87 parlamentares da FPE em 2016, 61 eram pentecostais ou neopentecostais, ou seja, cerca de 70% dos membros dessa frente. De modo semelhante, Trevisan (2015) fala da trajetória de ascensão e influência pentecostal e neopentecostal na política do Congresso Nacional, observando a mobilização de igrejas (como algumas

---

<sup>15</sup> Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

<sup>16</sup> Ver DATAFOLHA. **Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil – total da amostra**. São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28.pdf>. Acesso em: 04/11/2021.

pertencentes à Assembleia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus) com o fim de eleger candidatos que representem seus interesses no parlamento brasileiro, propagando-os para os fiéis e estimulando-os a votarem neles.

Observa-se, portanto, que ao considerarmos os protestantes brasileiros, notamos essa posição privilegiada e majoritária que as denominações pentecostais/neopentecostais – seja no campo demográfico, seja no campo político – possuem em relação às demais. Dessa forma, analisá-los, embora não consiga representar a totalidade do que seria o “voto evangélico em Bolsonaro em 2018”, nos permitiria tirar conclusões de fundamental importância sobre um grupo que progressivamente aumenta sua relevância no cenário brasileiro. Nesse sentido, a próxima sessão se debruçará sobre uma breve trajetória desse grupo no país.

### 3.1. Pentecostais

Espírito, Espírito,  
 Que desce como fogo,  
 Vem como em Pentecostes  
 E enche-me de novo.  
 (Música “Eu Navegarei”, de Gabriela Rocha)

Spyer (2020, p.139), ao falar do protestantismo evangélico, afirma que este seria “a religião mais negra do Brasil”. Referindo-se não apenas ao fato dessa religião ser majoritariamente característica em bairros periféricos e entre populações pobres – os quais, no Brasil, são predominantemente compostos por pessoas pardas e negras –, mas também por conta de suas origens, as quais se encontram em um contexto de “avivamento<sup>17</sup>” de diversas igrejas nos EUA. Nesse cenário, dois pregadores negros estadunidenses, no início do século XX, iniciaram uma série de pregações enfáticas e carismáticas na Rua Azusa, localizada na periferia de Los Angeles (Califórnia). Essas pregações foram classificadas por um pastor de uma igreja vizinha como “uma fusão nojenta de superstição vodu africana e insanidade caucasiana” (ibid., p. 147). O comentário racista não se dirigiu apenas à forma como o culto era realizado: outra parte do preconceito vem do fato da igreja atrair predominantemente negros, pobres e mulheres, e também desta ter sido uma “congregação multirracial liderada

---

<sup>17</sup> “Avivamento” seria um movimento religioso (geralmente cristão) o qual despertaria em algum lugar a partir da ação de missionários ou líderes religiosos, que seriam responsáveis por angariar multidões para si e refortalecer a religião nas pessoas. Inúmeras denominações religiosas sugeriram desses movimentos, como o próprio pentecostalismo (SPYER, 2020, p. 60-62).

por pastores negros”, sendo um dos poucos locais da cidade onde havia a presença de pessoas brancas e negras no mesmo culto, além de ser gerida por homens negros (ibid., p. 147)<sup>18</sup>.

Essa congregação, núcleo do evento conhecido como “Avivamento da Rua Azusa”, é considerada o berço do pentecostalismo, à época uma mistura estranha e sincrética entre a espiritualidade afro-americana com elementos do catolicismo e do protestantismo metodista, como afirma a “Enciclopédia do Protestantismo” (*apud* SPYER, 2020, p. 147). De acordo com o teólogo e pastor batista Marco Davi de Oliveira, esses elementos afro-americanos ainda são presentes no pentecostalismo dos dias de hoje, notados principalmente “na oralidade da liturgia e na teologia, na substituição de conceitos abstratos por testemunhos, e na recorrência do uso de descrições e cantos” (ibid., p. 147-148). A isso, Spyer adiciona:

Se a religiosidade afro está presente na raiz do movimento pentecostal, não é de surpreender que ela mobilize a atenção de pessoas identificadas com essas possibilidades, inclusive de comunicação com o mundo espiritual em um contexto de culto que envolve expressões de emotividade pelo choro fervoroso, pela prece falada, pela expressão física dos sentimentos, pela interlocução constante entre pregador e sua audiência e pelo uso ritual de canto e dança (SPYER, 2020, p. 149).

As mudanças que o pentecostalismo trouxe para o cristianismo não vieram apenas pela forma de realização dos cultos. A teologia pentecostal acredita fortemente na capacidade do Espírito Santo – o qual ainda firmaria sua presença no ambiente terreno – em empoderar fiéis e conectá-los a uma experiência “divina”, que envolveria principalmente a fala em línguas não-conhecidas (ato conhecido como glossolalia) e a cura de enfermidades e outros males a partir de milagres. O nome “pentecostal” remete a isso: ele deriva do evento de Pentecostes, onde o Espírito Santo teria descido sobre os apóstolos de Jesus e estes, cheios de unção e bênçãos, teriam “falado em línguas” e saído realizando milagres em enfermos e profetizando a religião cristã na região da Ásia Menor (MILLER; YAMAMORI, 2007, p. 17). Para os pentecostais, esses dons possibilitados pelo Espírito Santo em Pentecostes ainda seriam possíveis nos tempos atuais, inclusive os justificam. Como afirma Freston (1993, p. 65), o movimento pentecostal se vê como um retorno a essas origens eufóricas e excêntricas do Cristianismo, algo compartilhado por Miller e Yamamori (2007, p. 17-18), que afirmam que seria o retorno a uma tradição cristã pré-institucionalização – ou antes do Espírito e da experiência com o divino serem “domesticados”, como afirmam.

---

<sup>18</sup> Um fato importante a ser comentado é que essa convivência entre negros e brancos citada por Spyer não era completamente harmônica, sendo prova disso a cisão posterior desse movimento em duas igrejas racialmente homogêneas – a Igreja de Deus em Cristo (predominantemente negra) e a Assembleia de Deus (predominantemente branca). Para mais informações, ver FRESTON, 1993, p. 67).

Embora esse retorno às tradições por meio da experiência extática com o Espírito Santo seja algo comum em todo o movimento pentecostal, há diferenças históricas entre as milhares de denominações existentes tanto internacionalmente quanto nacionalmente. No caso brasileiro, pesquisadores e estudiosos desse movimento comumente dividem o pentecostalismo no país em três ondas, o que foi iniciado por Freston (1993) e seguido por Mariano (2014). Freston realiza essa separação em ondas considerando movimentos históricos associados a inovações teológicas, litúrgicas e até mesmo tecnológicas, porém não as nomeia ou atribui nomenclatura específica. Isso será feito por Mariano, e será ele que utilizarei para realizar a divisão a seguir.

A primeira onda do protestantismo se inicia em 1910-1911 com a fundação de duas igrejas por missionários europeus: a Congregação Cristã, fundada em 1910 em São Paulo por um missionário italiano; e a Assembleia de Deus, fundada em 1911 em Belém por dois missionários suecos (FRESTON, 1993, p. 66). Essa onda é conhecida como *pentecostalismo clássico* (MARIANO, 2014, p. 29), e tem como principal característica a ênfase dada na glossolalia, a habilidade de falar em línguas (as quais seriam “divinas”), a crença na salvação paradisíaca e na volta iminente de Jesus. São anticatólicos e extremamente sectários, caracterizando-se por um comportamento radical asséptico em relação ao mundo exterior, o que pode ser visto na pesquisa realizada por Mariano em 1992 com membros majoritariamente pentecostais (tanto da primeira quanto da segunda onda, que inovou apenas um pouco na questão dos costumes, como será visto posteriormente), mostrada na tabela 1. O ano da pesquisa, relativamente distante dos anos de fundação dessas igrejas, nos mostra como a pauta dos costumes ainda prevaleceria por décadas na constituição desse grupo.

	<b>Pode</b>	<b>Não Pode</b>	<b>Depende</b>	<b>Não Respondeu</b>
<b>Beber Álcool</b>	9	87	-	4
<b>Dançar</b>	7	62	22	9
<b>Frequentar Bares</b>	22	72	-	6
<b>Frequentar Boates</b>	6	89	-	5
<b>Fumar</b>	4	93	-	3
<b>Ir a Festas</b>	30	4	60	6
<b>Ir a Motel com Cônjuge</b>	19	65	-	16

<b>Ir à Praia/Piscina</b>	60	32	-	8
<b>Ir ao Cinema</b>	20	39	37	4
<b>Ir ao Teatro</b>	21	31	43	5
<b>Pular Carnaval</b>	2	94	-	4
<b>Sexo Extraconjugal</b>	1	95	-	4
<b>Ver TV</b>	34	13	48	5

Tabela 1: pesquisa com 100 fiéis pentecostais sobre normas de comportamento em 1992. Nota-se um forte conservadorismo em relação aos costumes, com proibições que vão desde uso de drogas a atividades de lazer como cinema e teatro. Fonte: Mariano, 2014, p. 194-195.

Sobre os costumes pentecostais, salienta-se que, atualmente, parte dessas características mudaram: contam com profissionais liberais, empresários e membros de classe média, são menos sectários e assépticos ao mundo e incorporaram elementos do neopentecostalismo (o que será visto posteriormente). Nesse primeiro momento, no entanto, sublinha-se que um enorme sectarismo era característico do grupo. Esse sectarismo, por sua vez, resultou em uma menor participação política por parte desses fiéis em um primeiro momento. Como explica Rolim (1994 *apud* TREVISAN, 2015, p. 56-57), os missionários europeus não demonstraram interesse nos problemas sociais e políticos da população que buscavam converter, e não se envolviam com essas questões. Isso é mostrado (e “justificado”) na fala do deputado federal Zequinha Marinho<sup>19</sup>, feita em entrevista à Trevisan (2015) e na qual ele realiza uma análise particular dessa primeira recusa das igrejas pentecostais de se envolverem com política.

Isso é uma questão histórica, né, cultural, a Assembleia de Deus ela foi fundada no Brasil por dois suecos, né, Daniel Berg e Gunnar Vingren. O quê que ocorre? Estrangeiro não pode ficar se metendo em problemas políticos no país onde está atuando. Um missionário não pode ficar ali senão logo ele vai arrumar uma bela confusão. Então a igreja nasceu orientada pra não trabalhar as questões de política. Essa questão da cidadania era em parte anulada em função disto, correto? (TREVISAN, 2015, p. 56)

Válida ou não a justificativa, o fato é que a participação pentecostal na política é marginal em um primeiro momento<sup>20</sup>. No entanto, isso não significa que a emergência das

<sup>19</sup> Na época, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC) pelo Pará.

<sup>20</sup> Isso foi observado nos grupos protestantes em geral, como mostra Freston (1993, p. 149-157)

igrejas pentecostais não tenha desaguado em consequências políticas posteriores. Como bem observa Rolim (1994 *apud* TREVISAN, 2015, p. 57), essas igrejas, ao instalarem-se em centros periféricos e em regiões com moradores pobres, permitem criar um espaço onde os fiéis se sentem mais à vontade para dar seus testemunhos, conduzir orações, pregarem e exacerbarem suas orações. Essas ações colateralmente empoderam esses indivíduos a se manifestarem, se expressarem e a tomarem uma posição menos passiva em relação a própria fé, diferente do cenário onde, por exemplo, dividia o espaço com “a elite ‘bem-vestida’ e frequentadora das missas católicas dominicais” (TREVISAN, 2015, p. 57). Posteriormente, isso será catalisado em ação política, mas é importante notar esse primeiro empoderamento de grupos vulneráveis feito por essa denominação. Como afirma Freston,

Por ser uma forma mais entusiasmada de religiosidade, depende menos de um *discurso racional*, elaborado. Você pode não saber ler ou escrever, pode ser alguém que não ousaria fazer um discurso racional em público, mas, sob influência do Espírito, você fala. Por isso, pode-se dizer que a Igreja Pentecostal também tem esse poder de inverter as hierarquias sociais (DIP, 2018, p. 70, grifo nosso).

Importante notar a presença da divisão entre o racional e o emocional na fala de Freston. Na verdade, podemos perceber que a diferenciação entre razão e emoção está presente, em parte, na conceitualização do que seria essa nova vertente cristã chamada pentecostalismo. Como será visto na seção 3.3, o pentecostalismo será caracterizado a partir dessa dicotomia, porém materializada no binário “laico/religioso”, “tradicional/moderno” e “caos/ordem”.

Por fim, os pentecostais clássicos eram compostos majoritariamente por pessoas pobres e de baixa escolaridade, as quais eram discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica (*ibid.*, p. 29). Essa perseguição se desenvolveu, principalmente, no período do Estado Novo, quando há uma nova ofensiva católica contra o protestantismo em geral, o que foi proposto pelo Concílio Plenário Brasileiro – órgão eclesiástico da Igreja Católica – e aplicado pelo seu Departamento de Defesa da Fé, e se baseava tanto em investidas “intelectuais” (por meio de uma apologética que questionava a validade do pentecostalismo) quanto em violências verbais e ataques a núcleos evangélicos (ROLIM, 1985, p. 82). É sublinhar essa perseguição pois, como será visto depois, grande parte do imaginário evangélico mobilizará esse fantasma da perseguição em um primeiro momento para justificar a necessidade de ação política do grupo, objetivando impedir que isso se repita.

A segunda onda pentecostal, também chamada de *deuteropentecostalismo*<sup>21</sup>, embora seja semelhante teologicamente, possui mudanças consideráveis em relação à onda anterior, com diferenças nas formas de evangelismo e na ênfase doutrinária maior em relação à *cura divina* – a realização de milagres relacionados a doenças, deficiências, debilitações etc. A primeira igreja dessa denominação estabelece-se em São Paulo, a partir da década de 50 e por meio do trabalho de dois ex-atores de filmes de faroeste americanos que possuíam vínculos com a *International Church of the Foursquare Gospel*, os quais fundam a “Igreja do Evangelho Quadrangular” (1953) e, a partir dela, difundem, principalmente, os dons do Espírito Santo a partir da cura divina (MARIANO, 2014, p. 30).

Apossando-se de meios de comunicação de massa (como jornais e, principalmente, o rádio) e de pregações em locais públicos (como praças, ginásios, tendas de lona, teatros etc.), os deuteropentecostais foram fundamentais para a disseminação do pentecostalismo no Brasil, principalmente pelo fato dos pentecostais clássicos, por sectarismo e assepsia das “coisas do mundo”, serem avessos a meios de comunicação em massa (nem mesmo jornais, folhetos etc.). Fundamental para essa expansão, também, foi a ênfase na cura divina, que atraiu milhares de fiéis e pastores de outras denominações evangélicas, além de um largo número de pessoas pobres e, principalmente, migrantes nordestinos, pela utilização de métodos atraentes e inovadores. Esses métodos atraíram a atenção de opositores, obviamente, com a grande mídia e diversos grupos religiosos acusando-os de curandeirismo e charlatanismo, o que ocasionou mais atenção midiática e, conseqüentemente, mais adeptos (ibid., p.30-31). Esse fenômeno não é restrito ao Brasil, como afirma Mariano:

A ênfase teológica no dom de cura divina, a partir dos anos 50, foi crucial para a aceleração do crescimento e diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro. [...] Cumprir dizer que a ênfase dada a cura divina não ocorreu apenas no Brasil. Teve proporções continentais. É unânime entre os pesquisadores norte-americanos a ideia de que o evangelismo baseado na cura divina foi o grande responsável pela explosão pentecostal em diversas partes do mundo a partir de meados dos anos 40 (MARIANO, 2014, p. 31).

O deuteropentecostalismo trouxe visibilidade ao pentecostalismo no Brasil, difundiu-o nacionalmente e angariou milhares de fiéis. Simultaneamente, ele ocasionou uma série de cisões internas no pentecostalismo clássico por conta de divergências relacionadas a essas novas formas de pregação e proselitismo, o que justifica a quantidade massiva de igrejas

---

<sup>21</sup> “Deutero” é um radical que significa “segunda vez”, presente no livro “Deuterônômios” do pentateuco bíblico (MARIANO, 2014, p.32).

pentecostais de pequeno porte existentes no país atualmente (ibid., p.30). Talvez isso explique um pouco a ainda não presente atividade política pentecostal, essa fragmentação de igrejas que dificulta a unidade política, mas cabe ressaltar o início de um ativismo político com a Igreja O Brasil Para Cristo, que conseguiu eleger um deputado federal e, 1961 e um estadual em 1966<sup>22</sup>. Fora isso, ainda não havia uma mobilização política forte, o que mudaria tanto com o neopentecostalismo quanto com a abertura política na década de 80.

### 3.2. Neopentecostais

Deus proverá  
 Na vida de quem sacrificar  
 Quem usar a fé neste lugar  
 O impossível vai acontecer  
 (Música “Deus Proverá”, de Márcio Pinheiro)

Surgido a partir da década de 1970 no Brasil<sup>23</sup>, o neopentecostalismo reiterava as principais características das duas ondas pentecostais anteriores (como a forte liderança dos líderes religiosos, pregação da cura divina e glossolalia, anticatolicismo, estímulo à expressividade forte...) e, sobre elas, adicionava-lhe mais três, as quais foram fundamentais para a transformação teológica desse movimento. De acordo com Mariano (2014, p. 36), a liberalização dos estereotipados usos e costumes da santidade, a Teologia da Prosperidade e a exacerbação da “Guerra contra o Diabo”, chamada por ele de Teologia do Domínio<sup>24</sup>. Explicarei essas novidades a seguir.

Mariano afirma que a principal ruptura do neopentecostalismo foi a quebra com o ascetismo e sectarismo presentes nas correntes pentecostais anteriores, e não por mera discordância de opinião: igrejas como a Universal, por exemplo, criticam ferrenhamente o caráter puritano e radical de pentecostais e sua inflexibilidade em relação ao mundo, como

<sup>22</sup> A história da Igreja O Brasil Para Cristo é curiosa por se tratar da primeira denominação fundada por um brasileiro: Manoel de Mello, um operário de origem pernambucana que foi para São Paulo. Mello tinha um caráter extremamente nacionalista, e foi um ensaio para o envolvimento de pastores e igrejas na política. Para saber mais, ver: FRESTON, 1994, p. 86-91).

<sup>23</sup> O neopentecostalismo surge muito em decorrência da Igreja Nova Vida, fundada por um canadense no Rio de Janeiro fruto de uma cisão com a Assembleia de Deus, por conta do sectarismo e assepsia. Dessa igreja, saem os líderes os quais fundarão a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Cristo Vive (FRESTON, 1993, p. 95; MARIANO, 2014, p. 32).

<sup>24</sup> Mariano fala também de uma quarta característica, que seria a organização das igrejas de maneira empresarial estruturalmente falando, com algumas delas inclusive buscando o lucro (MARIANO, 2014, p. 39). Particularmente, considero que a organização empresarial das igrejas reflete a lógica da Teologia da Prosperidade, algo que será abordado em seguida. Por isso, elenco apenas três características.

visto na fala do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, que afirmou que se mantinha distante de outras vertentes pentecostais por conta do “fanatismo” de quem “mistura fé com costumes” (MARIANO, 2014, p. 210). Há, no entanto, limites para até onde a liberalização individual vai.

Os neopentecostais vestem-se como todo mundo. Usam brincos, pulseiras, colares, cosméticos. Decidem o corte, o penteado e o comprimento de seu cabelo. Ouvem rádio, assistem à TV, vão a festas, frequentam praias, piscinas, praticam esportes, torcem para times de futebol. Quanto à proibição ao tabaco, às drogas, ao sexo não-marital, aos jogos de azar, nenhuma alteração ocorreu com o surgimento das neopentecostais [...]. Todas condenam à embriaguez. [...] embora mais liberais, estabelecem orientações tipicamente puritanas, moralistas: contra o homossexualismo [sic], a pornografia, as drogas, a assistência a programas de TV que exploram a violência e sexualidade, a frequência a bares e danceterias, participação no carnaval (MARIANO, 2014, p. 210).

Essa liberalização dos costumes foi de fundamental importância para não só a migração de parte de alguns setores das igrejas pentecostais para essas denominações – em particular, setores de classe média ou grupos que ascenderam socialmente – mas também para a flexibilização dessas normas nas próprias igrejas pentecostais clássicas e deuteropentecostais. Nesse ponto, Mariano afirma que um processo de “neopentecostalização” varreu as denominações anteriores com suas inovações relacionadas à área de costumes, liberando, por exemplo, a escuta de músicas, as danças e atividades de lazer não-religiosas, algumas exigências de moda (permissão para cortar o cabelo, por exemplo), entre outras flexibilizações (ibid., p. 204-205). Para ele, motivos como intrigas geracionais (entre pais pentecostais e filhos, sendo que aqueles impunham regras e limitações a estes), ascensão econômica (o que, para o autor, implicaria maior materialismo e desfrute de outras opções de lazer) e revoluções contraculturais na sociedade brasileira (que impactaram, especialmente, as novas gerações) foram muito relevantes tanto para a ida de fiéis descontentes da rigidez pentecostal para essa nova onda como para a liberalização de costumes nos pentecostais anteriores – mesmo que tímida em algumas igrejas (ibid., p. 204-213).

Outro fator para essa neopentecostalização de algumas igrejas pentecostais, bem como para o sucesso neopentecostal desde seu nascimento, foi a incorporação de valores mais materialistas e relacionados à benesse financeira e bem-estar individual na Terra. Conhecida como *Teologia da Prosperidade*, seria uma teologia que acredita no direito dos cristãos em

disfrutarem de privilégios por serem crentes e seguirem os caminhos do Senhor. Dip (2018) explica isso muito bem.

Seus pregadores defendem que há poder na chamada “confissão positiva” – a declaração em voz alta de um objetivo que se deseja alcançar, para que, por este ato, seja concedido. [...] Assim, ela é a crença de que o que foi dado aos cristãos o poder de trazer à existência o que for declarado em voz alta. Palavras ditas com fé teriam o poder de criar realidades.

A música “Tá Ligado”, de Beno César, ilustra bem essa crença.

Se tá ligado aqui na terra,  
Tá ligado lá.  
Essa corrente é muito forte,  
Deus vai responder.  
Naquele que me fortalece,  
Pela minha fé.  
É vencer ou vencer.

É comum músicas como essa serem tocadas e cantadas no momento de entrega de dízimo e oferta por parte dos fiéis. Há uma relação forte entre esses elementos – entre o desejo proferido e a oferenda a Deus – uma vez que a mera procissão de seu desejo não é suficiente para conquistá-lo. É necessária uma “prova” de que o fiel está disposto a sacrificar o que tem para consegui-lo, o que envolveria, principalmente, o sacrifício financeiro – fundamentado na forma de ofertas e dízimos. Embora outras formas de sacrifício sejam possíveis – é comum jejuns, evangelizações em grupo, vigílias e aumento na frequência aos cultos, entre outros –, estas devem estar acompanhadas de uma oferta, a qual representaria a fé do crente e sua vontade de obter aquilo que almeja. Paralelamente, o dízimo seria uma obrigação que permitiria que as bênçãos entrem na vida do fiel, ou ao menos garantir que este fique em paz e segurança – sem infortúnios do Mal (mais sobre isso à frente). Como afirma Mariano (*apud* DIP, 2018, p. 82, grifo nosso), “o crente que almeja receber grandes bênçãos de Deus precisa ser radical na demonstração de sua fé. Deve fazer doações que do ponto de vista [...] do *cálculo racional* seriam loucura”.

Originária das doutrinas de prosperidade norte-americanas, as quais pregavam as benesses materiais e bem-estar a partir do sacrifício financeiro e exercício da fé e da procissão do desejo, a Teologia da Prosperidade teve íntima relação com a expansão do televangelismo, a realização de cultos e pregações nos canais de televisão. A busca por esse novo meio de

evangelização aumentou o valor do tempo de TV, e as igrejas começaram a necessitar angariar mais fundos caso desejassem levar a Palavra para os diversos cantos dos EUA. Como afirma Mariano (2014, p. 152), “as exigências econômicas do veículo de transmissão da mensagem religiosa acabaram por integrar e, em parte, moldar seu conteúdo”. O mesmo aconteceu no Brasil, onde igrejas neopentecostais se apossaram da retórica da prosperidade e a associaram ao sacrifício financeiro como meio de garantir a expansão de seus “negócios”, bem como o maior alcance de suas pregações (ibid., p. 152).

Nacionalmente, a Teologia da Prosperidade prega não somente que você pode obter o que deseja e receber abundância financeira e felicidade em sua vida. Na verdade, essas benesses são a *prova* de que você é temente a Deus, que você está seguindo os passos corretos e que Deus lhe abençoa por isso. “A posse, a aquisição e exibição de bens, a saúde em boas condições e a vida sem maiores problemas ou aflições”, diz Mariano (ibid., 157), “são apresentados como provas da espiritualidade do fiel”. Isso representa uma mudança radical no antigo ascetismo pentecostal ao não apenas prometer a prosperidade e a abundância mas também ao associar a pobreza com a falta de fé, exatamente o oposto do estipulado pelos clássicos e dêuter<sup>25</sup>. Embora isso seja um pouco libertador para o fiel, isso também implica uma série de problemas para os pastores: como explicar para o dizimista fiel e sacrificador assíduo de ofertas que as promessas divinas de bem-estar e bens materiais não foram concretizadas? Uma das opções é culpando-o. Como bem observa Dip: “se o pedido não se realizar, a culpa é transferida ao crente, que não orou direito, não teve fé o bastante ou não fez ofertas de sacrifício suficientes para receber a graça de volta (2018, p. 81-82). Outra forma de fazer isso é culpando um outro pelo infortúnio, mais especificamente, o Diabo e outros espíritos ruins.

### 3.3. Sobre Amarrar o Diabo: a Teologia do Domínio

Doenças, miséria, desastres e todos os problemas que afligem o ser humano desde que este iniciou sua vida na Terra têm uma origem, o diabo.

(Edir Macedo em seu livro “Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?”)

---

<sup>25</sup> Cabe ressaltar que a benesse material e prosperidade não estão acima de Deus, nessa teologia. Como afirma Mariano (2014, p. 158), a fé como *meio* de obtenção desse bem-estar implica o temor e obediência às ordens de Deus, colocando-o em primeiro lugar.

A dicotomização do mundo em “bem” em “mal” é basilar nas religiões abraâmicas, da qual o Cristianismo faz parte. Como conta Nogueira (2002, p. 13-19), a tradição hebraica primitiva não materializava o Mal em alguma entidade, sendo Deus, onipotente, onipresente e onisciente, o único detentor do Juízo, do Bem e do Mal. Foi a partir das histórias de Jó que surge a figura de Satã, um anjo que encarnaria o Mal para si, transformando-se, posteriormente, no próprio Diabo. Junto a ele, uma série de outras entidades surgiram – como Belzebu, Lilith, Lúcifer etc., reiterando a existência de uma legião de seres os quais representariam o que é maligno, em oposição à bondade divina.

O advento do Cristianismo marca a consolidação do Diabo – bem como sua legião de aliados – como o “*grande adversário*” de Deus (ibid., p. 25, grifo original). A dicotomia é plenamente estabelecida, com a existência de dois reinos – o Reino de Deus/de Cristo e o do Diabo. Satã tentaria trazer o máximo de pessoas possível para seu reino, enquanto Deus e Cristo teriam como missão principal a destruição do reino diabólico (ibid., p. 26). O principal resultado dessa polarização, para Nogueira, é que

[...] tudo o que afasta os homens de Deus é uma manifestação do Diabo. É o caso, principalmente, de todas as formas de resistência à palavra de Cristo, e, por conseguinte, também da religião judaica. De outro modo, a religião cristã, assumida como *verdadeira*, exclui e assimila ao Demônio todos os outros credos, processo em cuja elaboração Satanás desempenha um papel tão importante quanto o Messias (NOGUEIRA, 2002, p. 26, grifo original).

Nessa batalha, o Diabo contaria com sua legião de demônios menores, que tentariam os humanos a se desvirtuarem dos passos do Senhor e se lançarem nos caminhos das Trevas. Nesse contexto, tudo o que não estaria de acordo com o Cristianismo seria considerado ação satânica, e outras religiões, credos, visões de mundo e estilos de vida seriam demonizados (ibid., p. 27). Simultaneamente, mesmo um cristão, um fiel seguidor dos ensinamentos de Cristo, poderia ser apossado por um espírito maligno, que corromperia o fiel ou o tentaria a sair dos passos do Salvador. Como escreve Nogueira,

Embora acreditando que Jesus havia vindo ao mundo para salvar o homem do poder do Diabo, a Igreja deixou de sustentar que ele estava totalmente vencido. Se assim fosse, não haveria razão para a continuada existência da Igreja. Aos olhos dos cristãos, surgia a aterrorizante certeza da existência de uma conspiração sobrenatural contra o triunfo do Salvador. O poder absoluto de Satã sobre a humanidade havia sido quebrado, mas ele permaneceu um formidável oponente. Ele odiava Deus e

todos os seres humanos, concebidos à imagem divina, e ansiava por capturar o maior número possível de almas em seu reino infernal [...] (NOGUEIRA, 2002, p. 41).

Essa onipresença do Diabo implicava uma necessidade constante dos cristãos em se manterem atentos aos projetos de Satã, uma vez que, a qualquer momento, podiam sucumbir às garras do Maligno. Ao mesmo tempo, elencava-se determinados grupos os quais seriam a própria reencarnação de Satanás, grupos que representariam tudo o que o verdadeiro Cristão não deveria ser, fazer ou seguir. Predominantemente o paganismo nos primeiros séculos do cristianismo – paganismo que seria qualquer religião distinta dos ensinamentos de Jesus (ibid., p. 38-42) –, posteriormente outros grupos foram sendo incorporados a essa lista diabólica. Nesse cenário, Jean Delumeau (1989) afirma haver um duplo movimento – interno e externo – do Cristianismo baseado no *medo*, algo que fora exacerbado durante a Idade Média por meio da Igreja Católica na Europa Ocidental.

[Os homens da Igreja] levantaram o inventário dos males que ele [Satã] é capaz de provocar e a lista de seus agentes: os turcos, os judeus, os heréticos, as mulheres (especialmente as feiticeiras). [...] O discurso eclesiástico reduzido ao essencial foi com efeito este: os lobos, o mar e as estrelas, as pestes, as penúrias e as guerras são menos temíveis do que o demônio e o pecado, e a morte do corpo menos do que a da alma. [...] [a Inquisição] orientou suas temíveis investigações para duas grandes direções: de um lado, para bodes expiatórios [...]; de outro, para cada um dos cristãos, atuando Satã, com efeito, sobre os dois quadros, e podendo todo homem, se não tomar cuidado, tornar-se um agente do demônio. Daí a necessidade de um certo *medo de si mesmo* (DELUMEAU, 1989, p. 32, grifo nosso).

Delumeau (1989, p. 31-37) e Nogueira (2002, p. 41–50) concordam que isso teve um impacto enorme no imaginário das populações afetadas por essa ideologia – principalmente, as populações feudais da Europa Ocidental no Medievo. Por um lado, havia uma tentativa constante dos cristãos em se autodisciplinarem, em estarem de acordo com os princípios e ensinamentos de Cristo como uma forma de reduzir as forças do Diabo ao buscar amparo e abrigo nos braços de Deus. Essa autovigilância constante, esse *medo de si mesmo*, é um cenário extremamente propício para o surgimento de sentimentos de perseguição ininterrupta, de que a qualquer momento alguém ou algo irá tentá-lo, corrompê-lo ou apossá-lo. Delumeau definiu esse sentimento como *angústia*, a qual seria uma dimensão mais forte do medo por se tratar de algo desconhecido, que a qualquer momento pode lhe fazer mal.

O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem mais respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro se refere ao conhecido; a segunda,

ao desconhecido. O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança (DELUMEAU, 1989, p. 25).

Essa distinção entre angústia e medo não é tão bem delimitada. Como explica o autor, um exerce influência sobre o outro. Um medo vivido todos os dias – como o medo do Mal – provavelmente desencadeará em uma angústia, bem como uma vida angustiada provavelmente estará mais propensa a sentir medo (ibid., p. 25). Uma diferenciação similar é feita por Ahmed (2014, p. 64-68), que distinguiu medo de *ansiedade*: enquanto o medo seria uma produção associada à *aproximação* do objeto – ou seja, pelo passar do objeto por você, por sua proximidade com seu corpo –, a ansiedade seria uma *abordagem* para os objetos, uma forma de observar o mundo. O passar do objeto, de uma situação de medo, não implica necessariamente que o medo desapareceu; na verdade, como afirma a autora, seu desaparecimento pode gerar a ansiedade, uma vez que o objeto de medo não está mais sob seu campo de visão, sob seu “controle”. Seria desse modo que o medo desaguaria em ansiedade, nesse meio de observar o mundo com um olhar que rapidamente “cola” o temor em diferentes objetos, como um meio de tentar retomar o controle perdido pelo passar do objeto. Assim como a angústia, a ansiedade seria um medo generalizado, uma forma de observar o mundo com espanto, de tentar domar o desconhecido e o caótico. E o pensamento cristão medieval foi fortemente influenciado por esse medo, essa angústia e essa ansiedade.

Ahmed (ibid., p. 64-68) observa que esse movimento de ansiedade pode produzir, como efeito, o direcionamento do medo para outros objetos, que se “grudaria” a eles nessa tentativa de retomar o controle do que fora perdido. Delumeau (1989, p. 32) delimita esses objetos para o imaginário da Inquisição: seriam bodes expiatórios, os quais conviriam como meio de materializar não só o medo do que não poderia ser visto – Satã e seus demônios – como também o que “culpar”, o que (no caso, quem) era responsável por toda a angústia e sofrimento os quais se faziam presentes no cotidiano medieval. Conforme explica o autor,

Desmascarar Satã e seus agentes e lutar contra o pecado era [...] diminuir sobre a terra a dose de infortúnios de que são a verdadeira causa. Essa denúncia se pretendia, pois, liberação, a despeito – ou melhor por causa – de todas as ameaças que fazia pesar sobre os inimigos de Deus desentocados de seus esconderijos. Numa atmosfera obsidional, a Inquisição apresentou tal denúncia como uma salvação (DELUMEAU, 1989, p. 32).

Nogueira afirma que esse direcionamento do medo do desconhecido para os “adoradores do Demônio” – os bodes expiatórios exemplificados por Delumeau – teria o incrível efeito de tornar o Diabo uma figura ainda mais forte no imaginário cristão, de modo a torná-lo onipresente mesmo após materializá-lo em grupos sociais. A explicação disso seria a crença difundida da existência de “sociedades secretas” de adoradores do Diabo, cujos membros seriam sorrateiros, camuflando-se entre os demais cristãos, prontos para tentá-los e levá-los para a perdição (2002, p. 50-61). Note o deslocamento do medo *do Diabo* para o medo *dessas pessoas*, as quais adquirem um caráter diabólico onipresente e onisciente ao mesmo tempo que são corporalizadas em seres terrestres, de carne e osso. Nogueira (ibid., p. 50) e Delumeau (1989, p. 32) observam que isso serviu como justificativa para a perseguição desses grupos (em especial, judeus, bruxas e feiticeiros, alvos favoritos da Inquisição e da população angustiada).

Uma visão comum nas Ciências Sociais é a que a ascensão da Modernidade foi demarcada por uma atenuação na retórica do Diabo como principal causador dos males da humanidade. Isso não significa que essa retórica não tenha resultado em outros discursos e representações do Mal reificado – o “Eixo do Mal” de Bush é um exemplo bem recente disso. Mas, como canonicamente afirmou o sociólogo Max Weber, a contemporaneidade é demarcada por um desacentuado uso do discurso religioso em nome do científico, racional e não-sobrenatural: o chamado “desencantamento do mundo” (WEBER, 2015), o qual se tornaria mais previsível, mais conhecido e, *portanto*, menos caótico. Ahmed contrapõe essa visão, como vimos antes, ao propor a impossibilidade da distinção entre razão e emoção, a qual se faz presente na argumentação de Weber e sua distinção entre caos/ordem, tradicional/Modernidade e religioso/laico. Como dito pela autora, estes não cessaram sua existência nos discursos, e continuam circulando e grudando em corpos e objetos. Nesse sentido, a pergunta “a quem é permitido ter emoções” pode ser evocada novamente para refletirmos sobre a necessidade moderna de ser (ou melhor, parecer) racional, neutro e objetivo. O discurso religioso – especialmente o cristão – teria se adequado a essa necessidade, apresentando-se, agora, de maneira laica e contida, ocultando (ou ao menos tentando ocultar) qualquer demonstração emocional em sua retórica. A “des-demonização” ou “desencantamento” do mundo seriam o resultado disso, e teriam afetado, principalmente, o Cristianismo “hegemônico”, o qual Kolakowski chama de “teologia liberal”. O autor explica:

[...] desde o século XVIII, a teologia católica tornou-se cada vez mais econômica nas questões demonológicas, as quais foram, por sua vez, apropriadas pelas forças

religiosas periféricas: ocultistas, satanistas, amadores, grupos sectários marginais, algumas personalidades [...]. A teologia liberal, católica e protestante, simplesmente evita o mundo demoníaco, ou menciona-o como apenas uma metáfora, um símbolo tradicional, uma abstração (KOLAKOWSKI, 1985 *apud* MARIANO, 2014, p. 110).

A emergência do discurso científico-racional na Modernidade implicaria, nessa visão, na diminuição da retórica do maléfico, a qual seria reduzida ao que é considerado marginal, não-hegemônico, não-racional e a grupos os quais depreende-se, comumente, de serem “emotivos demais” (como pessoas não-brancas, tal como afirma Ahmed). Não surpreende, portanto, que essa retórica tenha sido resgatada pelo pentecostalismo, movimento de origem periférica desenvolvido por grupos negros americanos que pouco se interessavam pelos “devaneios e vicissitudes da erudição teológica” desse Cristianismo hegemônico (MARIANO, 2014, p. 110). O que era contido (ou ocultado) pela razão – a retórica do mundo demoníaco –, dessa forma, passou a ser mais explorado por essa denominação. Nesse aspecto, Mariano diz que

Pastores e fiéis enxergam a ação divina e demoníaca nos acontecimentos mais insignificantes do cotidiano. Para eles, não há acaso. Tudo é prenhe de sentido, e a Bíblia contém todas as respostas de que precisam. Daí a banalização de fenômenos sobrenaturais nas igrejas pentecostais (MARIANO, 2014, p. 110).

Iniciado de maneira primordial nas igrejas pentecostais, esse retorno ao discurso do mundo demoníaco e à retórica do maléfico, no Brasil, chega principalmente a partir da emergência das igrejas neopentecostais, e dissemina-se com a atuação de líderes como Edir Macedo e R. R. Soares. Isso não quer dizer que as outras denominações pentecostais – bem como protestantes – não vocalizem uma dicotomização do mundo entre Bem e Mal; igrejas deuteropentecostais como a Deus É Amor e Casa da Bênção também se apossaram de parte dessa retórica. No entanto, como afirma Mariano (2007), o que ocorre a partir da década de 1990 no Brasil é a (re)popularização dessa retórica a partir do neopentecostalismo. Essa retórica, por sua vez, não vem sem alterações fundamentais.

Mariano (*ibid.*, p. 25) afirma a existência de uma “hipertrofia” por parte do pentecostalismo e do neopentecostalismo em relação à guerra existente, na visão cristã, entre Deus e o Diabo pelo domínio do mundo, canalizando-a para “o mundo material”, no cotidiano ordinário das pessoas. Não concordo que haja uma hipertrofia desse discurso se considerarmos que este sempre esteve presente no imaginário cristão (católico ou protestante), como mostram as análises de Delumeau (1989) e Nogueira (2002). Eles reiteram que a

presença desse discurso dicotômico sobre o mundo, permeado por essa disputa entre Bem e Mal, é basilar no Cristianismo, tendo se constituído na Idade Média a partir da visão de um ambiente rodeado por demônios, como afirmam os autores. Não vejo, dessa forma, que se trata de uma versão “hipertrofiada” da dicotomia Bem e Mal; seria apenas uma versão em que isto está mais explícito, em que esse binário é mais frequentemente articulado no cotidiano das pessoas, que estaria permeado pela guerra entre esses dois lados antagônicos.

Essa guerra não se limitaria ao mundo espiritual, portanto, e não envolveria apenas entidades sobrenaturais: seres humanos não só poderiam ativamente participar dessa batalha como *deveriam*, revertendo “as obras do mal, cujo principal objetivo consiste em desviar os homens do caminho estreito da salvação” (ibid., p. 25). Esse contexto explica em parte o porquê esses grupos aperfeiçoaram de maneira extraordinária as formas de evangelização, com o objetivo de alcançar e “salvar” a maior quantidade de almas possível. Ganhar almas, dessa forma, seria uma forma de “auxiliar Deus” nessa batalha e de se tornar digno de ser abençoado – seja de maneira material ou espiritual (ibid., p. 25).

Os demônios, nesse cenário, estariam em todos os lugares possíveis. R. R. Soares é categórico ao afirmar que “não existe nada que esteja fora da ação demoníaca”, o que incluiria futebol, artes, religião e, inclusive, *política* (SOARES, 1984 *apud* MARIANO, 2007, p. 26, grifo nosso). Edir Macedo reitera esse ponto ao dizer que “todos os males da humanidade” são causados pelo Diabo, incluindo “doenças, misérias, desastres e todos os problemas” (MACEDO, 2002 *apud* MARIANO, 2007, p. 26). “O diabo controla tudo”, resume Soares (1984 *apud* MARIANO, 2007, p. 26). O Mal é, no neopentecostalismo, onipotente e onipresente, ao mesmo tempo que o crente é empoderado a destruí-lo, subjugá-lo e, como comumente se diz, “amarrá-lo” (presente em “Tá amarrado, Diabo!”<sup>26</sup>).

É possível afirmar que há um retorno, de certa forma, do medo, da ansiedade e da angústia no imaginário pentecostal, derivado principalmente desse caráter onipresente e onipotente do Diabo adquirido nessa denominação. O Diabo pode, a qualquer momento, acometer a pessoa com doenças, desemprego, baixos salários, brigas com o marido/a mulher,

---

<sup>26</sup> Embora não se tenha uma noção correta da origem desse termo, acredita-se que venha da passagem de Marcos 3:27, onde Jesus afirma que “ninguém pode entrar na casa do valente, roubar-lhe os bens, sem primeiro amarrá-lo; e só então lhe saqueará a casa” (KIRSCHNER, E. “Amarrando o valente”: interpretação de Marcos 3.27 em seu contexto original. *Teologia Brasileira*, 2020. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/amarrando-o-valente-interpretacao-de-marcos-3-27-em-seu-contexto-original/>. Acesso em: 20/11/2021). Por sua vez, Eliade (1991 *apud* Mariano, 2014, p. 145) afirma que a simbologia de amarrar o diabo retoma a antigas tradições religiosas indo-europeias, em que as amarras serviam como proteção contra animais selvagens, mas também espíritos e morte.

desentendimentos com os filhos, separação amorosa, alcoolismo, vícios, solidão (MARIANO, 2007, p. 24) como também problemas de violência urbana, tiroteios e balas perdidas, assaltos, brigas e ataques físicos (SPYER, 2020, p. 81-84). Ele está, como no imaginário do Medievo, em todo o lugar, devendo o fiel a todo momento estar atento para as armadilhas de Satã em sua vida – ou como é comumente dito: “vigia!”. Nesse sentido, Mariano afirma que até mesmo a culpa – do pecado, da imperfeição, de se desviar momentaneamente dos caminhos de Cristo – são diminuídos, uma vez que o humano é infinitamente mais fraco que o Maligno. De acordo com Mariano,

Diante de tamanha ênfase na figura do diabo [...] cabe um parênteses sobre para discutir [...] a questão da ética e da culpa nesse meio religioso. Embora as igrejas neopentecostais sejam quase tão moralistas quanto as que as precederam, nelas pouca coisa é dita sobre livre-arbítrio, escolha entre opções éticas distintas, pecado e responsabilidade do fiel frente à vida que leva e aos males que o acometem. Se peca ou é acometido por problemas, ele é, antes de tudo, vítima da tirania do Diabo. Dada a sua inclinação pecaminosa, facilmente se deixa dominar pelo mal que o ronda, que o impele a agir. Tal vulnerabilidade decorre do fato de ele não estar totalmente sob o “temor de Deus”. Contudo, não é culpado disto, pelo menos não totalmente, nem tem do que se arrepender. Embora dotado de autoridade concedida a ele por Deus para amarrar, expulsar e repreender demônios em nome de Jesus, parece deter pouca capacidade de reação e autodeterminação, conquanto não seja uma simples marionete nas mãos de Satã. Quanto mais próximo de Deus estiver, ou na “plenitude do Espírito”, mais força terá para permanecer liberto (MARIANO, 2014, p. 140).

É claro que isso não significa que o fiel não seja carregado de culpa; ela é, não obstante, direcionada para o Diabo. Se eu pequei, se estou doente, se algo deu errado ou se eu cometi um crime extremamente deplorável<sup>27</sup>, o verdadeiro arquiteto desses acontecimentos foi Satã, o Maligno. Não é possível dizer, entretanto, que essa menor culpa por parte dos neopentecostais não signifique que a impotência perante o Mal produza menos angústia/ansiedade: se podemos ser a qualquer momento possuídos por uma entidade demoníaca, a sensação de impotência permanece. Simultaneamente, o medo não desapareceu do imaginário neopentecostal – a própria ideia de “vigiar” implica uma autovigilância, um medo de si mesmo, como dito por Delumeau. Não poderia, nesse ambiente, surgir um bode expiatório que materialize e personifique esse Mal, de forma a torná-lo visível e, assim, passível de ser “amarrado”, contido?

---

<sup>27</sup> Mariano fala do caso do pastor que abusou sexualmente de uma fiel e, preso em flagrante, afirmou à polícia que havia sido “possuído por espíritos” que o obrigaram a tal ato (FOLHA DE SÃO PAULO, 1990 *apud* MARIANO, 2014, p. 140).

O bode da vez é, principalmente, as religiões de matriz africana, junto com santos e entidades católicas e mediúnicas. Para Mariano (2014, p. 121), é a umbanda, o candomblé, o espiritismo e outras religiões afrobrasileiras que são os principais alvos de ataques por parte de líderes neopentecostais, com maior destaque para Edir Macedo, que também é autor do *best-seller* “Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?”; e R. R. Soares. Os trechos transcritos por Mariano descrevem da melhor forma a visão desses líderes religiosos sobre essas denominações.

O que acontece no espiritismo, na verdade, justificaria chamá-lo de fábrica de loucos. Engano, desequilíbrio mental e nervoso, crime, loucura, possessão e opressão demoníaca, prostituição, pederastia, lesbianismo, idolatria etc. [...] Há muito charlatanismo nos terreiros”. Na quimbanda há “exus protetores de pederastas, de viciados, de valentões, de ladrões etc. Muita bebida, principalmente cachaça (marafo) é consumida por seus adeptos”. O candomblé “é uma das religiões mais diabólicas que a humanidade já conheceu”. Na Umbanda, os demônios são adorados como deuses, a quem prestam cultos e sacrifícios [...]. O espiritismo é a maior agência que Satanás estabeleceu neste mundo para extraviar e perder os homens (SOARES, 1984 *apud* MARIANO, 2014, p. 119).

[Macedo] considera as religiões afro-brasileiras e orientais obra e reduto diabólicos; antros de manifestação de “estupidez, ignorância e idolatria”. Identifica seus ritos e práticas com “lodo, imundice, lamaçal”. Afirma que são frequentadas por pessoas ingênuas e sinceras, mas sobretudo por “prostitutas, homossexuais e lésbicas [possuídos por pomba-giras], por “ladrões, criminosos, contraventores, pederastas e gente dessa estirpe [ para “fechar o corpo”], e por “pessoas viciadas em tóxico, em bebidas alcoólicas, em cigarro ou jogo [possuídas por “zé pilintras”] (MACEDO, 1998 *apud* MARIANO, 2014, p. 119-120).

A partir dos discursos de Soares e Macedo, é possível observar uma relação de medo que é estabelecida entre este e religiões espíritas e afrobrasileiras. A listagem de uma série de significantes pejorativos (ou que são considerados pejorativos pelos bispos) – como enganação, desequilíbrio mental, prostituição, pederastia, lesbianismo e idolatria – são colocadas à par de “opressão demoníaca”, do que é maligno, satânico e, nesse sentido, do que apavora e amedronta o cristão. Para essa monografia, nos é relevante destacar a repetição constante dos termos “pederastas” (os quais se referem a homossexuais masculinos<sup>28</sup>), “lesbianismo” e “prostituição”, práticas consideradas como ação da “pomba-gira”, que aqui, é

---

<sup>28</sup> PRETES; VIANNA, 2008, p. 319.

utilizado como uma entidade maléfica responsável por esses devaneios demoníacos<sup>29</sup>. É importante destacar para vermos como o discurso de demônios, “em toda a parte”, se gruda a alguns seres em particular – o tal “bode expiatório” dito por Delumeau. Os praticantes desses atos (homossexuais e prostitutas) estariam sob a ação de demônios, sendo, dessa forma, endemoniados, devendo o fiel ter cuidado com eles. Como veremos, a categorização desses elementos como demoníacos será importante para justificar a ação político-religiosa de evangélicos.

Percebemos, assim, que os discursos dos pastores mobilizam medo em relação às religiões afrobrasileiras e espíritas, as quais estariam dotadas de demônios e, portanto, deve o fiel tomar cuidado com elas. Por outro lado, ao passo que estão por toda a parte, seus cúmplices, seus agentes, seus servos; estes se encontram nos “centros de macumba” (como comumente chamam os terreiros), nas casas e tendas espíritas, nas encruzilhadas e nos diversos locais sagrados para essas religiões. “Uma das religiões mais diabólicas que a humanidade já conheceu”, “a maior agência que Satanás estabeleceu nesse mundo” e “obra e reduto diabólicos”, falas enfáticas sobre essas religiões, denunciam os esconderijos do Diabo, e materializam o Mal em terrenos e pessoas, ao mesmo tempo que os categorizam como algo a se temer, a manter distância. Nesse sentido, para entendermos melhor esse medo, devemos compreender o que seria a chamada *Teologia do Domínio*.

Para Mariano (2014, p. 137) e Dip (2018, p. 89), a Teologia do Domínio seria tudo o que se refere à guerra dos cristãos contra o Diabo; no entanto, como explica Mariano, a guerra é feita contra demônios específicos, chamados de espíritos territoriais e hereditários, os quais, no Brasil, são identificados “aos santos católicos, em razão de muitos deles darem nome a cidades, e às entidades das religiões mediúnicas” (MARIANO, 2014, p. 137). Há uma diferenciação entre esses dois espíritos. Os territoriais seriam espíritos os quais seriam distribuídos pelo Diabo em regiões como bairros, cidades, países ou até mesmo continentes<sup>30</sup>, enquanto os hereditários, como o nome diz, estariam envoltos em maldições passadas de

<sup>29</sup> A Pomba-gira é uma entidade afrobrasileira que fora transformada em demônio por, principalmente, neopentecostais. Para ler sobre, ver: MACHADO, M. D. D. C. et al. Homossexualidade e Igrejas Cristãs no Rio de Janeiro. *Revista de Estudos da Religião*, n. 11, v. 1, p. 75-104, 2011; e PEREIRA, P. P. G. Judith Butler and the Pomba-Gira. *Cadernos Pagu*, n. 53, [n. p.], 2018.

<sup>30</sup> Cabe aqui a referência de Marco Feliciano que, no Twitter, afirmou que o continente africano ser um local com pestes, doenças, fome e guerras étnicas por conta da maldição que Noé lançou sobre Canaã, o qual seria o descendente primordial dos povos africanos (DIP, 2018, p. 67). Vemos, aqui, a utilização da ideia de espíritos territoriais para explicar a prevalência de problemas sociais.

maneira geracional – as “maldições de família”<sup>31</sup> (ibid., 137-139). O nome da teologia, por sua vez, advém da ideia de que esses espíritos *dominam* as pessoas pertencentes a essas regiões amaldiçoadas, as quais necessitam ser libertadas a partir de orações ou de uma verdadeira “batalha espiritual” propriamente dita.

“Batalha” pois, como afirma Mariano (ibid., 121-126), essa teologia implica uma *guerra espiritual* travada entre o Bem e o Mal, entre os servos do Senhor e todas essas entidades e seus portadores. A linguagem da guerra é, por exemplo, utilizada tanto por Soares quanto por Macedo, e mais recentemente, tem sido incorporada por assembleianos como Magno Costa. “Em sua guerra contra o Diabo” – escreve Mariano – “há inimigos, soldados, batalhas, luta, munição, manobras, impiedade, perigo, resistência, crimes, castigos, desafios, destruição, libertação, vitória e derrota” (ibid., p. 125). Essa linguagem belicosa engaja os fiéis e os empodera na luta contra o Maligno, que como visto anteriormente, se materializa nos adeptos de religiões espíritas e afro-brasileiras (e, em menor escala, católicos). É possível ver novamente o exagero a utilização dessa linguagem, um apelo que remete ao “vale-tudo”, a uma situação excepcional, que envolve violência e a ausência de ordem e regras. Na guerra, tudo é possível.

De mesmo modo, esse discurso bélico reitera o ambiente de caos e insegurança gerado pela onipresença do Diabo no cotidiano do fiel. Nesse discurso, há uma guerra, e em qualquer momento você pode ser afetado por ela, se tornando vítima do mal. Como explica Mariano (ibid., p. 126), “com a ênfase no Diabo e o culto centrado no exorcismo, não causa surpresa a conclusão de que os crentes possam ser vitimados e, até mesmo, possuídos por demônios”. Retomo, a partir dessa sentença, a ideia de se ter um “medo de si mesmo” dita por Delumeau (1989). Como afirma o autor, uma via de saída para o sentimento de angústia derivado dessa constante autovigilância é a reificação desse medo em um objeto (utilizando os termos de Ahmed) como meio de criar um bode expiatório que personalize o Mal. No discurso da guerra, envolto no linguajar do caótico, da excitação ao combate e do apelo ao “vale-tudo”, o medo, derivado dessa angústia constante em ser possuído pelo Diabo, é direcionado a esse outro, ao inimigo, que seria o endemoniado.

Concomitantemente, o medo que gera esse linguajar bélico é reforçado pelo mesmo: a todo momento, os fiéis estabelecem relação com o mundo de maneira marcial, a qual fortalece esse olhar dualista, conturbado e sem regras. Nesse ponto, friso a ideia da circulação

---

<sup>31</sup> Curiosamente, a maldição lançada sobre Canaã é, também, uma maldição hereditária, uma vez que contaminou toda a sua descendência, nesse ponto de vista.

econômica das emoções de Ahmed (2014): estas se movimentam, se grudam a objetos e modificam e são modificadas pelas superfícies de seus corpos. O medo, por conseguinte, transforma as relações que esses evangélicos estabelecem com o mundo, ao mesmo tempo que é transformado e reconfigurado a partir dessas relações. O medo alimenta o discurso bélico, da Teologia do Domínio, ao mesmo tempo que é alimentado por esse discurso.

Em vista disso, o primeiro resultado da Teologia do Domínio, a qual implica a lógica da guerra espiritual, é o aumento da intolerância e do racismo religiosos no Brasil. Como afirma Mariano (ibid., p. 121-133), cresceram o número de casos que envolviam incidentes entre neopentecostais e outras denominações, em especial afro-brasileiras. Ataques verbais e físicos, pedradas, invasão de terreiros e centros espíritas e difamação em grandes mídias são apenas alguns exemplos disso. O segundo resultado é a entrada cada vez mais forte de evangélicos na política, sob o argumento de que haveria espíritos territoriais e hereditários no Brasil, país de tradição católica com forte influência de religiões espíritas.

[...] a crença nos espíritos territoriais tem-se prestado ao uso eleitoreiro. Justificam seus defensores, candidatos e cabos eleitorais que a eleição de evangélicos para os altos postos políticos da nação trará bençãos sem fim à sociedade. Além de desalojar parlamentares infiéis, idólatras, macumbeiros e adeptos de práticas pagãs, parcialmente culpados pelas terríveis maldições que recaem sobre o país, os políticos evangélicos, eleitos, teriam a privilegiada oportunidade de poder interceder, nos planos material e espiritual, diretamente no próprio local onde se alojam poderosos demônios territoriais que tanto oprimem os brasileiros (MARIANO, 2014, p. 144).

A ideia, portanto, seria que a eleição de políticos evangélicos quebrariam com fortes maldições presentes no Brasil por variados motivos os quais vão desde a colonização católica até a forte presença de idolatria e espiritismo. No entanto, esse movimento de entrada na política é algo relativamente recente, iniciado apenas após a redemocratização. Isso será analisado no próximo capítulo.

#### 4 Evangélicos e a Política: Início da Tentação

Penso que o caos social, político e econômico é decorrência, numa primeira instância, das maldições que repousam sobre o nosso país (a idolatria, o espiritismo, o completo repúdio a Deus, enfim, por parte de milhões de brasileiros). Tais maldições espirituais repercutem diretamente no mundo tangível e se expressam em morte, miséria, fome, prostituição, esfacelamento moral da família e das instituições políticas e econômicas. A transformação do Brasil, assim, há de começar necessariamente pela restauração espiritual da nação, passando pela santificação da igreja e de cada crente.

(Pastor Lamartine Posella em campanha para o Congresso Nacional)<sup>32</sup>

Antes de falar da ascensão de pentecostais na política, faço um pequeno resumo da participação de protestantes históricos. Desde a Proclamação da República, quando a Igreja Católica deixa de ser a religião oficial do Estado brasileiro, a participação desse grupo religioso sempre foi muito tímida. Inexistente na Primeira República, protestantes só conseguiram eleger mais de um candidato a partir de 1950, número que foi aumentando de 9 a 13 deputados até o fim da ditadura militar (FRESTON, 1993, p. 149-179). A participação protestante, seja histórica ou pentecostal, foi tímida nesse primeiro momento. Como dizia o antigo lema protestante: “crente não se mete em política” (TREVISAN, 2015, p. 89).

A década de 1980 foi um ponto de virada para a participação de pentecostais na política. Na verdade, como já defendia em 1978 o jornal da Assembleia de Deus “O Mensageiro da Paz”, “crente vota em crente” (*ibid.*, p. 87). O pontapé inicial veio, no entanto, com as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986. O cenário é de efervescência política de movimentos sociais e das reivindicações da sociedade civil em uma ampla frente de interesses, muito por conta do contexto de gradual abertura política que o país passava. Junto a isso, estava presente no imaginário brasileiro a ideia de que a Constituinte representaria uma mudança profunda no Brasil, um momento que seria definitivo para o futuro e os rumos do país. Em conjunto, esses dois fatores explicaram a euforia que tomava conta nacionalmente dos cidadãos, e os evangélicos não ficaram de fora desse momento (SAQUETTO, 2007, p. 180–181; TREVISAN, 2015, p. 88–89).

A principal motivação para o ingresso de evangélicos na política foi o receio com a sua liberdade religiosa. Havia uma crença no meio protestante de que a nova Constituição poderia beneficiar a Igreja Católica ou prejudicá-los. Enquanto minoria religiosa, os

<sup>32</sup> INTEGRAÇÃO CRISTÃ, 1996 *apud* MARIANO, 2014, p. 145).

evangélicos afirmavam frequentemente serem vítimas de preconceito e discriminação por parte de católicos, o que é bem exemplificado pelo livro/manifesto da liderança assembleiana no Senado, Josué Sylvestre, o “Irmão Vota em Irmão” (1986), no qual defende

Para que sejamos ouvidos e respeitados, para que a *discriminação contra os evangélicos declarada ou disfarçada mas sempre odiosa e injusta seja eliminada*, só há um caminho prático: a eleição de irmãos nossos para todos os postos eletivos (SYLVESTRE, 1986 *apud* TREVISAN, 2015, p. 95, grifo nosso).

Afirmando ser vítima de discriminação, o pastor utiliza da mesma linguagem discriminatória em seu livro a fim de demonstrar repulsa à possível ideia de gasto público destinado às religiões católica e umbanda.

O imposto que o crente paga (...) vai financiar a idolatria e a feitiçaria (...). Cada parlamentar federal (...) recebe, anualmente, no Orçamento da União, uma parcela de recursos (...). Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional (SYLVESTRE, 1986 *apud* SAQUETTO, 2007, p. 181).

Por sua vez, Freston (1994 *apud* TREVISAN, 2015, p. 95-96) enxerga que a motivação evangélica era, na verdade, uma busca por igualdade de *status* na vida pública. Tendo crescido numericamente, essa nova força política buscava agora influenciar, tal como a Igreja Católica, os rumos da política nacional e as políticas públicas aprovadas nas casas legislativas. Essa igualdade de *status* resumia-se, principalmente, em “captação de recursos públicos, concessões de emissoras de rádio e televisão, além do próprio espaço político também” (TREVISAN, 2015, p. 95). Essa ideia é melhor expressa pelo próprio Sylvestre.

[...] os evangélicos não são consultados pelo governo em decisões realmente importantes, como o é a CNBB; há poucas capelanias evangélicas nas forças Armadas; imagens ainda são entronizadas em repartições públicas; os recursos públicos vão desproporcionalmente para ‘grupos religiosos pretensamente majoritários’. (SYLVESTRE, 1986, *apud* TREVISAN, 2015, 95).

Por fim, cabe salientar a preocupação que lideranças evangélicas vocalizavam em torno de questões de caráter moral e comportamental, como o aborto e a inclusão de orientação sexual (*ibid.*, 2015, p. 103-104). Seja a motivação medo – do cerceamento da liberdade religiosa ou de pautas “imorais” serem aprovadas – ou privilégios, a mobilização em favor das candidaturas evangélicas nas igrejas auxiliou muito na eleição do que ficou

conhecido como “bancada evangélica” nessa Constituinte, com a eleição de 32 candidaturas protestantes<sup>33</sup>, sendo 18 delas pentecostais.

#### 4.1. Da Constituinte à Era Lula

Uma vez na Assembleia, além do alinhamento do grupo ao chamado “Centrão”<sup>34</sup> em assuntos que não interessavam a bancada, a bancada fez uma grande mobilização em torno dos interesses supracitados. Ironicamente, parlamentares evangélicos e católicos convergiram em muitos aspectos na Constituinte, superando o crime de rivalidade existente no período pré-eleição. Como afirma Trevisan (2015, p. 104-105), as posições morais dos evangélicos convergiam com as da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e ambos votavam juntos em temas como aborto e homossexualidade.

Apesar do discurso repetidamente enunciado de perseguição religiosa, Freston (1994) afirma que a liderança da Assembleia de Deus avalia como positivo o desempenho da bancada evangélica na Constituinte. Ainda, ele afirma que católicos e evangélicos convergiram em inúmeros momentos, especialmente na defesa de pautas relacionadas à moralidade e a direitos sexuais e reprodutivos.

O nome de Deus é incluído no preâmbulo da Carta, a liberdade religiosa ampliada, o ensino religioso mantido no currículo, sendo a única disciplina curricular cuja obrigatoriedade da oferta de matrícula é garantida constitucionalmente. São rejeitados a inclusão do termo ‘orientação sexual’, a pena de morte e o voto distrital<sup>35</sup>. Por outro lado, os pentecostais saem derrotados nas questões de aborto, censura artística e divórcio (FRESTON, 1994, p. 84).

Os anos que vão da Constituinte à eleição de Bolsonaro em 2018 são marcados por duas oscilações dos evangélicos em relação ao PT, principal representação de esquerda nas eleições presidenciais desse período. A primeira oscilação vai de um temor enérgico do partido a uma aproximação amistosa, porém interesseira. A segunda oscilação é marcada por

---

<sup>33</sup> Dois parlamentares suplentes protestantes assumiram posteriormente, totalizando 34 membros dessa bancada (TREVISAN, 2015, p. 89).

<sup>34</sup> Grupo conservador formado na Constituinte como oposição a elementos considerados de esquerda (TREVISAN, 2015, p.102). Para mais informações, ver: FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>. Acesso em: 21/11/2021.

<sup>35</sup> A justificativa para a rejeição do voto distrital ser uma vitória para os evangélicos seria pela maior dificuldade de se eleger essas lideranças em um cenário em que os votos são distribuídos por distritos e não são absolutos, uma vez que isso dificultaria a eleição de parlamentares evangélicos visto que seus eleitores estariam distribuídos geograficamente. Ver TREVISAN, 2015, p. 72-86.

um antagonismo pulsante do partido e da esquerda em si. A primeira parte da Assembleia até o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), enquanto a segunda parte, da eleição de Lula até o *impeachment* de Dilma.

O período da Assembleia Constituinte também foi o período em que se acirrou a rivalidade entre petistas/progressistas e a recém-nascida, mas já influente, bancada evangélica. Vale ressaltar que, nesse momento, o termo *bancada evangélica* se refere a uma amálgama formada pelos protestantes presentes na Constituinte, sejam eles históricos ou pentecostais (a maioria, no entanto, era da Assembleia de Deus) (FREESTON, 1993, p. 222-230). Posteriormente, como veremos, a bancada evangélica se transformará na “Frente Parlamentar Evangélica”, e contará com a presença de outras religiões em sua composição, como católicos e espíritas, mas manterá sua característica de ser majoritariamente pentecostal e neopentecostal.

A principal causa do conflito entre a bancada evangélica e grupos de esquerda/progressistas foram as divergências em relação a pautas de caráter moral, como a flexibilização do aborto e proteção estatal contra a discriminação por orientação sexual. Além disso, a maioria desses parlamentares encontra-se, nesse primeiro momento (na verdade, em todo o período pós-redemocratização) em partidos de centro e direita<sup>36</sup>, alinhando-se ao chamado “Centrão”, dando sustentação ao governo Sarney e colocando-se em oposição à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores<sup>37</sup>. Nesse sentido, tanto pelas questões morais como pelas divergências de apoio ao governo, as bancadas evangélica e de esquerda (em especial, a petista) tornaram-se antagônicas (TREVISAN, 2015, p. 116-117).

Junto a esse antagonismo em relação ao PT derivado das questões morais e partidárias, vale salientar a verdadeira demonização que os pentecostais manifestavam sobre o partido, muito por conta do apoio a direitos sexuais e reprodutivos, mas também pela aproximação do partido com setores progressistas da Igreja Católica. Como escreve Mariano e Pierrucci (1996 *apud* TREVISAN, 2015, p. 119), havia uma crença de que “Lula privilegiaria a Igreja Católica, perseguiria as igrejas evangélicas, acabaria ou diminuiria com a liberdade religiosa conquistada e, finalmente, transformaria o Brasil em um estado comunista ateu”.

---

<sup>36</sup> Trevisan (2015, p. 81-86) fala da presença de evangélicos em dois partidos em específico no período que vai da Assembleia até as eleições de 2014: o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o qual se torna o Republicanos em 2019.

<sup>37</sup> Obviamente, há exceções a essa regra, como a deputada federal Benedita da Silva, do PT, que é evangélica, progressista e votou em consonância com a bancada petista em questões de caráter moral (TREVISAN, 2015, p. 102-104).

Esse antagonismo foi profundamente refletido nas alianças estabelecidas nas eleições de 1990, 1994 e 1998. Em todos os casos, lideranças e políticos evangélicos apoiaram os candidatos em oposição à Lula, que ficou em segundo lugar em todos esses anos (AVELAR, 2021, p. 242–243; TREVISAN, 2015, p. 119). Embora tenham apoiado o *impeachment* de Fernando Collor, posteriormente defenderam o voto em FHC, tanto em 1994 quanto 1998. A situação é ainda mais incrível se considerarmos que FHC é um candidato declaradamente ateu, o que poderia ser facilmente visto com hostilidade por essas lideranças dado o caráter de defesa da religiosidade já mencionado anteriormente (TREVISAN, 2015., p. 119). Isso, entretanto, não serviu como impedimento; por outro lado, bispos como Edir Macedo aconselharam seus fiéis a não votarem em “candidatos do demônio”, referindo-se, na ocasião, à Lula (TREVISAN, 2013, p. 31–32).

A situação muda nas eleições de 2002, momento em que o PT amplia sua base eleitoral e inicia um processo de diálogo com lideranças empresariais, políticas e, também, evangélicas. Esse movimento parte tanto de uma mudança de postura por parte da campanha de Lula, que se mostrou mais aberto ao diálogo e menos radical – como exposto, por exemplo, na famosa “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>38</sup>; como também por uma pressão que líderes religiosos sentiam por conta do apoio popular que Lula obteve no período, em especial, no segundo turno. Sobre isso, Fonseca afirma que,

Como toda organização social, uma igreja também é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral. A liderança da IURD não pôde ignorar o desejo de grande parte da população por mudança após oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Dentro dessa percepção, a fala do deputado Marcos de Jesus (PL/CE), ao declarar a possibilidade de apoio a Lula, é cristalina: “não posso ficar contra a voz do meu povo, que está pedindo Lula para presidente”. A relação entre a Igreja e os fiéis se dá em mão-dupla e com isso por mais que haja a pretensão de um curral eleitoral evangélico, os líderes religiosos se veem obrigados a atender muito das demandas e desejos de seus seguidores (FONSECA, 2004, p. 17).

A ideia de “curral eleitoral evangélico” nessa fala de Fonseca remete a um axioma comum entre pesquisadores e autores. Freston (2019), por exemplo, afirmam que é possível falar de um grande corporativismo por parte dos evangélicos, uma vez que estes teriam a tendência de auxiliar fortemente na eleição de “candidaturas oficiais” das igrejas que

---

<sup>38</sup> Documento assinado por Lula em junho de 2022 no qual afirma que, caso eleito, respeitará a Constituição, as normas nacionais e internacionais e, principalmente, que manterá o equilíbrio fiscal e não tomará políticas radicais na economia. A Carta pode ser lida em FOLHA DE SÃO PAULO. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha Online**, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/cpb2002>. Acesso em 22/11/2021.

participam. De maneira semelhante, Saquetto (2007) fala da emergência do “pastor político”, fazendo referência aos líderes religiosos em atividade que são eleitos com apoio da igreja que representam para defender os interesses destas – e, em tese, do povo evangélico – no Congresso ou nas casas legislativas. Por fim, o trabalho de Ferreira e Fuks (2021), embora não seja conclusivo, demonstra que há uma relação direta entre a frequência com que o fiel vai para os cultos – ou seja, o quão envolto está ele na atividade religiosa cotidiana – e a consonância de seu voto com a candidatura oficial da igreja que frequenta.

Uma conotação pejorativa perpassa algumas dessas referências ao “corporativismo” e “curral eleitoral” evangélico, uma vez que ambos remetem a um movimento massificado e “irracional” por parte dos fiéis em relação aos candidatos de suas igrejas. Essa linha de raciocínio está implícita no argumento de Freston e explícita no trabalho de Saquetto, o qual, em sua conclusão, afirma que

Pastores políticos cunhados naquelas ideias das redes clientelares [sic] e paternalistas tão bem processados na história política brasileira, que acabou no hoje, fazendo do “coronel”, o “irmão”. O clientelismo do tijolo e do saco de areia enfraqueceu-se e assumiu-se como barganha de bens espirituais, de cura, de libertação, de identidade, de promessa na boca profética que grita a “revelação” e estimula a “guerra” por tantas Canaãs quantos espaços públicos legítimos de representação. O conteúdo salmúdic de Davi, re-vitalizado, intenta lutar com outros Golias, esquerdistas, demonistas, católicos, espiritualistas; a “ordem de batalha” fora proclamada (SAQUETTO, 2007, p 215).

Por outro lado, Ferreira e Fuks (2021) baseiam-se na teoria da escolha racional para falar do voto evangélico nessas candidaturas. Eles baseiam-se na premissa de que, tratando os eleitores como indivíduos racionais e considerando que “a busca de informação sobre os candidatos acarreta custos para os eleitores e que as lideranças evangélicas possuem alta credibilidade em suas igrejas, as informações veiculadas por tais lideranças servem como ‘atalhos’ para os fiéis” (p. 2). Nesse contexto, os cultos serviriam como um canal para esse público decidir seus candidatos a partir de uma fonte que lhes é de confiança.

Ambas as abordagens, no entanto, possuem uma dimensão racionalista envolvida, da razão como o não-emocional. Por um lado, temos a ideia de que há um corporativismo os quais evangélicos, agindo de maneira não-racional, obedecem aos comandos das lideranças religiosas; ou seja, os fiéis não estão agindo racionalmente. Por outro lado, evangélicos seriam atores que agiriam de maneira racional ao tomarem decisões baseadas em informações de

fontes confiáveis; ou seja, os fiéis agem racionalmente. No primeiro caso, existe a Razão e evangélicos não a seguem; no segundo, existe a Razão e evangélicos a seguem. Nenhuma das duas, no entanto, questiona o dualismo e a necessidade de se dissociar a razão da emoção.

Sigo, nesse impasse, com Ahmed, a qual afirma a indissociabilidade da razão e da emoção, vendo-as como uma amálgama confusa, porém rica e complexa. Acredito que analisar o voto evangélico – o qual sim, é majoritariamente consonante com as candidaturas oficiais das igrejas, como bem mostrado por Freston (2019) e Avelar (2021) – implica, também, analisar essa relação de “confiança” e “paternalismo” que fora criada entre lideranças religiosas e fiéis. Nesse ponto, a visão de Ahmed entra em consonância com o que fora apresentado por Fonseca (2002): não se trata de uma relação de via de mão única, com um sujeito que recebe passivamente as orientações de voto e outro que impõe seus interesses e sua agenda a seus fiéis. Se trata de uma circulação de afetos e emoções os quais influenciam as relações que os fiéis e lideranças religiosas estabelecem entre si e com temas como a política.

Se considerarmos as relações ditas anteriormente, de confiança e credibilidade ou de paternalismo e clientelismo, ambas possuem, de maneira implícita, afetos envolvidos. Essas relações envolvem amor, fraternidade e esperança de que, com representantes os quais compactuam com suas convicções e ideias, o país estará melhor legislado, mesmo que essas motivações sejam religiosas<sup>39</sup>. Envolvem também medo, parte frequente do imaginário evangélico de ser corrompido pelo Diabo e de acreditar no domínio de entidades demoníacas sobre determinados territórios, como o próprio Brasil. Envolvem também nojo, repulsa de ser contaminado e ter sua existência invadida por práticas e condutas as quais acredita ser demoníaca: como afirma Ahmed (2014, p. 84-89), o nojo seria uma invasão definida pelo próprio *self* que, quando ultrapassada, indica contaminação. Nesse sentido, essa contaminação não se restringe apenas ao paladar, mas abrange todos os sentidos. Enfim, uma variedade enorme de emoções circunda a relação pastor-fiel as quais vale a pena serem estudadas. Como dito, no entanto, o foco dessa monografia será no medo, quando este se faz presente e como

---

<sup>39</sup> Sentimentos esses que não são restritos aos evangélicos: qualquer um pode acreditar que o país será melhor legislado caso representantes que acreditem nos seus ideais comandem o país. Concomitantemente, é relevante sublinhar que há uma diferença entre “o que é bom para o país como um todo” e “o que é bom para meu grupo, independentemente do restante do país”. Isso é uma tensão que perdura parte do discurso de lideranças evangélicas: ao mesmo tempo que são influenciados pela Teologia do Domínio e acreditam que precisam “salvar o Brasil para Deus” (o Brasil como um *todo*), também defendem interesses particulares – como concessões midiáticas (rádio e TV, principalmente), isenções fiscais etc.

ele “gruda” em determinadas categorias de modo a mobilizar a parte majoritária dos evangélicos.

Não podemos negar, no entanto, que uma mudança no posicionamento radical de Lula auxiliou a angariar esse apoio dos evangélicos, associado a alianças com lideranças de variadas igrejas e campanhas específicas para os fiéis – como a “Carta aos Evangélicos” e adesivos como “sou evangélico, boto fé e digo Lula” (TREVISAN, 2015, p. 122). No segundo turno, ajudou muito o apoio de Anthony Garotinho, primeiro candidato a se autodeclarar como um representante dos evangélicos e que conseguiu rachar votos desse grupo com Lula no primeiro turno<sup>40</sup>. Nesse caminho, com apoio dos evangélicos, o PT deixaria, ao menos nesse primeiro momento, de ser demonizado.

É importante sublinhar dois eventos que ocorreram ao longo dessas eleições, os quais envolvem, primordialmente, o posicionamento de evangélicos contra direitos para a população LGBTQ+. O primeiro foi uma pregação de um pastor da Assembleia de Deus, Édino Fonseca (à época, candidato à deputado estadual pelo PRONA<sup>41</sup>) a cerca de cinco mil pastores, das mais distintas denominações, pedindo voto para Garotinho. Analisar seu discurso é revelar alguns significantes que voltarão a ser mobilizados no futuro por lideranças religiosas.

[Édino Fonseca] Iniciou a pregação alertando que, com o intuito de boicotar o crescimento dos evangélicos, o Diabo arquitetou um plano: manter o Brasil sob controle de "um grupo, uma organização mundial", que corrompe os homens e obriga o país a vender suas riquezas. Tal grupo sabe que, quando "os crentes" alcançarem a maioria demográfica, acabarão assumindo o poder. Em consequência, a corrupção diminuirá - porque "o povo de Deus é mais difícil de perverter"- e os interesses externos deixarão de imperar. Daí "forças internacionais" influenciarem a aprovação de leis federais que, no fundo, desejam atingir a comunidade evangélica (ANTERONE, 2002).

O primeiro ponto a ser notado nessa primeira parte é, novamente, a dicotomia Bem e Mal e a ideia presente da Teologia do Domínio de tentativa ou controle de fato de uma região (no caso, o Brasil) por parte do Diabo. Ao mesmo tempo, essa tentativa de domínio do país estaria em ameaça pelo crescente número de fiéis que as igrejas evangélicas vinham

---

<sup>40</sup> Importante falar da influência de Garotinho na eleição de candidaturas evangélicas fluminenses, com a eleição de 26 deputados estaduais e 14 federais (TREVISAN, 2015, p. 121)

<sup>41</sup> Partido da Reedificação da Ordem Nacional, um partido conservador e nacionalista fundado por Éneas Carneiro. Posteriormente, se funde ao Partido Liberal e forma o Partido da República (PR), atualmente conhecido, novamente, como Partido Liberal (PL).

alcançando à época, um plano diabólico contra o povo de Deus. A salvação para esse plano seria colocar “homens de fé” no poder, e isso diminuiria a corrupção uma vez que esta seria causada por perversões individuais, de humanos desviados dos caminhos de Deus. Mas “forças internacionais” estariam tentando, por meio de leis federais, atingir esse “exorcismo” político. Quais seriam elas?

Dos cinco exemplos que mencionou, o pastor discorreu principalmente sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto que propõe regulamentá-la, apresentado pela petista Marta Suplicy, tramita na Câmara há sete anos. Caso se torne lei, enfatizou Fonseca, abrirá caminho para que os homossexuais sejam reconhecidos como uma "nova raça". Pretendendo aclarar o raciocínio, o pastor apoiou-se em supostos conceitos científicos. Explicou que, antes de virar humano, "o macaco" converteu-se num "tipo hermafrodita". Um ser apto a "engravidar por si". Os gays almejavam reeditar aquele tipo. De que maneira? Recorrendo à inseminação artificial. As lésbicas já conseguiram, uma vez que podem engravidar sem contato com o homem. Os homossexuais masculinos também se encontrariam próximos de gerar um filho sozinhos. Afinal, prosseguiu Fonseca, a ciência provou que "qualquer pessoa, macho ou fêmea", é capaz de gestar um bebê na cavidade abdominal, perto do intestino. Em razão dessa capacidade, os gays de ambos os sexos estariam se vendo como uma "nova raça". E o projeto de Marta apenas serviria para lhes dar mais combustível (ANTERONE, 2002).

Essa tentativa de se justificar a partir de “conceitos científicos”, ou de embasar seus argumentos em pontos “racionais” e jurídicos – como a inconstitucionalidade de uma possível criminalização da homofobia – será bem frequente posteriormente. Aqui, a “ciência” é, na verdade, a projeção de um ideário de família e união que implica necessariamente na reprodução humana e na perpetuação da espécie. Para o pastor, a autorreprodução implicaria uma nova espécie – ou uma “nova raça”, como afirma – igualando-se ao que é considerado humano: a capacidade de reprodução. Sendo uma nova raça, e com a Constituição proibindo a discriminação racial, evangélicos seriam obrigados a aceitar esse novo grupo dentro de suas igrejas, sob a pena de serem punidos juridicamente.

De acordo com o pastor, se o homossexualismo passar à condição de raça, os evangélicos terão de aceitá-lo. Do contrário, irão desrespeitar a Constituição, que proíbe o preconceito racial. Avalizar o comportamento dos gays significa permitir que o pecado se instale nos templos -hipótese que destruirá "os crentes", como querem as "forças internacionais"(ANTERONE, 2002).

Ao deixarem esse comportamento entrar dentro da Casa do Senhor, estariam corroborando com os planos de domínio do Maligno, como afirma o pastor em seguida.

"Só existe uma coisa que acaba com a igreja", ressaltou Fonseca. "Perseguição não acaba, divisão não acaba. Mas o pecado dentro da igreja acaba." O pastor concluiu a pregação pedindo votos para Garotinho e candidatos evangélicos em geral (mencionou somente o nome do presidenciável). Elegendo-os, "os cristãos" abortariam o plano do demônio (ANTERONE, 2002).

Não tendo Garotinho passado para o segundo turno, intensificou-se a busca de Lula e Serra por apoio de lideranças evangélicas para sua candidatura. Nesse caso, um segundo evento, relacionado ao PL de Martha Suplicy, envolveu Ronaldo Fonseca, presidente da Comissão Política Nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus. Fonseca afirmou que não apoiaria candidato que fosse favorável ao PL. Em caso de apoio a Lula, do mesmo partido de Martha, "a liderança diz que a igreja não exigirá de Lula um posicionamento de que vetará a lei. Apenas quer uma garantia de que Lula deixaria a decisão para ser definida pelo Congresso Nacional" (TREVISAN, 2015, p. 125). Um posicionamento semelhante foi tomado pela Igreja Universal, a qual pediu não só abstenção em relação a pautas morais, mas também mudanças fiscais relacionadas ao Rio de Janeiro, sede da IURD na época<sup>42</sup>. Como afirma Trevisan (ibid., p. 125-126), esse pedido de abstenção do Executivo em pautas sensíveis para os evangélicos, deixando o Legislativo tomar a decisão nessas causas, será retomado nas eleições de 2010 com a candidatura de Dilma. Por hora, com apoio tanto de evangélicos quanto de movimentos feministas e LGBTs, Lula consegue sua eleição.

## 4.2. Era Lula: nos Jardins do Éden

Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus.  
(Matheus 5:9)

A Era Lula é a era de uma relativa harmonia e monotonia na política nacional, e isso vale para evangélicos e feministas/LGBT+s. Em parte, isso se explica pelo esforço do presidente em conciliar interesses antagônicos em seu governo, inaugurando o que ficou conhecido como "Lulinha Paz e Amor" (ibid., p. 126). É um momento em que tanto evangélicos quanto movimentos sociais se fortalecem, seja em representação, seja em

---

<sup>42</sup> "A IURD solicita o apoio de Lula para dois projetos: 1) aumento de recursos para o Rio de Janeiro e 2) alteração na forma de tributação do petróleo, fazendo com que a cobrança do ICMS passe a ser feita sobre o consumo e não mais sobre o refino" (TREVISAN, 2015, p. 126).

políticas públicas e projetos de lei. É no ano de 2003, por exemplo, que a bancada evangélica finalmente se oficializa enquanto grupo coeso a partir da formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Diversos deputados da bancada evangélica não estavam satisfeitos com essa alcunha dada pela mídia, não só por conta de sua origem pejorativa no período da Constituinte, mas também porque “bancada é para partidos”, enfatizando o caráter suprapartidário desse grupo na busca de interesses em comum (TREVISAN, 2013, p. 24). Junto a isso, a formação de uma Frente Parlamentar, além da credibilidade constitucional dada a esse grupo, permite que este se organize de forma mais sistemática e prática: os parlamentares contam com presidência, coordenação, assessoria, uma sala para reuniões semanais e são divididos em áreas temáticas de interesse ao grupo, os quais analisarão projetos e aconselharão voto aos demais membros da Frente. A FPE também foi de extrema importância para reconfigurar argumentos conservadores e religiosos – que poderiam ser vistos como “inconstitucionais” à luz da laicidade do Estado – e torná-los mais técnicos e jurídicos, revestindo-os de legitimidade política, científica e legislativa (ibid., p. 35-36).

De mesma forma, movimentos feministas e LGBTQ+ também se fortaleceram enquanto movimento social organizado, uma intensificação de um processo que já vinha ocorrendo desde a Constituinte. Um exemplo é a formação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), órgão fundado um ano após a Constituinte muito importante de *advocacy* no Legislativo e Executivo. Junto a ele, outros movimentos, como o “Católicas pelo Direito de Decidir”, as Paradas do Orgulho LGBT e o Grupo Gay da Bahia; iam articulando, desde a Constituinte e junto a lideranças políticas, projetos de lei e políticas públicas voltadas para direitos sexuais e reprodutivos (ROCHA, 2020a).

Um exemplo é a proposição do PL de Eduardo Jorge e Sandra Starling de 1992, que demandava a obrigatoriedade de atendimento a casos de aborto pelo SUS. Não por acaso, a primeira associação antiaborto brasileira nasce dois anos após esse projeto – a Associação Nacional Pró-Vida, um braço brasileiro do movimento internacional *Human Life International* (HLI), fundado nos EUA e ligado à Igreja Católica. Sobre isso, é importante ressaltar a relação da Igreja Católica com o movimento antiaborto, principalmente no Brasil. Como afirma Rocha (2020a), lideranças nacionais católicas, como a CNBB, foram essenciais para a disseminação desse movimento, para o engajamento de evangélicos nessa causa e para

a “educação” de lideranças evangélicas com argumentações mais fundamentadas na ciência e mais “laicas”.

A “convivência” entre esses movimentos sociais e grupos evangélicas, embora não essencialmente pacíficas, não foram de todo extremamente hostis. Mesmo assim, alguns momentos-chave levaram ao acirramento de tensões entre os dois grupos, sendo eles: (1) a discussão de leis e jurisdições relacionadas ao aborto e a pesquisas com células-tronco embrionárias; (2) o programa “Brasil Sem Homofobia” (BSH), lançado em 2004, seguido da votação de um PL que criminalizaria a homofobia; (3) O III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), de 2009; e (4) a mobilização da questão do aborto nas eleições de 2010.

No primeiro momento-chave, temos, principalmente, três eventos: a sanção da Lei de Biossegurança Nacional, que permitia a extração de células-tronco embrionárias de embriões e foi votada entre fim de 2003 e início de 2005; a colocação do aborto como problema de saúde pública e defesa de sua descriminalização pelo Ministro da Saúde José Gomes Temporão; e a proposição de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF<sup>43</sup>) de nº 54 pelo Ministro do STF Marco Aurélio, que fala da antecipação de parto de fetos anencefálicos – ou seja, de seu aborto (LUNA, 2013, 2014).

No caso da Lei de Biossegurança, o problema derivou da alteração da legislação anterior de Biossegurança (1995) pelo relator da nova lei, Aldo Rabelo (à época, do PCdoB), retirando o artigo que proibia a manipulação de embriões humanos, abrindo espaço para pesquisa com células-tronco embrionárias<sup>44</sup>. Não havendo especificação do que seria permitido, houve uma intensa mobilização das bancadas evangélica e católica as quais, com referendo da CNBB, manifestaram sua oposição ao projeto. O discurso do Pastor Amarildo, da Assembleia de Deus e deputado federal (à época PMDB-TO), enuncia o receio que circundava nessas bancadas.

Não consigo compreender, Sr. Presidente, que pessoas que dizem lutar pela vida, como o Movimento em Prol da Vida — MOVITAE, queiram matar crianças que ainda são embriões. Não entendo que um movimento como esse queira assassinar crianças que não têm quem as defenda. Alguns dizem que a vida começa a partir da 8ª semana de gestação, outros, que só depois da 12ª décima segunda, mas o livro que está sobre essa mesa, a Bíblia Sagrada, no Salmo 139, versículo 16, diz que Deus

---

<sup>43</sup> De maneira simplificada, a ADPF seria um recurso apresentado ao STF sob a argumentação de que alguma legislação ou medida pública atentaria contra a Constituição.

<sup>44</sup> A retirada foi a pedido de pesquisadores e associações de portadores de doenças para os quais poderia se desenvolver uma cura a partir de experimentos com essas células-tronco (LUNA, 2013, p. 73).

nos conheceu ainda informes. Eu gostaria de saber como é que essas pessoas explicam isso. Esse movimento pela vida está querendo mesmo é tirar vidas<sup>45</sup>.

Apesar da lei ter passado<sup>46</sup> posteriormente com grande apoio de evangélicos<sup>47</sup>, esse discurso que associa o aborto ao assassinato – e, conseqüentemente, que coloca quem aborta e quem realiza o aborto como “assassinos” – será mobilizado de maneira repetida por ativistas e lideranças antiaborto posteriormente. Na verdade, já em 2005, um protótipo que viria a se transformar, em 2007, no Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), começa a ser elaborado. Tal estatuto versa sobre direito inviolável à vida desde a concepção, proibindo, portanto, o aborto e considerando-o como assassinato (LUNA, 2014, p. 97-98). Esse PL, que tramita até hoje no Congresso, foi o principal resultado das tensões emergentes nessa discussão, uma “reação mais forte e organizada de setores religiosos e conservadores” (VITAL; LOPES, 2012, p. 67), e ele será impulsionado por outro evento de 2007.

Após colocação do Ministro da Saúde José Gomes Temporão de que o aborto seria um caso de saúde pública – defendendo sua legalização –, uma mobilização de integrantes do Movimento Nacional Contra o Aborto e religiosos ligados à Frente Parlamentar pela Vida e Contra o Aborto, liderada por Luiz Bassuma (PT-BA<sup>48</sup> e espírita). Sob faixas de “Diga Não ao Aborto e Sim à Vida” e “O Ministério é da Saúde ou é da Morte?”, os manifestantes interromperam o evento no qual o ministro iria participar, sobre um programa de ginástica para a população<sup>49</sup>.

Por fim, outra polêmica envolvendo especificamente o aborto antes das eleições de 2010 foi a ADPF 54, deferida pelo Ministro Marco Aurélio Mello em 2004 – mas que só foi para audiência em 2008 – em relação ao aborto de anencéfalos, os quais ou nascem mortos ou

---

<sup>45</sup> Para ver o discurso completo, ver: CÂMERA DOS DEPUTADOS – DETAQ. Discurso de Pastor Amarildo. **Câmara dos Deputados – DATEQ**, 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/>. Acesso em: 24/11/2021.

<sup>46</sup> Dois meses depois, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, pedirá Ação de Inconstitucionalidade (ADI) no STF por conta do artigo 5º, afirmando ser uma violação ao direito à vida. Serão mobilizados, no entanto, muito mais argumentos científicos e técnicos, embora a CNBB tenha indicado nomes de especialistas a favor da ADI. Ao fim da ação em 2008, o STF decidiu que a lei permaneceria constitucional (LUNA, 2013, p. 77-81).

<sup>47</sup> A mudança se deve, principalmente, à adição do artigo 5º, que limitava a utilização de células-tronco para “embriões restantes de reprodução assistida que fossem inviáveis ou estivessem congelados por pelo menos três anos no momento de aprovação da lei, condicionado ao consentimento dos “genitores” (sic), sendo o processo de pesquisa fiscalizado por comitês de ética. Para saber mais, ver: LUNA, 2013, p. 73-75.

<sup>48</sup> Bassuma foi o responsável, junto com o ex-deputado federal Miguel Martini (PHS-MG), pelo Estatuto do Nascituro. A posição contrária do deputado sobre a questão do aborto levou à sua expulsão do PT em 2009.

<sup>49</sup> Ver: GAZETA DO POVO. Temporão enfrenta vaias e protesto contra aborto. **Gazeta do Povo**, 2007. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/temporao-enfrenta-vaias-e-protesto-contraborto>. Acesso em: 24/11/2021.

vivem muito pouco. A audiência ouviu lideranças a favor e contra a permissão a esse tipo de aborto e, novamente, embora o debate tenha se estabelecido em termos técnicos, houve recomendações de especialistas por parte de instituições religiosas como a CNBB e a Associação Médico-Espírita do Brasil. Por outro lado, contou apenas com uma representação evangélica a qual era pró-escolha: o pastor Carlos Macedo de Oliveira, da IURD, o qual criticou sociedade como “tradicionalmente machista e afirmou que o aborto de anencéfalos diz respeito à saúde da mulher” (LUNA, 2013, p. 85). Esse posicionamento do pastor reflete a posição de Edir Macedo em relação ao aborto, o qual afirma ser favorável por um viés “econômico”, que muito reflete a Teologia da Prosperidade. Como afirmou em entrevista, “o que é menos doloroso: aborto ou ter crianças vivendo como camundongos nos lixões de nossas cidades?”<sup>50</sup>. No entanto, cabe ressaltar que posicionamentos como o da IURD são minoritários entre as igrejas evangélicas.

O que se nota, nesses casos, é que enquanto argumentos técnicos e científicos foram majoritários dentro de audiências jurídicas, em espaços como a Câmara dos Deputados e as próprias ruas prevaleceram discursos religiosos, os quais comparavam os envolvidos com o aborto como “assassinos” e afirmavam que a vida estaria sendo “banalizada”. Como mostra Luna (2014, p. 89-90), os discursos contra a ADPF 54 se resumem em

1) possibilidade de salvar a vida de outros bebês a partir de transplantes (Angela Guadanin, PT-SP, católica); 2) direito incondicional à vida desde a fecundação; 3) prática de aborto de fetos anencefálicos vista como “*homicídio*” (Osmânio Pereira, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB-MG, católico), “*banalização da vida*”, “*barbárie legalizada*” (Costa Ferreira, Partido Social Cristão - PSC-MA, evangélico, da Assembleia de Deus), “*ideologia nazista*”, “controle populacional”, “*eugenia*”, “*criação de seres superiores e inferiores*” (Severino Cavalcante, Partido Progressista - PP-PE, católico); 4) denominação do promotor Diaulas Ribeiro como “*serial killer*” e das feministas como “*neo-eugenistas*”; 5) medo de que o aborto de fetos anencefálicos *leve ao irrestrito aborto de fetos com quaisquer más-formações congênicas*; 6) conceito de vida presente no anencéfalo mesmo com ausência de cérebro, e até nos casos de morte encefálica; 6) inconstitucionalidade da liminar do ministro Marco Aurélio, posto que o Código Penal brasileiro só permite a prática do aborto em caso de estupro e risco de morte para a mãe; 7) usurpação da função de fazer leis do Poder Legislativo pelo poder Judiciário (Milton Cardias, PTB-RS, evangélico da Assembleia de Deus); 8) importância dos argumentos religiosos tal

---

<sup>50</sup> Ver: BALLOUSSIER, A. V. Edir Macedo já foi voz pró-aborto, e outras igrejas relativizaram prática no passado. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/edir-macedo-ja-foi-voz-pro-aborto-e-outras-igrejas-relativizaram-pratica-no-passado.shtml>. Acesso em: 25/11/2021.

como dos jurídicos e científicos possuindo toda relevância na discussão sobre a vida (Salvador Zimbaldi, PTB-SP, católico) (LUNA, 2013, p. 89-90, grifo nosso).

É impossível não notar a presença forte de lideranças católicas no posicionamento antiaborto, o que reforça a ideia da proeminência da Igreja Católica sobre esse debate. Ainda assim, os argumentos utilizados por católicos e evangélicos convergem em relação à consideração do aborto como assassinato. Mais importante é a demonização desses grupos favoráveis à legalização do aborto: “bárbaros”, “nazistas” e “eugenistas” foram alguns dos conceitos utilizados pelos parlamentares a fim de indicar o caráter repugnante da oposição à criminalização. Quem auxilia no direito à escolha, como o promotor Diaulas Ribeiro<sup>51</sup>, seria um *serial-killer*, um degenerado associado ao Maligno. Nota-se, portanto, esse duplo movimento de cientificismo perante as sessões jurídicas e demonização do outro no Parlamento e nas ruas.

O segundo momento-chave foi o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia, em 2004. Embora manifestações contrárias ao programa tenham sido realizadas por parlamentares, a real polêmica em torno desse programa seria lançada em outra política pública, a qual se baseou nessas diretrizes para ser fundamentada: o Escola Sem Homofobia (ESH). Ainda assim, alguns parlamentares se posicionaram enfaticamente contra o programa, como o Pastor Frankembergen, da Assembleia de Deus.

Deixo registrada minha revolta e indignação com o famigerado Programa Brasil sem Homofobia. Trata-se de verdadeiro acinte à moral e aos bons costumes. Deveria chamar-se Programa em Favor da *Promiscuidade e da Aberração* [...]. Meu Deus, onde [sic] chegamos! Esqueceram essas autoridades os ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, a palavra de Deus, a moral e os bons costumes? Na minha opinião essas pessoas, mulheres e homens públicos, que deveriam estar cuidando do bem-estar e dos interesses maiores das famílias brasileiras, jamais leram a Bíblia. Nela, de forma cristalina, como a mais pura água, está literalmente escrito que com homem não te deitarás como se fosse mulher. É *abominação*<sup>52</sup>.

Há uma mistura de medo e nojo na fala do pastor, no qual se pauta na Bíblia para justificar seu posicionamento em relação a casais LGBT+. Para isso, mobiliza significantes os quais, implicitamente, dicotomizam cristãos e LGBT+, sendo os primeiros representantes do

---

<sup>51</sup> Diaulas Ribeiro, à época promotor e hoje desembargador, afirmou ter autorizado 61 abortos em casos de fetos com má-formação em entrevista ao jornal Correio Braziliense, da capital federal (LUNA, 2013, p. 90).

<sup>52</sup> CÂMERA DOS DEPUTADOS – DETAQ. Discurso de Pastor Frankembergen. **Câmara dos Deputados – DATEQ**, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pastorfrankembergen>. Acesso em: 25/11/2021. Grifo nosso.

Bem e os segundos, do Mal. A promiscuidade, em oposição à pureza, e o que é aberração e abominação ao que é normal – que aqui, é o que é bíblico, cristão; esses termos criam não só uma sensação de desgosto, de algo degradante, mas também de algo a se temer, algo a se repudiar e distanciar – ou melhor, *querer* distância. Esse movimento é intensificado com a manipulação de mais significantes.

Outra indagação, culminada com taxativa afirmação, vamos encontrar em I Coríntios, Capítulo 6, Versículos 9 e 10: Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus? Por isso, não erreis, pois *nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avaros, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores* herdarão o reino dos Deus [...]. Pelo andar dessa carruagem, Sr. Presidente, não tenho dúvida de que a promiscuidade, a intolerância e a descrença que um dia foram as causas para a *destruição* de Sodoma e Gomorra [...] de novo se espalham como nuvens sobre nossas cabeças. Precisamos urgentemente, *sem medo e sem tolerância*, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo e também da honra e da dignidade, continuar a luta sem trégua de separação do joio do trigo<sup>53</sup>.

A progressão de significantes degradantes não serve apenas para reafirmar a posição do pastor enquanto o Bem e o límpido. Delimitando dois espectros – “o joio e o trigo”, uma alusão à Parábola do Joio e do Trigo<sup>54</sup> –, Frankembergen prega a luta constante, *sem medo e sem tolerância*, à destruição da sociedade, que comparou com a queda de Sodoma e Gomorra.

A referência à Sodoma e Gomorra, ou ao termo *sodomia*, é muito frequente na fala das lideranças evangélicas ao falarem sobre a homossexualidade. Referência à queda das cidades de Sodoma e Gomorra<sup>55</sup>, as quais teriam sido destruídas após a ira de Deus por conta do comportamento pecaminoso de seus habitantes, esses termos são, geralmente, resumidos a condutas sexuais que divergem da relação natural entre homem e mulher (PRETES; VIANNA, 2008; TORRES, 2006). Porém a ideia oculta, junto à parábola do trigo e do joio, é que é necessário ao cristão vigiar sua posição em relação ao joio, ao sodomita. A destruição de Sodoma e Gomorra e o incêndio do joio, ao mesmo tempo que realizam uma segregação entre o que é Céu e o que é Inferno, também trazem a angústia e a ansiedade de, a qualquer

---

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> A Parábola do Joio e do Trigo se refere à volta de Jesus. Tendo os homens plantado trigo, um inimigo, durante a Noite, semeou joio entre as sementes de trigo. Sendo o joio nocivo ao homem, a solução foi, no momento da colheita, separar o joio do trigo, para depois queimar o primeiro e guardar o segundo no celeiro. (Mateus 13:24-30). A parábola se refere à salvação da alma, devendo o cristão ser como o trigo para, assim, repousar no celeiro de Deus. Aqueles que não o fizerem acabarão como o joio, queimados pela Eternidade.

<sup>55</sup> A história se encontra em Romanos I 1:25-27.

momento, se ver ao lado de Sodoma, ou junto ao joio. O medo é também de se contaminar, de ser corrompido a partir da libertinagem do outro, a qual não se sabe até onde chegará, e se conseguirá possuir o cristão. A vigilância é, assim, direcionada também ao outro, que deve ser segregado *sem tolerância*.

Ainda assim, o BSH passou despercebido nesse momento, ao menos se compararmos com uma polêmica maior que ocorreu em 2006. O Projeto de Lei Complementar (PLC) 122/2006, que, em suma, criminalizaria a homofobia, passou pela Câmara dos Deputados de forma despercebida, no que é chamado de “manobra regimental”<sup>56</sup>. Trevisan (2015, p. 158-163) afirma que se trata de um cenário em que a bancada evangélica ainda era “nova” e leiga em relação à política, o que levou ao projeto a passar pela Câmara. Como afirmou de uma assessora da FPE, a Igreja busca hoje maior qualificação profissional para escolher como representante, e não mais “quem é mais santo”. No Senado, no entanto, a lei trava: é encaminhada para as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e os senadores Marcelo Crivella (bispo da Universal) e Magno Malta (ex-pastor evangélico e cantor gospel) destacam-se por fazer oposição a ele (ibid., 163-164). O projeto fica no Senado até o ano de 2011, quando se misturará com outra polêmica.

Nesse episódio, uma manifestação em 2008 que contou com cerca de mil evangélicos foi realizada em frente ao Legislativo, demandando a não-aprovação do PLC. Em uma oração, o pastor Jabes de Alencar, da Assembleia de Deus, utilizou a retórica da sodomia: “Senhor, sabemos que há uma maquinação para que esse país seja transformado numa Sodoma e Gomorra [...]. Um projeto desses vai abrir as portas do inferno”<sup>57</sup>. Após alguns manifestantes entrarem no Senado, Magno Malta os recebe. No encontro, o pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, entrega um documento contra a aprovação do projeto e afirma que “esse projeto de livre expressão sexual abre as portas para a pedofilia” e que seria “uma afronta à Constituição e à família”<sup>58</sup>. A retórica da pedofilia será dissecada na seção 5.3, mas por hora, é importante verificar a inclusão de mais significantes negativos a

---

<sup>56</sup> De acordo com Trevisan, trata-se do caso em que a votação do projeto foi acordada com algumas lideranças e levada para votação em bloco, junto com outros projetos menos controversos” e em um momento com em que “contavam com quórum para aprovação, mas sem a presença de lideranças que pudessem contrapor a proposta” (2015, p. 133).

<sup>57</sup> EVANGÉLICOS invadem Congresso contra projeto que criminaliza homofobia. **Correio Braziliense**, 2008. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/2008/06/25/evangelicos-invadem-congresso-contra-projeto-que-criminaliza-homofobia.shtml>. Acesso em: 26/11/2021.

<sup>58</sup> Ibid.

homossexuais, significantes que, geralmente, estão relacionados a depravações e vícios sexuais – como a pedofilia, a zoofilia, o incesto etc.

O terceiro momento-chave foi o lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), em 2009, e as principais polêmicas com a bancada evangélica (e outros grupos religiosos) envolviam objetivos do programa como “considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde”, “apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo” e “promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos” (ROCHA, 2020a, p. 63). O programa ainda enfrentou resistência de outros grupos, majoritariamente conservadores. Como explicam Vital e Lopes,

Os principais pontos que geraram polêmica foram: a descriminalização do aborto; a criação da Comissão Nacional da Verdade – com poderes para punir autores de crimes hediondos, como a tortura, no período da Ditadura Militar (1964-1985); a criação de câmaras de conciliação de conflitos agrários e urbanos, incluído a negociação com invasores de terras em casos de reintegração de posse; reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo; garantia de adoção por casais homoafetivos; proibição da ostentação de símbolos religiosos em lugares públicos; monitoramento dos meios de comunicação para garantia da promoção dos Direitos Humanos; regulamentação profissional da prostituição (VITAL; LOPES, 2012, p. 79).

Foi, portanto, um plano extremamente arrojado, mas que, por ter sido lançado em dezembro de 2009, menos que um ano antes das eleições, afetou mais o decorrer as campanhas presidenciais do PT que a gestão de Lula. As consequências, por conta disso, desaguaram na nova candidatura petista, a ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff.

As eleições de 2010 foram marcadas, especialmente, pela discussão do aborto. O que acreditava-se ser uma eleição tranquila a ser ganha no primeiro turno se tornou uma competição acirrada, na qual Dilma e o PT tiveram que renunciar a alguns valores como meio de angariar apoio de lideranças evangélicas (VITAL & LOPES, 2012, p. 69-108). O caso é extenso e complexo, envolvendo uma série de lideranças em torno da temática. Nesse sentido, analisarei alguns pontos que creio que trazem uma perspectiva mais ampla sobre esse episódio.

Já no primeiro turno, mobilizações por parte das lideranças evangélicas iniciaram o deslocamento do voto em Dilma para, principalmente, Serra e Marina<sup>59</sup>. Um boato de que Dilma teria dito que “nem Jesus impediria sua derrota” – uma espécie de “nem Deus afunda esse navio” da política nacional<sup>60</sup>. A Igreja Católica promoveu uma Marcha para Jesus e em Favor da Vida, onde foi distribuído um panfleto o qual acusava a candidata de ser favorável ao aborto. Simultaneamente, Marina Silva também sofria represálias por sua posição “em cima do muro” sobre a temática, pois a candidata propunha um plebiscito para a questão. O Pastor Malafaia foi um dos que criticaram ferrenhamente a candidata, algo que se repetirá anos mais tarde.

Pior do que o ímpio é um cristão que dissimula. Eu queria entender como uma pessoa que se diz cristã, membro da Assembleia de Deus, afirma que se for eleita presidente do Brasil vai convocar um plebiscito para que o povo decida se aprova ou não o aborto, ou se aprova ou não o uso da maconha. (...) Ao propor plebiscito, Marina está ‘jogando para a torcida’, para ficar bem com os que são contra e com os que são a favor. SAI DE CIMA DO MURO, MINHA IRMÃ! QUE PLEBISCITO COISA NENHUMA! O povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta. (...) A palavra de Marina como cristã teria de ser apenas isto: ‘Sou contra o aborto e a legalização da maconha’. Como faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de ‘mostrar a cara’ posicionando-se de forma categórica contra o pecado, Marina perdeu meu voto. Já que não tenho tantas opções, votarei em Serra para presidente. Infelizmente, Marina não nega suas raízes petistas (VITAL & LOPES, 2012, p. 72-73).

Nesse momento, é importante ressaltar o discurso que tenta impor determinado tipo de opinião sobre uma pessoa por ela ser “cristã” – no caso, assembleiana, de mesma denominação de Malafaia. Marina não foi pressionada apenas por lideranças religiosas como uma “cristã que dissimula”: a campanha petista também utilizou da imagem de Marina como uma evangélica “tradicionalista” para atacá-la (AVELAR, 2021). Nesse ponto, Vital e Lopes (2012, p. 74) sublinham que é comum significantes negativos, como “homofóbico” e “fundamentalista”, serem automaticamente grudados a evangélicos, mesmo que haja um

<sup>59</sup> Sobre o voto evangélico em Marina, há questionamentos quanto a essa associação: o jornalista Antônio Luiz M. C. Costa, no texto “Voto em Marina não é ecológico, mas também não evangélico”, discorre sobre o que seria a ligação entre o fato de Marina ser evangélica e isso ser o motivo do voto desse grupo nela. Para ele, esse não seria seu apelo, e a maioria da parcela conservadora – ou que é mais influenciada por pastores e padres – teria votado em Serra (VITAL & LOPES, 2012, p. 71-72).

<sup>60</sup> Suposta frase dita pelo comandante do Titanic. Para ver mais: LOPES, G. As histórias sobre o Titanic são todas reais? **E-Farsas**, 2012. Disponível em: <https://www.e-farsas.com/as-historias-sobre-o-titanic-sao-todas-reais.html>. Acesso em: 26/11/2021.

bloco composto por lideranças que ajam de forma semelhante. Sobre isso, Spyer (2020, p. 171-180) afirma que é importante destacar movimentos e políticos evangélicos de esquerda, não só como forma de contraponto a esse lugar-comum, mas também com o objetivo político de mostrar dissidência no que aparenta ser esse “corporativismo” evangélico mencionado anteriormente, ou para mostrar que ser evangélico não implica ser automaticamente antiaborto, ou anti-Direitos LGBTQ+.

Ainda assim, uma atmosfera de medo de uma possível eleição de Dilma começou a nublar lideranças religiosas. Diversos fatores ajudaram à mobilização efetiva do significante “abortista” à futura presidenta, bem como outras categorizações as quais são consideradas pejorativas pelos religiosos. Como afirmam Vital e Lopes, o aborto e a defesa de direitos para a população LGBTQ+ são agregados à depravação da moral cristã, que é associada ao PT.

A trajetória do PT e da candidata, bem como alguns encaminhamentos do Governo Lula eram recorrentemente utilizados como combustível aos que tentavam *colar* em Dilma a imagem de “abortista”. Vídeos de pastores, padres, bispos e outras lideranças religiosas em tom apoteótico e revelador lembravam o PLC 122/2006 (que criminaliza a homofobia), entrevistas anteriores de Dilma (onde ela se coloca favorável à descriminalização do aborto), o PNDH-3 (3o Programa Nacional de Direitos Humanos) e questões que não afetam uma moral sexual cristã (descriminalização da maconha e reforma agrária). Acionando *pânicos morais* através dessas demandas, os vídeos sempre traziam como imagens do absurdo casais gays se beijando ou abraçados, travestis e transexuais em festas ou na Parada Gay e imagens (reais ou não) de embriões após a realização do aborto. Todos estes elementos, ao longo das produções, eram articulados em uma única estrutura que responsabilizava o PT, o Governo Lula e a candidata Dilma pelas propostas e ações (VITAL & LOPES, p. 76, grifo nosso).

A estratégia foi, em parte, bem-sucedida. Nesse primeiro momento, Serra recebeu apoio de uma série de igrejas evangélicas – como Bola de Neve, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Brasil para Cristo e de outras denominações, como a Batista Brasileira e autoridades católicas (VITAL & LOPES, 2012, p 75). Por outro lado, outras igrejas, como a Universal, a Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil – Ministério Madureira, Igreja Sara Nossa Terra, Igreja Quadrangular, Igreja Batista e Igreja Metodista; apoiaram a petista, mas não sem cobrar um posicionamento sobre esses temas (ibid., 78-79). Após essa série de polêmicas no primeiro turno – no qual a petista viu sua anterior posição de vitória no primeiro turno cair para uma disputa acirrada no segundo –, é lançada a “Mensagem de Dilma”, documento onde a candidata esclarece que não mudará a

“legislação atual” sobre o aborto, não promoverá nenhuma iniciativa que “afrente a família” e não proporá medidas que alterem a “liberdade de expressão” (ibid., p. 99). Nessa carta, Dilma acaba validando os pontos e ecoando os “pânicos morais” articulados pelos religiosos.

A vitória de Dilma não significou a diminuição desses temas, como veremos adiante. Nesse sentido, uma observação destacada por Vital e Lopes sobre esse episódio aponta para o poder dado pelas forças políticas ao “voto evangélico”, a essa força homogênea para a qual precisa-se ceder caso queira governar e ser eleito.

Encurralados por setores conservadores, os dois candidatos (cuja trajetória anterior ao pleito não trazia qualquer indicação de recusa a uma possível descriminalização do aborto, pelo contrário) reelaboraram as suas imagens de modo a, como efeito indireto, fortalecer e legitimar aqueles que os compeliam a tais atitudes. O medo da ação religiosa e de uma possível reação do voto evangélico, elaborações cada vez mais presentes no cenário eleitoral, revelaram-se como verdades, cuja consequência direta é a capitalização política destes setores em embates eleitorais. Ao serem reconhecidos como forças políticas indispensáveis, vitais, na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliam o seu potencial de negociação, chegando, como no momento de acirramento da disputa que analisamos, ao próprio apagamento de outras agendas fundamentais, constitutivas dos candidatos e partidos que concorriam (VITAL & LOPES, 2012, p. 108).

É importante notar a emergência de uma retórica do medo em ambos os lados: progressistas e petistas seriam assimilados como “amedrontadores” pelos evangélicos, enquanto estes “causariam medo” naqueles caso tomassem alguma política fosse aprovada que os desagradassem. Nesse cenário, quando Ahmed fala do papel do medo na movimentação dos corpos, a autora argumenta que este serviria tanto para a expansão de uns em detrimento da restrição de outros. A retórica do medo, nesse contexto analisado na Era Lula e nas eleições de 2010, permitiu que cada vez mais a chamada “bancada evangélica” emergisse enquanto força política necessária, mesmo não sendo maioria no Congresso, em detrimento ao avanço de direitos das mulheres e da população LGBT+. Nesse ponto, Rocha (2020) afirma que as eleições de 2010 marcaram o início de uma ofensiva conservadora e religiosa frente a esses direitos sexuais e reprodutivos. Como veremos, o ano de 2011 foi essencial para isso também.

### 4.3. Era Dilma I: o Purgatório

O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política.  
(Bolsonaro em entrevista para Marcelo Godoy)<sup>61</sup>

Se as eleições já se mostraram tumultuadas, o primeiro ano do governo Dilma foi palco de uma grande polêmica envolvendo o Ministério da Educação, à época, sob a gestão de Fernando Haddad, do mesmo partido. Encabeçado pelo projeto do BSH, o programa Escola Sem Homofobia (ESH), que iniciou sua formulação ainda em 2010, buscava criar políticas de combate à LGBTfobia dentro das instituições de ensino nacionais, seja pela capacitação de professores e profissionais da educação para abordar o tema com os alunos, seja por meio de campanhas direcionadas à valorização da diversidade sexual e de gênero (LEITE, 2019; VITAL; LOPES, 2012). Tendo tomado conhecimento desse programa e de uma ação bem específica do mesmo – o kit anti-homofobia, pejorativamente nomeado depois como “kit gay”, que contava com vídeos e panfletos sobre o tema<sup>62</sup> – Jair Bolsonaro inicia sua cruzada contra a política, no que afirmou ser “o maior escândalo” que presenciou no Congresso em vinte anos (VITAL; LOPES, 2012, p. 115). Em entrevista, o deputado manifestou seu repúdio.

Atenção, pais, no ano que vem, sua filha de 7, 8, 9 ou 10 anos vai assistir a esse filmete, que já está sendo licitado [...]. Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria. O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da sociedade. Esse kit, destinado a crianças de 7 a 12 anos, será distribuído no ano que vem para 6 mil escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha! (VITAL; LOPES, 2012, p. 116).

Aqui se inicia uma segregação, muito repetida pelos deputados na época, entre LGBTs e crianças. A ideia baseia-se no lugar-comum da criança enquanto uma extensão da vontade dos pais, de suas opiniões e convicções, uma vez que se trataria de um indivíduo ainda em

<sup>61</sup> GODOY, M. Um fantasma ronda o planalto. **Estadão**, 2017. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>. Acesso em: 27/11/2021.

<sup>62</sup> De acordo com Leite (2019, p. 124): “O material educativo era composto por um caderno – “Escola sem Homofobia”; um conjunto de seis boletins – “BOLESHS” – Boletins Escola sem Homofobia, destinados aos estudantes, cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, da diversidade sexual e da homofobia; cinco audiovisuais: o vídeo *Torpedo*, que apresentava duas adolescentes que estudavam na mesma escola e que se envolviam afetivamente; o vídeo *Encontrando Bianca*, que se tornou um dos mais polêmicos, apresentava uma jovem travesti na escola; o vídeo *Probabilidade*, que apresenta um adolescente bissexual. Os outros dois, *Medo de quê?* e *Boneca na mochila* já eram vídeos antigos produzidos pela Ecos em parceria com outras instituições e não causaram muito impacto público”.

formação e, portanto, “selvagem”, “irracional” e vulnerável a perigos do mundo – sejam esses perigos físicos ou “ideológicos”. Isso justificaria não só o super-protecionismo de muitos pais mas também a imposição de concepções de mundo ao infante as quais estes acreditam ser as corretas, ao mesmo tempo em que se empreende esforços para deixar o filho seguro desses perigos (HOLZSCHEITER, 2010). No caso em questão, o perigo seria o da “contaminação” do filho, da corrupção de sua alma pelo pecado da promiscuidade e da sodomia. Como afirmou Bolsonaro em seu primeiro discurso sobre o ESH,

Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo [...]. Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade (VITAL; LOPES, 2012, p. 125).

Curiosamente, demorou um pouco para a bancada evangélica aliar-se a Bolsonaro nessa questão, mesmo com o apelo do deputado à FPE<sup>63</sup>. Simultaneamente, ele dava entrevistas à televisão e a rádios, ia a programas e tornava cada vez mais pública a sua versão do que já estava sendo chamado de kit gay por parte da imprensa. Foi a partir desse barulho que a FPE se engajou publicamente na causa em março de 2011, com o pronunciamento do presidente da bancada desse período, João Campos (assembleiano):

Se quisermos assegurar para nossos filhos um mundo melhor do que recebemos, devemos reagir a essas inúmeras investidas dos que querem destruir os valores cristãos da família, e, para isso, é importante conhecermos profundamente as origens dos ataques à vida e à família. O divórcio leva à destruição da família; a liberdade sexual leva à promiscuidade; a contracepção é contrária ao surgimento de uma nova vida; a esterilização seca a fonte da vida; o aborto destrói uma vida; a pornografia arruína o ser humano; a fecundação artificial significa fazer filho sem o ato do amor. Tudo isso é contrário à vontade de Deus. *Só o casamento monogâmico entre um homem e uma mulher preserva e dará continuidade à procriação* (VITAL; LOPES, 2012).

É possível notar a ansiedade na sua fala em relação ao tema a partir de uma sobreposição de imagens que se grudam, se misturam como uma forma homogênea que implica *pecado*, Mal. O divórcio, a liberdade sexual, a contracepção, a esterilização, o aborto, a pornografia e a fecundação artificial são caracterizados como desvios da vontade divina, e

---

<sup>63</sup> A versão da assessora jurídica da FPE da época, Damares Alves – atualmente Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro –, difere dessa versão ao afirmar que a bancada estava se articulando desde a exposição do fato e já se mostrava combativa ao projeto, porém não teve atenção da mídia por “preconceito” e perseguição (VITAL; LOPES, 2012, p. 117-118).

condenados. Ao mesmo tempo, se associam à homossexualidade e ao ESH – uma vez que sua fala se referia ao programa – e auxiliam para construir um verdadeiro monstro diabólico, que é contrastado com a pureza e vulnerabilidade infantil. Isso explica em parte a associação desse projeto – e de LGBTs em geral – com a pedofilia e a bestialidade: a tentativa de falar da possibilidade de uma diversidade de afetos que não heterossexual implicaria a sedução, a sexualização precoce e o aliciamento da criança para uma sexualidade desviante, sodomita e degenerada, a qual envolve toda e qualquer parafilia sexual e, conseqüentemente, aproxima crianças indefesas de supostos “predadores sexuais”. Como evidenciado na fala do senador Magno Malta, “a aprovação do projeto implicaria a legalização da pedofilia, do sadomasoquismo e da bestialidade” (LEITE, 2019, p. 126).

Em protesto, a FPE decide paralisar suas atividades e afirmou que “não votaria nada” até esclarecimento sobre o “kit gay”. Depois de uma série de discussões, um encontro com Haddad e um pedido de exoneração do ministro, Dilma suspende a produção do kit e afirma que ouvirá a bancada em questões relacionadas a costumes e comportamentos – ou seja, direitos sexuais e reprodutivos. Uma vitória não só para a Frente, mas também para Bolsonaro, o qual foi elogiado por trazido à tona a temática, como mostrado na fala de Roberto Lucena, pastor pentecostal.

Quero fazer também justiça ao Deputado Jair Bolsonaro, que durante esses últimos meses tem sido quase que uma voz solitária nesta Casa, alertando para os perigos e problemas que estavam contidos nesse material. Finalmente, ele conseguiu ser ouvido, conseguiu sensibilizar a bancada católica, a bancada evangélica, a Frente da Família, e todas essas Frentes, juntas, unidas, em defesa da família, em defesa da criança brasileira, conseguiram sensibilizar o Governo (VITAL; LOPES, 2012, p. 141).

Esse episódio foi de extrema importância para a carreira política de Bolsonaro: como ele mesmo afirmou, isso a “catapultou”. Como visto também, a relação entre o político e a bancada evangélica estreitou-se consideravelmente. É possível afirmar que o conjunto de possibilidades que permitiu a formação de uma aliança forte entre evangélicos e Bolsonaro se iniciou nesse momento. Essa aliança se fortalecerá em 2013, com o episódio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM).

No ano de 2013, o pastor Marco Feliciano (da Assembleia de Deus) é eleito presidente da CDHM. Sua candidatura e sua eleição foram de extrema controvérsia por conta de

inúmeras declarações dadas por ele em suas redes sociais, tendo a mais famosa delas referência ao continente africano.

Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato... [...]. Na sequência, Feliciano, que é pastor evangélico e empresário, afirma: “sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids. Fome” [...]. Antes, o pastor evangélico disse que a maldição sobre a África supostamente provém do “1º ato de homossexualismo da história”. “Sendo possivelmente o 1º Ato de homossexualismo da história. A maldição de Noé sobre Canaã toca seus descendentes diretos, os africanos”, afirmou também<sup>64</sup>.

A posição do pastor reitera a ideia da Teologia do Domínio sobre males hereditários, os quais estariam por trás da “maldição” africana, referente aos problemas sociais e econômicos que predominam no continente. Ao mesmo tempo que isso prova a influência neopentecostal na denominação pentecostal (no caso, a Assembleia de Deus), isso também reforça o posicionamento desta última em relação à agenda dos costumes, dessa vez interrelacionando-os com a possessão demoníaca por conta do pecado da promiscuidade e sodomia.

A referência à AIDS é antiga. De um lado, a doença surgiu no centro-oeste africano, facilitando a associação feita com o continente como um todo. De outro lado, a AIDS disseminou-se, em um momento inicial, principalmente entre homens homossexuais, tendo levado a um enfático discurso midiático de que seria uma “doença gay”. Nesse sentido, Soares (2011) mostra a interligação que fora efetuada por revistas semanais no final dos anos 80 entre homens gays e a doença, o que permitiu uma associação posterior desta com a ideia de “pecado”, de que essas pessoas estariam sofrendo as consequências de terem escolhido caminhos desviantes, ao mesmo tempo que o discurso médico auxiliava nessa condenação ao relacionar a doença ao estilo de vida desses homossexuais. É o visto na fala de Feliciano, que não apenas associa esse “estilo de vida” a uma maldição como também o acusa de ser a causa dos problemas socioeconômicos da “África”. Essa associação funciona, também, como um alerta: tendo a maldição caído sobre esse continente, ela também poderá cair sobre o Brasil e seu povo, especialmente se continuarmos aceitando esse “estilo de vida”.

---

<sup>64</sup> BALZA, G. Deputado federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. **UOL Notícias**, 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>. Acesso em: 27/11/2021.

A CDHM era uma comissão estratégica para Bolsonaro e para lideranças religiosas como Malafaia e Feliciano. Segundo Avelar (2021, p. 240-249) essa estratégia foi bem-sucedida, em parte, não apenas por negligência do PT, o qual não considerava a comissão importante para seus objetivos políticos<sup>65</sup>, mas também pela incitação de uma “estratégia zumbi”, a qual descreve como “os setores dominantes” recebendo “todas as benesses, mas no interior de uma formação discursiva em que uma base inflada os ataca como inimigos”. Seria uma forma conciliatória de se fazer política, concedendo a algumas elites e acalorando movimentos sociais contra elas. O ponto aqui é que, mesmo recebendo benefícios do governo, essas elites – o que inclui as elites religiosas, que receberam inúmeros privilégios nos governos petistas (AVELAR, 2021; TREVISAN, 2015), não se reconhecem parte do governo, e tenderiam a contra-atacar essa base governista exaltada. Para Avelar, estaria aí uma das motivações para a entrada de Feliciano na CDHM: seria uma forma de “ocupação” do território inimigo, de contraposição a essa retórica inflada.

A CDHM era, de fato, um local onde figuras polemistas como Feliciano e Bolsonaro conquistaram maior visibilidade na época (GONÇALVES, 2017). Nas eleições seguintes, por exemplo, ambos saíram de sua posição marginal para conquistar, respectivamente, o 3º e o 1º lugar em número de votos nos seus respectivos estados<sup>66</sup>. Os deputados aproveitaram a “estadia” na comissão para levantar projetos que chamariam a atenção da militância feminista/LGBT e da mídia, como o projeto que permitia a psicólogos promover tratamentos com o objetivo de “curar” a homossexualidade, conhecidos como “cura gay”. Além disso, continuaram a dar declarações infladas, como a fala de Feliciano em que diz que a comissão era “dominada por Satanás” antes de sua entrada (*ibid.*, p. 221). Sua gestão, apesar de ter sido ineficaz (poucas proposições foram aprovadas), consolidou a presença da FPE: evangélicos foram responsáveis por 95% das proposições apresentadas, e desses 5% restantes, parte era correligionária de Feliciano (como o próprio Bolsonaro) (*ibid.*, p. 225).

Antes de prosseguir com o segundo movimento conservador na CDHM – a candidatura de Bolsonaro – faço esse importante parêntese sobre as Jornadas de Junho de 2013, uma onda de protestos de múltiplas frentes iniciado após o aumento das passagens dos ônibus de São Paulo e a convocação de atos contra o aumento pelo Movimento Passe Livre. Essas jornadas formaram uma inquietação na sociedade brasileira considerada por muitos

---

<sup>65</sup> O PT optou por abrir mão da Comissão em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, a CCCJ e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

<sup>66</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Bolsonaro saiu de 11º para o 1º lugar, e Feliciano saiu do 11º para o 3º.

autores como decisivo para o que viria a ser uma virada conservadora na política nacional (ALMEIDA, 2019a; AVELAR, 2021; PINHEIRO-MACHADO, 2019). Tais autores concordam, também, que essa onda de protestos foi multidimensional, envolvendo tanto autores conservadores quanto progressistas. Tanto Pinheiro-Machado (2019) quanto Avelar (2021) acreditam que toda a polvorosa do período foi resultado dos ininterruptos anos do governo petista, associados a casos de corrupção, sensação de não-pertencimento na política e, no caso de Pinheiro-Machado, um certo elitismo por parte de determinados setores da sociedade brasileira, que desgostavam dos avanços sociais resultantes de políticas distributivas federais. De qualquer forma, nessa monografia, duas consequências nos serão de maior relevância: (1) a maior atenção e o crescente engajamento da sociedade na política, que desaguará em mais ondas de protestos nos anos seguintes; e (2) a emergência de uma atmosfera política de profundo descontentamento com o *status quo* petista, que como veremos, terá como produto a formação de uma identidade política extremamente reacionária.

Outra consequência muito importante, relatada por Almeida (2019) e Pinheiro-Machado (2019) foi a explosão de um forte ativismo digital por meio de redes sociais como o Facebook e Twitter. Como explica Almeida, a militância online foi de fundamental relevância não só na convocação de protestos e atos públicos como também no compartilhamento de ideias e opiniões suas ou de outras pessoas (2019, p. 189). Nesse sentido, é importante destacar, por exemplo, bandeiras levantadas à época por grupos à esquerda, como a redução da violência policial (muito por conta da força excessiva empregada pelas forças do estado nos manifestantes), a rejeição ao projeto da Cura Gay que avançava na Câmara, o próprio aumento nas passagens etc. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 37). Ainda assim, o resultado posterior foi o avanço de forças conservadoras na política.

No ano seguinte às Jornadas – e agora, com a sociedade brasileira mais atenta à política – as manifestações pareciam ter dado frutos à direita: movimentos e páginas *online* como o Revoltados Online e TV Revolta, de viés conservador, ultrapassavam o primeiro milhão de curtidas e já demonstravam todo o seu repúdio ao PT. Da mesma forma, influenciadores conservadores floresciam nesse clima, como Rodrigo Constantino e Reinaldo Azevedo (ambos da Revista Veja), Olavo de Carvalho (que, posteriormente, se tornará o principal ideólogo do governo Bolsonaro) e o próprio Bolsonaro, cujas discussões e

inflamações contra a mídia e seus colegas de Câmara rendiam inúmeras visualizações no YouTube<sup>67</sup> (ROCHA, 2020b).

Nesse cenário, cabe ressaltar a importância da candidatura de Bolsonaro à presidência da CDHM, objetivando suceder a Feliciano. De acordo com o jornalista Ápyus (2020), esse momento foi decisivo para transformar o capitão, do baixo clero do Congresso, em um “fenômeno eleitoral”. Após criticar o beijo *gay* na novela “Amor à Vida” da Rede Globo e ir ao programa *Super Pop*, apresentado por Luciana Gimenez<sup>68</sup>, Bolsonaro decide dar prosseguimento ao projeto iniciado por Feliciano, afirmando que “direitos humanos é [sic] para seres humanos, e não para marginais”. Uma legião de polêmicas começam a ser não só recuperada pela mídia como passa a ser verberada pelo deputado, como “não são esses ativistas gays e de movimentos negros que vão me atrapalhar” e que gays seriam “fruto de consumo de drogas”. Após intensa pressão de movimentos sociais, o PT decide colocar a candidatura de Assis de Couto à presidência da comissão, que ganha. Bolsonaro fica em segundo, e afirma que teria sido uma “derrota com cara de vitória” (ÁPYUS, 2020). Como conta Ápyus (2020), de fato, esse episódio reforçou o apoio mútuo entre a bancada evangélica e o deputado, bem como aumentou sua popularidade.

Uma verdadeira turbulência emergia no cenário político brasileiro, iniciada em 2013 e intensificada em 2014, ano eleitoral. Mais do que isso, a polarização crescente da sociedade levou a embates constantes sobre assuntos comumente relacionados à política. O resultado é a polarização constante de temas distintos, como direitos LGBT+ e legalização do aborto que, mesmo já sendo discutidos, ganham mobilização massiva – seja nas ruas ou nas redes – e incrementam a polarização e a demonização do adversário. Nesse sentido, João Cezar de Castro Rocha (2021) reafirma que esse cenário será de fundamental importância para a consolidação não apenas da eleição de Bolsonaro, mas também da forma polarizada e antagonística do atual presidente de governar. Por hora, nos é importante reconhecer que esse é o cenário no qual as eleições de 2014 são realizadas.

---

<sup>67</sup> O teor dos vídeos pode ser visto na própria conta de Bolsonaro no YouTube, sendo um exemplo: [https://www.youtube.com/watch?v=ybote10acL4&ab\\_channel=JairBolsonaro](https://www.youtube.com/watch?v=ybote10acL4&ab_channel=JairBolsonaro).

<sup>68</sup> Não era incomum a presença de Bolsonaro no *Super Pop* ou no CQC. Ambos os programas auxiliaram na popularização do capitão, mesmo que sem a intenção (ÁPYUS, 2020).

### 4.3. As Eleições de 2014: um Ensaio para 2018

Tudo o que a direita precisou fazer foi entregar para os pastores quem era o culpado, qual era o foco da perda de moral do Estado. E foram bem-sucedidos em caracterizar o PT como o grande vilão da imoralidade, da promiscuidade.

(Pastor Ariovaldo Ramos, ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira)<sup>69</sup>

A fala de Ariovaldo, um dos fundadores da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, reitera a versão que associa evangélicos a um agente passivo, receptor de informações e acrítico. Nesse caso, teriam sido enganados pela direita, que os convenceu que o PT seria o grande vilão moral a ser combatido. Como visto até o momento e como será visto em diante, muito pelo contrário, evangélicos, em especial as lideranças evangélicas, serão essenciais para o fortalecimento dessa direita mencionada pelo pastor.

Uma polarização, encabeçada principalmente por PT e PSDB, toma conta da política nacional, e apesar do apelo dado a uma possível terceira opção – Marina Silva, que decola politicamente após a trágica morte de Eduardo Campos –, o segundo turno acaba sendo disputado por essas duas forças. Nesse sentido, no tocante às questões discutidas por essa monografia, um embate envolvendo evangélicos pôde ser visto, principalmente, em dois momentos: (1) na pressão de religiosos, como Malafaia, sobre a candidatura de Marina; e (2) o discurso de Levy Fidelix em um debate presidencial da Rede Record.

Após a morte do candidato à presidência pelo PSB Eduardo Campos, Marina Silva emerge não apenas como um contraponto à polarização PT-PSDB mas também como uma possível alternativa ao petismo (GURÃO; TONUS, 2017). O “furacão Marina”, como foi chamado esse fenômeno<sup>70</sup>, impressionou pela rápida subida ao primeiro lugar em intenções de votos. Isso chamou a atenção do Líder evangélico Malafaia que, em seu Twitter, afirmou que o programa da candidata seria pior que o do PT e do PSDB, por ser uma “defesa vergonhosa da causa gay” ao “apoia[r] descaradamente o casamento gay e ped[ir], inclusive, a aprovação do extinto PLC 122, que, entre outras coisas, põe pastor na cadeia”<sup>71</sup>. Após a mudança do programa de governo, na qual a candidata retira partes substanciais das políticas para pessoas LGBT+, Malafaia comemora em seu Twitter e afirmou que “o ativismo gay estaria irado com

<sup>69</sup> DIP, 2018, p. 57.

<sup>70</sup> NOBLAT, R. O Furacão Marina. **Revista Veja**, 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/o-furacao-marina/>. Acesso em: 27/11/2021.

<sup>71</sup> DIP, A. O Estopim da Crise. **A Pública**, 2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/09/o-estopim-da-crise/>. Acesso em: 27/11/2021.

Marina”. Também afirmou: “Começo a ficar satisfeito! Valeu a pressão de todos. Não estamos aqui pra *engolir* agenda gay”<sup>72</sup>.

É importante ressaltar a linguagem do *engolir*, que remete tanto ao nojo – ao paladar, ao que causa desgosto paliativo – quanto ao medo – de engolir em seco, de sentir nervoso pela aproximação de um perigo – é muito mobilizado por lideranças religiosas (e conservadoras) em relação a temas como direitos LGBT+ e femininos. “Engolir” essas agendas seria incorporar ao próprio corpo as ideologias embutidas nelas, deixando de lado seu próprio mundo e sendo invadido por isso que vem de fora. Seria uma ameaça não apenas ao *eu*, mas também ao seu modelo de vida, às suas ideologias e à sua existência enquanto ser separado do mundo, descolado do que considera ser o *outro*. Seria, portanto, a invasão do *outro* ao constructo do *eu*. Podemos observar isso melhor no debate do dia 24 de setembro, na Rede Record.

Na rodada de perguntas diretas, Luciana Genro (candidata do PSOL) questiona Levy Fidelix (do PRTB, partido de tamanho pequeno) sobre a dificuldade de a população brasileira reconhecer casais do mesmo sexo, e aborda também os inúmeros assassinatos de pessoas LGBT+ no país. O candidato respondeu:

Jogou pesado agora, hein? [...] Olha minha filha, tenho 62 anos, pelo que eu vi na vida, dois iguais não fazem filho. E digo mais... [...] desculpe, mas aparelho excretor não reproduz! É feio dizer isso, mas não podemos jamais – eu que sou um pai de família e um avô – deixar que tenhamos [sic] estes que estão achacando a gente no dia a dia, querendo escorar essa minoria à maioria do povo brasileiro. Como é que pode um pai de família e um avô, ficar aqui escorado porque tem *medo* de perder voto. Prefiro não ter esses votos, mas eu pai, um avô, que tem vergonha na cara, que instrua seu filho, que instrua seu neto, e vamos acabar com essa historinha! Eu vi agora o padre... O santo padre... O Papa expurgar – fez muito bem! – do Vaticano um pedófilo. Está certo! Nós tratamos a vida toda com a religiosidade para que nossos filhos possam encontrar realmente um bom caminho familiar. Então Luciana, eu lamento muito, que façam um bom proveito que querem fazer e continuar como estão, mas eu como presidente da República não vou estimular! Se está na lei, que fique como está. Mas estimular, jamais, a união homoafetiva (RECORD TV, 2014, transcrição e grifo nossos).

Ao ser questionado por suas falas por Luciana Genro – a qual afirmou ser a que realmente defende a família por defender *todas* as famílias –, Levy mantém seu argumento:

---

<sup>72</sup> Ibid. Grifo nosso.

Você já imaginou o Brasil, que tem 200 milhões de habitantes, se começarmos a estimular isso daí daqui a pouco vai reduzir para 100... Vai para a [Avenida] Paulista, anda lá e vê. É feio o negócio, né? Então gente, vamos ter *coragem!* Nós somos maioria! Vamos enfrentar essa minoria! *Vamos enfrentar, não ter medo* de dizer que sou pai, mãe, vovô. E o mais importante é que estes que tem esses problemas realmente sejam atendidos no plano psicológico e afetivo, mas bem longe da gente... Bem longe mesmo porque aqui não dá (RECORD TV, 2014, transcrição e grifo nossos).

É inevitável reparar que o chamado de Levy para que o povo brasileiro tenha coragem implica que a nação está com medo – no caso, medo de pessoas LGBT+ (embora a pergunta tenha focado majoritariamente em casais homoafetivos). A forma como isso é feito seria a partir da normalização do que é comum, do que faria parte do cotidiano da maioria; ou seja, a heteronormatividade, a existência de apenas um tipo de família a qual deveria ser formada por um casal de pessoas de sexos opostos. Nesse sentido, a identidade majoritária é transformada no padrão, e conseqüentemente, no correto. Um desvio dessa identidade é caracterizado como uma afronta a esse padrão identitário, como visto quando o candidato fala que pessoas LGBT+ estariam “achacando a gente” no dia a dia e querendo “escorar essa minoria” à maioria do povo brasileiro.

Percebe-se os movimentos de aproximação e distanciamento: de um lado, a cis-heteronormatividade se associa ao povo brasileiro, à identidade nacional; do outro, a ameaça, os perigosos indivíduos que buscam ofender a dignidade identitária de “pais de família”. Junto a isso, ele repete a estratégia de aglutinar pessoas LGBT+ à pedofilia ao mencionar o caso do padre expurgado pelo Papa. Mencionar isso não seria apenas colar essas pessoas com significantes pejorativos, mas também induzir a ideia de infiltração, de elementos que invadiram o coração da Igreja para contaminá-la, corrompê-la. Nesse cenário, pessoas LGBT+ iriam fazer exatamente o que esse padre fez: se instalar no coração identitário santo e corrompê-lo, e levar consigo a sagrada família heteronormativa. Seria por isso que o Estado não deveria “incentivar” qualquer relação distinta a cis-heteronormativa, sendo esse incentivo o reconhecimento de que pessoas do mesmo sexo podem se casar, formalizar sua união perante a lei e o Estado e, assim, formar uma família.

Ao mesmo tempo, o medo do casamento homoafetivo seria o medo de ter sua existência corrompida, uma vez que sua identidade e a identidade nacional se confundem, ao menos nesse ponto. Como mostra Bernardon (2013), houve uma associação histórica do Estado brasileiro (bem como a parte majoritária dos países) entre a identidade nacional e a

união civil, sendo ambos definidos a partir de uma lógica normativa que estabelece uniões entre casais heteros como o padrão, o normal e o que se espera de uma “família”. Esse histórico é reavivado na fala de Fidelix e daqueles que se opõem ao casamento homoafetivo: esse padrão de família não é a norma e não é o normal, ao menos não em meu país. Sendo o padrão heteronormativo o historicamente correto, eu poderia aqui apenas ponderar sobre as inúmeras vezes que essa relação foi reafirmada performativamente pelo Estado brasileiro e seus representantes.

Nesse sentido, alguém poderia tentar argumentar que “ninguém vai obrigar você a se casar com alguém do mesmo sexo”, numa tentativa de induzir a ideia que o medo – de ser corrompido pela homossexualidade e de ter sua existência invadida por ela – é ilógico (ou *irracional*), já que é só não se envolver homoafetivamente que terá sua existência assegurada. Esse argumento, no entanto, provavelmente isso não seria muito útil contra Levy Fidelix ou qualquer outro que se intitule “pai de família”, uma vez que o medo se dirige a ter sua identidade, que se confunde com a identidade brasileira, cada vez mais fragilizada, seu estilo de vida cada vez mais questionado e sua sobrevivência, enfim, cada vez mais dificultada, como afirma Ahmed (2014, p. 64). Estando Fidelix “grudado” à identidade nacional, uma ameaça a constituição desta – baseada na “família tradicional” – é uma ameaça a sua existência.

Como visto, no entanto, esse medo de Levy se transforma em uma expansão de movimento, em um brado de coragem e braveza contra essa minoria degenerada. Convoca-se o povo brasileiro – alinhado a essa identidade cis-heteronormativa – a se engajar e enfrentar essa minoria. Embora esse enfrentamento seja explicitado depois como o voto conservador contra o avanço de políticas pró-LGBT+, pergunta-se que outras formas de enfrentamento poderiam ser entendidas nesse contexto. Sua fala expele muita raiva, e sua entonação é nervosa. Alguém facilmente poderia confundir sua conclamação pela família com uma convocação à violência – verbal, física, não importa. Isso é observado por Ahmed, ao analisar o discurso do medo na justificativa da violência contra pessoas não-brancas.

Essas fantasias do outro, portanto, funcionam para justificar a violência contra os outros, cuja própria existência passa a ser sentida como uma ameaça à vida do corpo branco, mas que, como uma ameaça à vida, pode vir mais para dar do que para tirar a vida (AHMED, 2014, p. 64, tradução nossa).

A fala de Fidelix foi tanto condenada quanto exaltada nas redes sociais. Lideranças como Feliciano<sup>73</sup> e Malafaia<sup>74</sup> apoiaram a manifestação do candidato, alegando que fora apenas uma opinião. Pastor Everaldo (candidato pelo PSC), por sua vez, condenou as falas por terem sido “desrespeitosas”, mesmo endossando seus posicionamentos quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e quanto ao aborto<sup>75</sup>. De todo modo, o episódio foi importante por seu caráter polêmico em um debate eleitoral televisivo, onde se espera maior formalidade dos candidatos.

Sobre o resultado das eleições, Dilma ganha por pouco de Aécio, o qual junto ao PSDB buscará a recontagem de votos, implicitamente questionando a validade das urnas eletrônicas. Lideranças evangélicas dividiram-se em relação ao apoio: Macedo (IURD), por exemplo, apoiou Dilma, enquanto Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) apoiou Aécio, mesmo tendo demonstrado decepção com a derrota de seu candidato, Pastor Everaldo<sup>76</sup>. O líder da igreja de Everaldo (a Convenção das Assembleias de Deus do Brasil), por sua vez, declarou apoio a Dilma, enquanto Everaldo apoia Aécio<sup>77</sup>. Esses são apenas alguns exemplos que mostram o cenário complexo e heterogêneo do apoio evangélico em 2014, o qual foi tão dividido quanto o voto de seus eleitores: como mostra Nicolau (2020, p. 72), evangélicos votaram ligeiramente mais em Dilma.

Sobre a bancada evangélica: ela aumenta, porém também ligeiramente, com um crescimento de apenas 3% em relação a 2010, bem abaixo dos 30% de acréscimo estipulados pela FPE. No entanto, candidaturas protestantes, em especial as evangélicas, aumentaram ainda mais o número de votos. Clarissa Garotinho (presbiteriana), Eduardo Cunha (neopentecostal – Igreja Sara Nossa Terra), Pastor Eurico (assembleiano e conhecido defensor

---

<sup>73</sup> TOMAZ, K. Reeleito deputado federal, pastor Feliciano apoia Fidelix e critica Tiririca. **G1**, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/reeleito-deputado-federal-pastor-feliciano-apoia-fidelix-e-critica-tiririca.html>. Acesso em: 27/11/2021.

<sup>74</sup> MENDOÇA R.; SENRA R. #SalaSocial: Candidato explode nas redes após discurso de "enfrentamento" a gays. **BBC**, 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/14eleicoes2014\\_fidelix\\_gays](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/14eleicoes2014_fidelix_gays). Acesso em: 27/11/2021.

<sup>75</sup> ARRUDA, R. Pastor Everaldo condena desrespeito de Levy Fidelix. **Exame**, 2014. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pastor-everaldo-condena-desrespeito-de-fidelix/>. Acesso em: 27/11/2021.

<sup>76</sup> PATURY, F. "Edir Macedo apoia a Dilma, eu apoio Aécio", diz Silas Malafaia. **Época**, 2014. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patury/noticia/2014/10/bedir-macedo-apoia-dilmab-eu-apoio-aecio-diz-silas-malafaia.html>. Acesso em: 30/11/2021.

<sup>77</sup> MAZZINI, L. ‘Aliado’, líder nacional da Igreja de Pr. Everaldo declara voto em Dilma. **UOL Notícias**, 2014. Disponível em: <https://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/10/02/aliado-lider-da-igreja-de-pr-everaldo-declara-voto-em-dilma/>. Acesso em: 30/11/2021.

da “cura gay”), Christiane Yared (pentecostal – Catedral do Reino de Deus)<sup>78</sup>, além de Feliciano, foram alguns dos candidatos protestantes com maior quantidade de votos. Além deles, teremos 42 assembleianos, 12 integrantes da Universal e inúmeros outros evangélicos (DIP, 2018, p. 43).

O baixo crescimento da FPE foi “compensado” pelo número surpreendente de deputados conservadores que foram eleitos nessas eleições. Como afirma o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), se trata do “Congresso mais conservador desde 1964” (DIP, 2019, p. 49). Nesse sentido, pelos episódios mencionados e pelos acontecimentos que ocorrerão entre a posse e o *impeachment* de Dilma, é possível induzir o crescente papel do medo, do *pânico moral*, sobre temáticas sensíveis a conservadores, especialmente os membros da FPE, e como estes reforçaram demasiadamente a articulação de significantes os quais estabelecem uma relação de medo para com pessoas LGBTQ+ e feministas por meio, principalmente, de demonizações, da transformação desses grupos no Mal que busca corromper famílias e crianças e desviá-los dos caminhos de Deus. Nesse cenário, essas eleições serviram como ponto de virada para uma agenda conservadora e fundamentalista, que desaguará em inúmeros projetos os quais servirão como reação aos (tímidos) avanços desses grupos. Ao mesmo tempo, considero que estas foram um ensaio para o verdadeiro espetáculo reacionário e infernal que serão as eleições de 2018.

---

<sup>78</sup> EVANGÉLICOS e as eleições 2014: primeiro balanço pós-5 de outubro. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536286-evangelicos-e-as-eleicoes-2014-primeiro-balanco-pos-5-de-outubro>. Acesso em: 27/11/2021.

## 5 Na Estrada para o Inferno

A assim chamada “teoria” [...] de “gênero” é, na realidade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais último e simultaneamente acabaria com a sociedade (SCALA, 2011).

Como visto no capítulo anterior, irrompeu no Brasil uma intensa polarização política como consequência tanto da politização da população após as Jornadas de Junho quanto por conta do próprio cenário político pós-eleições, que influenciou nessa atmosfera dicotômica. Nesse sentido, vale enunciar alguns fatos que ocorreram depois da eleição de Dilma os quais considero que motivaram ainda mais esse contexto, como o pedido de recontagem de votos por parte de Aécio Neves, candidato derrotado no segundo turno, e seu partido, o PSDB, questionando a validade do sistema democrático nacional; e a convocação (um mês depois das eleições!) de atos a favor do *impeachment* de Dilma por organizações como o MBL, o Revoltados Online e outras organizações de direita (ROCHA, 2020b). Desse modo, podemos ver que o segundo mandato da presidenta já inicia com sua legitimidade sendo questionada.

Junto a esse cenário de polarização, temos um verdadeiro embate social e cultural protagonizado entre progressistas (que envolve feministas e ativistas LGBT+) e conservadores/reacionários (que inclui a bancada evangélica). Nesse cenário de conflito, comumente determinados eventos ordinários fora da política parlamentar acabam por se tornar grandes casos políticos, ao mesmo tempo que servem como combustível para políticos conservadores inflamarem seus discursos de *pânico moral* e, com eles, estabelecerem relações de medo com esses movimentos progressistas. Alguns deles serão vistos a seguir, mas antes, é de extrema importância compreender o que seria a “ideologia de gênero”, termo-chave para a futura mobilização evangélica contra direitos sexuais e reprodutivos.

“Saindo do armário” estava um novo conceito que se disseminaria entre os grupos mais conservadores, principalmente entre as lideranças evangélicas. Surgida no núcleo da Igreja Católica a partir de 1997 – ano em que o cardeal Joseph A. Ratzinger publica o livro “O Sal da Terra”, que é também o mesmo ano em que é publicado “A Agenda de Gênero” da periodista católica Dale O’Leary, sendo ambos os livros canônicos para esse conceito –; a concepção de que uma *ideologia de gênero* estaria ameaçando a moral e bons costumes cristãos começa a ser denunciada por grupos católicos (CAMPANA; MISKOLCI, 2017;

CORRÊA; KALIL, 2020). Como dito por Miskolci e Campana (2017, p. 726-727), esse movimento da Igreja Católica teria sido uma ofensiva à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, da ONU, em que o termo “mulher” foi substituído pela ideia de gênero – onde políticas e instituições econômicas deveriam tomar uma “perspectiva de gênero”. Os autores explicam que

[...] a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. Para isso, começou a atacar, afirmando que na verdade não era mais do que uma *ferramenta ideológica de dominação* e, assim, a desarticular, desconfigurar e reprovar as ideias e mensagens feministas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727, grifo nosso).

A ideia fundamental da “ideologia de gênero” seria que o feminismo, sob a justificativa de promoção da igualdade de gênero, estaria negando a natureza humana e a biologia a partir da justificativa de liberação política e antropológica da mulher. Associado a isso, de acordo com essa ideia, estaria a libertação da ideia de maternidade relacionada à mulher, o que implicaria a negação dessa condição biológica feminina.

[...] a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus (RATZINGER, 1997 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 142).

A ideologia de gênero seria, dessa forma, uma ofensa à Deus, à natureza humana (feminina) e a “pressupostos biológicos”. Seria uma tentativa do ser humano de se tornar Deus, de alcançar o lugar do Divino, sob a falsa alcunha de “direitos sexuais e reprodutivos”. Em seu livro “Ideologia de Gênero: o Neototalitarismo e a Morte da Família”, Scala (2011) resume bem o que seria essa doutrina.

Com frequência me solicitam que explique em trinta segundos o que vi no Cairo e em Pequim. Correndo o risco de simplificar, respondo que observei que nas Nações Unidas habitam pessoas que acreditam que o mundo necessita de: 1) menos pessoas;

2) mais prazer sexual; 3) eliminação das diferenças entre homens e mulheres; 4) que não existam mães em tempo integral (SCALA, 2011, p. 17).

A solução dada pela ideologia de gênero aos problemas supracitados, para Scala, teria de enfrentar esse problema da defesa do prazer sexual e da liberdade feminina.

Estas pessoas reconhecem que aumentar o prazer sexual poderia aumentar o número de bebês e de mães; portanto, sua receita para a salvação do mundo é: 1) anticoncepcionais grátis e aborto legal; 2) promoção da homossexualidade (sexo sem bebês); 3) curso de educação sexual para promover a experiência sexual entre as crianças e ensiná-las como obter contraceptivos e abortos, que a homossexualidade é normal e que homens e mulheres são a mesma coisa; 4) eliminação dos direitos dos pais, de forma que estes não possam impedir as crianças de fazer sexo, educação sexual, anticoncepcionais e abortos; 5) cotas iguais para homens e mulheres; 6) todas as mulheres na força de trabalho; 7) desacreditar todas as religiões que se oponham a esta agenda (SCALA, 2011, p. 18)

Aqui, vemos que feministas e ativistas LGBTQ+ são encaixados sob uma mesma alcunha: “ideólogos do gênero”, que seriam responsáveis por todo esse caos moral enunciado: aborto, divórcio, homossexualidade, pedofilia, igualdade de gênero e fim da família e da religião. Uma catástrofe planetária que pretende ser imposta “em todos os níveis e em todos os países” (*ibid.*, p. 18), um apocalipse que prevê a destruição do homem e do cristianismo e se “esconde” em agendas consideradas “progressistas”. A ideia de ideologia de gênero, dessa forma, é uma amálgama que reúne todas as discussões relacionadas à direitos reprodutivos e sexuais e à igualdade de gênero em um tom profético e cataclísmico.

No contexto brasileiro, essa “contraofensiva católica” se realizaria a partir das visitas papais ao país, não só como meio de revitalizar a ideologia conservadora no antro da Igreja em meio ao contexto de força da Teologia da Libertação, mas também para consolidar essa ideia em contraponto à perspectiva de gênero. Em 2007, Ratzinger vem ao Brasil junto ao Papa Bento XVI, e reitera seus posicionamentos contra células-tronco, aborto, sexualidade, uso de métodos contraceptivos e o divórcio (CÔRREA; KALIL, 2020, p 49-51). No mesmo ano, a noção de ideologia de gênero aparece no chamado “Documento de Aparecida”, produzido na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. A passagem se refere à possibilidade do fim da família por conta da homossexualidade.

40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua

orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727-728).

No mesmo ano, aparecem as primeiras referências virtuais à ideologia de gênero em sites religiosos, especialmente católicas. Nos anos de 2013 a 2015, no entanto, as referências em páginas e veículos evangélicos decolam, ultrapassando as páginas católicas em 2016. Como explicam Corrêa e Kalil (2020, p. 60-63), grupos evangélicos se uniram e se apropriaram da terminologia e “ideologia” da ideologia de gênero para sustentar sua agenda conservadora. E, como veremos, essa agenda foi muito mobilizada após as eleições de 2014.

### 5.1. Dilma II: A Queda de Lúcifer

[...] era possível encontrar militantes pró-vida gritando “Não ao Gênero!” diante de Assembleias Legislativas.

(DIP, 2019, p.101)

“Que Deus tenha misericórdia dessa nação”.

(Eduardo Cunha em sua justificativa de voto a favor do *impeachment* de Dilma)

Sob esse lema e contra esse demônio nomeado ideologia de gênero, inúmeros projetos de cunho reacionário começaram a ser elaborados, desarquivados ou tramitados no Congresso no segundo mandato de Dilma. Sobre isso, importante sublinhar a expressiva relevância que o presidente da Câmara de Deputados eleito na época, Eduardo Cunha (assembleiano), teve ao não só obstruir pautas progressistas como também avançar com agendas conservadoras e religiosas no parlamento. Considero três como as principais: o Estatuto da Família, o PL 5069/2013 e o PL 7382/2010. Além disso, também falarei da principal batalha conservadora contra a ideologia de gênero: o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

O PL 6583/2013, também conhecido como Estatuto da Família, é uma resposta à tese de que a ideologia de gênero planeja o fim da família nuclear, composta de mãe, pai e filhos (preferencialmente). De acordo com o projeto, fica reconhecido como família apenas o “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (DIP, 2019, p. 51). Ainda, uma emenda ao PL no artigo 3 define que é “dever

do Estado, da sociedade e dos poderes públicos garantir à entidade familiar a efetividade do direito à vida desde a concepção”, o que daria suporte legislativo à proibição do aborto nos poucos casos permitidos pela legislação (SEXUALITY POLICY WATCH, 2015).

Sobre o aborto, também é importante o PL 5069/2013, de autoria de Eduardo Cunha, o qual criaria uma série de empecilhos para mulheres vítimas de violência sexual que desejam abortar na rede pública de saúde (DIP, 2019, p.51). Como explica o *Sexuality Policy Watch* (2015), “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”, além de condicionar “o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de aborto legal à realização de exame de corpo de delito”. Junto a ele, o Estatuto do Nascituro, mencionado anteriormente, é desarquivado já nos primeiros meses de mandato de Cunha<sup>79</sup>.

Por fim (embora muitos outros projetos tenham sido apresentados), há o PL7382/2010, o qual tipifica a “heterofobia” como crime e cria políticas públicas destinadas a combater essa discriminação. Esse projeto, assim como todos os outros, é combativo, como explica Magali Cunha: “é uma atuação ideológica se posicionar contra projetos inovadores, transformadores” (DIP, 2019, p.50). Simultaneamente, é uma resposta ‘a ideologia de gênero: é reativo, portanto; uma reação ao medo que se pretende a expansão da moral cristã frente a esse perigo, o diferente, o outro.

O ano de 2015 foi, definitivamente, o ano que popularizou o termo “ideologia de gênero” na mídia e na sociedade brasileira. Como mostra a análise de Côrrea e Kalil (2020), foi a partir desse ano que menções sobre o tema em páginas religiosas e em jornais passaram a crescer em nível quase exponencial. Nesse sentido, podemos analisar um acontecimento muito importante desse ano, que ocorreu no ENEM, o qual contou com a presença desse fantasma..

Nos dias 24 e 25 de outubro, foi realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e uma de suas questões utilizava da célebre frase da autora francesa Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Dizia a questão:

---

<sup>79</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 478/2007. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 29/11/2022.

**QUESTÃO 05** ◆◆◆◆◆

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

**A** ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.

**B** pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.

**C** organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.

**D** oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.

**E** estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Figura 1: Questão da prova do ENEM 2015 de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Fonte: INEP/MEC.

Houve uma polvorosa em torno da questão por parte de grupos religiosos. Damares Alves (ex-pastora pentecostal e atual batista renovada), por exemplo, comentou que seria a tentativa de implementação da *Teoria Queer* no sistema educacional.

Vejam uma questão da prova do Enem deste sábado. É a teoria Queer imposta para sete milhões de candidatos. Isto significa que se cobra no Enem as escolas terão que obrigatoriamente trabalhar o tema para preparar o aluno. A ideologia não está no Plano Nacional de Educação, mas está no currículo provisório. Vamos desistir?? Jamais! (GUIAME, 2015).

É importante uma explicação sumarizada sobre a teoria *queer*<sup>80</sup>. Essa teoria, de modo geral, afirma que gênero, sexualidade e sexo são constructos sociais discursivos, fluidos e plurais e em constante mudança e negociação, negando existência de qualquer identidade fixa e natural (ou biológica, como diriam os defensores da ideia de ideologia de gênero). Nesse sentido, a teoria *queer* é contrária a essencialismos presentes em binários como homem/mulher, gay/hetero etc. e, portanto, contrário a papéis sociais de gênero existentes que

<sup>80</sup> *Queer* é um termo em inglês o qual, originalmente, significa “estranho”. Era utilizado pejorativamente contra pessoas LGBT+, porém fora apropriado por esse movimento e, hoje, designa pessoas que não se encaixam nos padrões cis-heteronormativos, bem como também se refere àqueles que não se encaixam em nenhuma das letras da sigla LGBT.

geram privilégios para uns em detrimento de outros (WATSON, 2005). O que Damares faz, no entanto, assim como outros ideólogos da ideologia de gênero, é colocar essa teoria como um monstro moral, responsável pela depravação dos valores, pela sexualização infantil e pela homossexualidade compulsória. Seria mais difícil lutar contra um “monstro” que se mostre como “igualdade de gênero”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “liberdade sexual”, então recorrer a esses fantasmas seria uma melhor maneira de lutar contra esse “problema”. Como afirmou o escritor evangélico e “ex-gay” Claudemiro Ferreira sobre esse caso, a “ordem é clara: homossexualizar crianças, adolescentes e jovens brasileiros... Custe o que custar!” (GUIAME, 2015).

É importante ressaltar também que Simone de Beauvoir não é uma ideóloga da teoria *queer*, até porque esta morreu antes mesmo desse movimento existir. Filósofa existencialista e feminista, Beauvoir buscou uma abordagem diferente para discutir sobre a “mulher”, diferente das formas como a Biologia, Psicanálise e História abordavam. Ela, nesse sentido, é considerada precursora da discussão da formação da mulher enquanto uma construção social, ou seja, uma precursora do gênero (STORTO; ZANARDI, 2019). Essa construção, para a filósofa, estaria relacionada a uma dicotomia que valorizaria o homem em detrimento da identidade da mulher, que seria o “segundo sexo”.

Sua análise é profunda. Aponta tanto a opressão que pesa sobre as mulheres, quanto as suas dificuldades em se desvencilharem dos laços que as prendem a tal servidão. Beauvoir entende que a mulher assumiu, ao longo dos tempos, o lugar do outro, da pura alteridade com valoração negativa, cuja identidade é determinada pelo homem (SANTOS, 2010 *apud* STORTO; ZANARDI, 2019).

No entanto, a interpretação realizada por lideranças religiosas à época seria de que Beauvoir estaria promovendo a ideologia de gênero e, com isso, todos os seus fantasmas. Nesse ponto, uma análise do discurso realizado por Malafaia em suas redes sociais se mostra relevante. No vídeo “Governo coloca ideologia de gênero no ENEM”, compartilhado em sua página no Facebook e em seu canal no YouTube, Malafaia denuncia essa questão a seus seguidores, os quais alcançaram a marca de 1,7 milhões no Facebook em 2016<sup>81</sup>.

Preste atenção para esse negócio. Saiu na prova do Enem, né... uma filósofo [sic], uma feminista, né... ela diz que ninguém nasce mulher, torna-se mulher... Eu, nesses

---

<sup>81</sup> FAVRETTO, A. 10 dos líderes evangélicos mais influentes nas redes sociais. **Sempre Família**, 2016. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/religiao/10-dos-lideres-evangelicos-mais-influentes-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 30/11/2021.

últimos seis anos, debati em audiências públicas... sabe... com o ativismo gay, eles afirmando: não, é que o cara nasce gay! E agora, a ideologia de gênero diz que ninguém nasce nem masculino nem feminino... nem menino... nem menina... nem homem... nem mulher... (MALAFAIA, 2015)

O vídeo gira em torno de (1) questionamentos do pastor quanto à veracidade psicológica e biológica – ou seja, científica – da frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”; (2) acusações relacionadas à “doutrinação” realizada pelo MEC, pelo Conselho Federal de Psicologia e outras instituições públicas por “comprarem” essa ideia; e (3) demonstrações de desprezo, repulsa e indignação para com pautas progressistas e de esquerda – ou, como chama, “esquerdopatas”, “comunas” e “petralhas”<sup>82</sup>. Isso não ocorre nessa ordem, cabe ressaltar, porém seu raciocínio pode ser resumido dessa forma.

No primeiro foco, Malafaia “desinterpreta” a frase de Beauvoir e questiona, então, o que nasceria a pessoa. Ao mesmo tempo, ele trata o que é diferente, que foge ao binário macho/fêmea (na terminologia da biologia, com vias de sustentar seu argumento a partir de um viés “científico”, racional) como aberração, anormalidade e um “vício contra a natureza” (STORTO; ZANARDI, 2019).

Que conversa é essa que ninguém nasce masculino ou feminino? Acriança quando nasce – isso aqui é ciência! – tem uma predisposição de herdar características psicológicas do sexo que veio [...]. O que existe é macho e fêmea... o resto? O resto? É vício contra a natureza... a natureza do macho e a natureza da fêmea, que eles se completam. [...] uma prova do Enem querendo induzir que ninguém nasce macho e fêmea [...]. Nasce o quê? É interplanetário?... Que que nasce? A questão biológica, a questão da predisposição, a questão hormonal... QUE QUE É ISSO? É HOMEM? Homem fica menstruado por algum acaso? Homem tem variações hormonais como a mulher? [...]. Os mesmos hormônios funcionam no homem e na mulher? (MALAFAIA, 2015)

Definindo a ideia de Beauvoir como um absurdo, uma afronta à Ciência – que aqui, se confunde com uma afronta ao próprio Deus, como uma justificativa científica para expressar uma moralidade fundamentalista –, Malafaia ensaia uma Teologia do Domínio política, afirmando que essa ideia absurda estaria sendo promovida por instituições federais como o MEC e, principalmente, o Conselho Federal de Psicologia.

---

<sup>82</sup> O termo “esquerdopatas” se referiria a uma associação de esquerdismo com doença a partir do sufixo “- pata”. “Comuna”, por sua vez, seria uma abreviação de comunista. “Petralha”, por fim, foi um neologismo inventado por Reinaldo Azevedo e remete à corrupção e ladroagem, referência aos Irmãos Metralha, da Disney (STORTO; ZANARDI, 2019, p. 394).

Não devia chamar MEC não! [...] É Ministério da Educação Comunista que tem que ser chamado [...]. É Ministério da Educação Comunista, o MEC [...], essa sigla tem que ser isso, essa é uma vergonha. Essa gente tem que ser varrida da política pelo viés democrático do voto (MALAFAIA, 2015).

Olha que vergonha ‘pro’ Conselho Federal de Psicologia. Toda vez que as ciências humanas... que as ciências querem entrar na ideologia quebram a cara. A ciência não tem nada a ver com ideologia. Ideologizaram – os esquerdopatas – o Conselho Federal de Psicologia, que proibiu que um camarada que não se sente bem com o comportamento que tem, ser tratado por um psicólogo, e inventaram e a imprensa caiu nessa esparrela de cura gay, sabe? E agora como é que fica o Conselho Federal de Psicologia, hein? QUE VERGONHA! E esses esquerdopatas... que a ideologia de gênero é a destruição da família pra uma massa de informes pra ser manipulada por uma elite política... (*ibid.*).

Essa elite política, obviamente, teria nome e sobrenome: o PT, no qual não é referido um momento no vídeo por esse nome, mas nomeado de “petralhas”, “comunistas”, “esquerdopatas” e outros termos. E, claro, isso não veio sem o chamado à ação, o pedido para expansão a partir do medo provocado pela ideologia de gênero.

Gente, povo evangélico, povo cristão, gente de bem: nós temos que varrer essa cambada de comuna, de petralha, de esquerdopata, pelo viés democrático do voto. Tem que varrer essa gente da política brasileira que quer destruir a família, que quer destruir valores: cuidado na hora de você votar! (*ibid.*).

A análise de Storto e Zanardi observa essa dicotomização na fala de Malafaia, o qual objetiva o distanciamento daqueles que considera “do mal” e seu pertencimento ao povo “de bem” (STORTO; ZANARDI, 2019, p. 393). Vale ressaltar a personificação que é feita dos “ideólogos de gênero”, de progressistas e do Governo Federal como o Mal, o Diabo.

Aí você fica sabendo porque eu sou perseguido, porque eles vivem em cima de mim, tentando me detonar, pensando que eu sou igual a eles, pensando que eu faço o que eles fazem. Aqui que é a verdade! Não tenho medo de vocês! *Não tenho MEDO! NÃO tenho medo do diabo!* Vou ter medo de corrupto? É RUIM, eu sei em quem eu tenho crido! (MALAFAIA, 2015, grifo nosso).

Além disso, uma série de significantes negativos são colados a corpos que seriam defensores dessa ideologia, no caso, esquerdistas e homossexuais.

Ninguém é homossexual [...]: é um vício contra a natureza! Ninguém é pedófilo: é um vício contra a natureza! [...] E a ideologia de gênero é a favor de TODO ESSE

LIXO MORAL! [...] A ideologia de gênero é favor do sexo livre! Sexo bestial, com animais: eles são a favor! Pedofilia: eles são a favor! Incesto... pai com filho, irmão com irmão, homossexualismo, eles só falam disso aqui. Isso é uma vergonha! (*ibid.*).

Ao fim, categorias como homossexualidade, pedofilia, bestialidade, incesto e esquerdismo são mescladas, misturadas em uma amálgama na qual o ouvinte é tentado a acreditar que se trata de uma coisa só. E isso tudo, leva-se a crer, fora dito implicitamente na frase de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

De fato, essa questão no ENEM provocou um alvoroço social, como evidenciado pelas Câmaras Municipais de Sete Lagoas e Campinas, nas quais foram moções de repúdio à questão do ENEM, com vereadores afirmando que a questão era “demoníaca” e “maldita”<sup>83</sup>. Enquanto isso, projetos de lei relacionados à proibição de discussões sobre gênero nas escolas foram ou propostos ou desengavetados pelos parlamentares, muitos sob a alcunha de “Escola Sem Partido” (ZINET, 2015), em referência ao Movimento Escola Sem Partido (ESP), criado em 2004 por Miguel Nagib cujo objetivo seria não apenas eliminar a doutrinação de gênero como também a de esquerda, a ideologização marxista nas escolas. A tese seria que as instituições de ensino estariam dominadas por uma grade curricular e por docentes que estimulariam essas ideologias nos alunos e, com isso, encorajando-os a se transformarem em depravados, libertinos e pecadores (CORRÊA; KALIL, 2020; DIP, 2018). Nesse sentido, o movimento buscaria uma “neutralização” do saber – ou “neutralização escolar”, como afirmam; em outras palavras, mitigar a formação crítica e o desenvolvimento de estudantes conscientes dos problemas sociais brasileiros (CERDERA, 2018). Esse movimento se apossará em larga escala do fantasma da “ideologia de gênero” a fim de alavancar sua causa (*ibid.*). De acordo com Cerdera,

[...] o discurso reacionário do movimento ESP, de nítido teor anticomunista e católico tradicionalista, se constrói contra três elementos: a “ideologia de gênero”, o “marxismo cultural” e a “doutrinação ideológica”. [...] esses “dispositivos retóricos reacionários” são colocados a serviço da promoção do pânico moral para, com isso, deslegitimar propostas pedagógicas inclusivas, entre outras coisas (CERDERA, 2018, [n. p.]).

---

<sup>83</sup>MELLO, A. Câmaras Municipais propõem moções de repúdio à prova do Enem. **Diário de Minas**, 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/10/31/interna\\_politica.703285/vereador-preocupado-com-questao-do-enem.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/10/31/interna_politica.703285/vereador-preocupado-com-questao-do-enem.shtml). Acesso em: 30/11/2021.

Dessa maneira, vemos que existiam múltiplas frentes de “combate” contra a ideologia de gênero. Essas múltiplas frentes, além de demonizarem esse *outro* criado por essa ideia, influenciaram a atmosférica rejeição da população ao PT, cuja popularidade chegou a 10% meses antes do *impeachment*. Não foi, obviamente, o único fator que influenciou esse evento – vale ressaltar as denúncias de corrupção, a má relação de Dilma com o Congresso e a desaceleração da economia –; não obstante, foi um fator muito importante, especialmente se considerarmos a população que votou em candidatos da bancada evangélica, bem como as justificativas de voto dadas para o *impeachment* de Dilma.

Analisando as justificativas de voto dos deputados federais, Prandi e Carneiro (2018, p. 16) avaliam que, majoritariamente, os deputados votaram não pela justificativa que estava sendo apresentada – as pedaladas fiscais realizadas pela gestão Dilma –, mas sim por motivos os quais os autores resumiram como “Tradição”: pela cidade ou estado do deputado, pelo Brasil, pela família (instituição familiar ou a própria família do deputado), pela igreja e seus fiéis e, claro, por Deus (citado por 32% dos deputados da bancada – um número que considero baixo, haja vista a ênfase dada a esse grupo no nome do Senhor). O voto do Pastor Eurico enuncia como foi esse voto: “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 6).

Prandi e Carneiro também afirmam que a bancada votou mais homoganeamente (2018, p. 18-19). Conforme enunciam,

Os dados apresentados permitem concluir que a Bancada Evangélica, em comparação com o grupo não evangélico, votou mais fortemente apoiada em justificativas que se mostraram afinadas menos com valores democráticos e mais com o universo da tradição. Seguem, em geral, a mesma linha dos não evangélicos que votaram a favor do *impeachment*, mas manifestam seus argumentos com maior peso, o que os distingue no conjunto dos deputados como grupo diferenciado pela identidade religiosa (*ibid.*, p. 19).

Essa unidade evangélica já havia sido anunciada anteriormente, quando a FPE se declarou favorável ao *impeachment* da presidente em nota que foi, em geral, “laica”, sem citação a Deus ou família e focando em problemas socioeconômicos e corrupção (DIP, 2019, p.61-62). Uma ressalva é que, como visto, a temática da corrupção estava muito associada à moralidade, e a criminalidade à corrupção da nação. Ironicamente, o sucessor de Dilma,

Michel Temer, também se envolveria em escândalos de corrupção, mas seria amparado pela bancada, como mostra Pacheco (2017). Uma hipótese é que não houve uma demonização de Temer como houve de Dilma e do PT, ao mesmo tempo que, como veremos, o novo presidente estava disposto a seguir com os projetos elaborados pela bancada.

Por fim, vale ressaltar o voto de Jair Bolsonaro nesse *impeachment*. Sempre polêmico, citou o torturador de Dilma durante o período da ditadura militar, em que a presidente fazia parte de grupos contrários ao regime.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. *Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula*, que o PT nunca teve. *Contra o comunismo, pela nossa liberdade*, [...] pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim<sup>84</sup>.

O voto de Bolsonaro mostra como os significantes de moral, liberdade, cristandade, família e nação se aglutinam e se constituem como oposição ao governo Dilma, ao PT e à esquerda em geral, caracterizada como o exato oposto do enunciado pelo deputado: contra a família, contra a inocência infantil nas escolas, a favor do comunismo, contra a liberdade e por aí vai. Ao fim, o voto do capitão se alinha muito com o discurso evangélico na Câmara, embora de uma forma mais “escatológica” e agressiva: é um voto contra um Mal que *domina* o Brasil. O *impeachment* é um exorcismo, uma forma de colocar Deus e pátria acima de todos, como disse e como dirá Bolsonaro em campanha. Uma estratégia tentada desde a aproximação com a FPE em 2011 (sendo ele próprio um membro da mesma), não vejo que seja mera coincidência que, quando o *impeachment* estava sendo votado no Senado, ele se batizava no Rio Jordão, em Israel, pelo Pastor Everaldo, presidente do PSC na época e pastor da Assembleia de Deus<sup>85</sup>. De forma poética, vejo que a aliança entre evangélicos e Bolsonaro se materializou naquelas águas. Batizado, agora Bolsonaro poderia representar verdadeiramente o povo de Deus. Ronaldo (2019b, p. 36–37) concorda: “sem dúvidas, esse foi o ato simbólico mais forte de Bolsonaro [...]. [Bolsonaro] Vem se apresentando como um

<sup>84</sup> PODER 360. Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra. Poder 360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/historia/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/>. Acesso em: 28/11/2021.

<sup>85</sup> ESTADO DE MINAS. Bolsonaro é batizado em Israel enquanto impeachment corria no Senado. Estado de Minas, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/2016/05/12/bolsonaro-e-batizado-em-israel-enquanto-impeachment-corria-no-senado.shtml>. Acesso em: 28/11/2021.

cristão, sem acentuar as cores católicas e sempre sinalizando para os evangélicos que pode ser, parecer ou se tornar evangélico”.

Em suma, o curto e conturbado segundo mandato da presidenta foi definitivo para o fortalecimento do discurso conservador do medo ancorado, principalmente, na ideia da “ideologia de gênero”, do fim da família e da perversão da infância, as forças motrizes que levou a mais de 90% dos evangélicos da Câmara a votarem a favor do *impeachment* de Dilma. A entrada de Temer fortaleceria ainda mais esse discurso, dando vazão às demandas dos parlamentares da FPE.

## 5.2. Era Temer: o Toque das Trombetas

Para os comunistas, os fascistas, as feministas... Tenho um recado para vocês: a revolução familiar começou!

(Manifestante no Sesc Pompeia, em protesto contra o seminário de Judith Butler<sup>86</sup>)

O governo de Temer se inicia como um “machistério monocromático”: todos os 24 ministros do novo presidente eram homens brancos, uma espécie de aviso e grande indicativo de que seu governo não voltaria suas atenções para os problemas das mulheres (GONÇALVES; ABREU, 2019, p. 764). De fato, como afirmam Gonçalves e Abreu (2019, p. 764-765), políticas públicas voltadas a esse grupo foram reduzidas drasticamente: diminuição de 61% para mulheres em situação de violência e de 54% para promover a autonomia feminina. A posição de Temer em relação às mulheres seria explicitada em março de 2017, no Dia Internacional das Mulheres.

Se a sociedade vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher [...]. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor (*ibid.*, p. 765).

As mulheres, na visão de Temer, seriam reduzidas ao lar, ao doméstico e à procriação e à criação de suas crianças, sendo isso visto como algo extremamente importante para o futuro do país e para o bem-estar econômico da nação. Em um mesmo tom, a Revista Veja

---

<sup>86</sup> FINCO, 2017.

publicou uma matéria, ainda em 2016, exaltando a nova primeira-dama por esta ser “bela, recatada e do lar”, por seus desejos maternos e sua dedicação em ser uma boa mãe. “Michel Temer é um homem de sorte”, finaliza a matéria<sup>87</sup>.

De mesma forma, uma cruzada contra a educação pública foi iniciada em favor de um conservadorismo religioso o qual tinha como principal batalha a “doutrinação de crianças” a partir da ideologia de gênero. Exemplo disso foi a perseguição por parte do Ministério Público contra movimentos estudantis secundaristas, os quais haviam se mobilizado massivamente em 2016 contra a PEC 241/2016, que limitava os gastos do governo federal em 20 anos e, nesse sentido, reduziria a verba destinada para educação. Cerca de 1072 instituições de ensino foram ocupadas pelos estudantes. Nesse cenário, um dos principais argumentos utilizados a fim tanto de justificar as medidas de austeridade contra a educação, como também de desacreditar e demonizar os movimentos de ocupação; foi o da ideologia de gênero e o da defesa do ESP, com alegações de que os estudantes seriam infiltrados por partidos de esquerda – em especial, PT e PSOL – a fim de desestabilizar Temer e aliados e promover ideais subversivos e imorais nas instituições de ensino (CERDERA, 2018). Nesse sentido, vale ressaltar a ação movida pelo Ministério Público Federal contra um grupo de servidores do Colégio Pedro II (CPII) do Rio de Janeiro. Algumas frases encontradas nessa ação foram:

QUE a ideologia de gênero começou a ser implantada no CPII como um programa do PSOL dentro do Colégio; [...] QUE a possibilidade de meninos utilizarem saias no Colégio adveio da agenda do PSOL; [...] QUE pela influência do PSOL, que defende a ideologia de gênero, também é possível que menino utilize nome de menina e vice-versa; (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017 *apud* CERDERA, 2018, [n. p.]).

Nesse ponto, vale ressaltar a ideia de Ahmed de como o medo permite que significantes se grudem a diversos objetos, circulando e se prendendo em determinados corpos a partir da performatividade de discursos. No caso, é importante ressaltar a amálgama comumente presente na fala de grupos religiosos a qual mescla PT e PSOL como um só objeto, com o objetivo de demonizá-los. Essa mistura também pode envolver outros partidos de esquerda, como o PC do B e Rede. Malafaia deixa isso claro: “NÃO SE ESQUEÇAM! PT,

---

<sup>87</sup> LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 28/11/2021.

PSOL, PC do B, REDE e PDT, são tudo farinha do mesmo saco, quando não são petralhas, são esquerdopatas. VERGONHOSO!”<sup>88 89</sup>.

Outro caso envolvendo o CPII havia ocorrido anteriormente, quando pais de estudantes do colégio, após alunos homens terem sido permitidos a usar saia (parte do uniforme feminino), realizaram um protesto na praia de Copacabana. Alunos do CPII interromperam o protesto para manifestar a favor da decisão, e um dos estudantes acabou levando uma cabeçada de um dos pais. A justificativa do protesto dos pais vai, é claro, para além das saias: seria um protesto contra a ideologia de gênero, contra alunos LGBTQ+ os quais “vão até as salas dos mais novos para conquistar as crianças com a ideologia deles, com permissão da escola”, como disse uma das mães, a qual afirmou a injustiça dessa situação: “o que uma criança de 13 anos vai poder dizer a outra de 17, de 18 anos? Não é coerente. Como uma criança de 13 anos vai combater um professor que diz que menino pode namorar menino e menina com menina?”<sup>90</sup>.

A ideologia de gênero estava em toda a parte, grudando a pautas progressistas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos de modo a descredibilizá-los, caracterizá-los como aberrações e conspirações contra uma moralidade cristã e fundamentalista. Não seria diferente na cultura: a gestão Temer, tendo voltado atrás na decisão de excluir o Ministério da Cultura, iniciou uma série de exonerações de funcionários do ministério – muitos há mais de dez anos na pasta – e interveio na TV Brasil ao dismantelar o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a qual havia se declarado um bastião de resistência à cultura às interferências do novo presidente na rede televisiva<sup>91</sup>. Um caso que quero atentar relacionado à cultura, no entanto, é o episódio do *Queermuseu*.

<sup>88</sup> MALAFAIA, S. “NÃO SE ESQUEÇAM! PT, PSOL, PC do B, REDE e PDT, são tudo farinha do mesmo saco, quando ã são petralhas, são esquerdopatas. VERGONHOSO!”. [s. l.], 19 abr. 2016. **Twitter**: @PastorMalafaia. Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/722449807055396864>. Acesso em: 28/11/2021.

<sup>89</sup> Outro exemplo seriam os boatos criados em cima desses partidos. Para exemplo, ver: COELHO, G. Boato cita ‘Marcha para Satanás’ para atacar partidos de esquerda. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/boato-cita-marcha-para-satanas-para-atacar-partidos-de-esquerda/>. Acesso em: 28/11/2021. Outro exemplo: CONGRESSO EM FOCO. Pastor Malafaia intensifica Campanha contra Candidatos de Esquerda a dois dias das Eleições. **Congresso em Foco**, 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pastor-malafaia-intensifica-campanha-contra-candidatos-de-esquerda-a-dois-dias-das-eleicoes/>. Acesso em: 28/11/2021.

<sup>90</sup> VIEIRA, I. Manifestação contra Ideologia de Gênero termina em agressão a estudante no Rio. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/manifestacao-contra-ideologia-de-genero-termina-em-agressao-estudante-no-rio>. Acesso em: 28/10/2021.

<sup>91</sup> BORGES, H. Um Ano de Temer em 10 Ataques à Constituição. **The Intercept**, 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/05/12/um-ano-de-temer-em-10-ataques-a-constituicao/>. Acesso em: 28/11/2021.

Com o objetivo de “explorar a diversidade de expressão de gênero e a diferença na arte e na cultura em períodos diversos da produção artística, promovendo o debate sobre a diversidade e as questões LGBT” (KARAWAJCZYK, 2016, p. 93), o *Queermuseu* fora encerrado prematuramente após um *grande* boicote por parte de grupos conservadores ao banco Santander – que cedeu o espaço Santander Cultural (Porto Alegre, RS) para a exposição. O movimento de boicote fora iniciado pelo MBL, alegando que exibição fazia apologia à pedofilia e ao sexo. De acordo com Teixeira et al.,

Os principais argumentos contrários à mostra eram baseados nas ideias de que algumas obras eram desrespeitosas com religiões por mostrar adaptações de símbolos do cristianismo e que outras, ao exibir nudez e interações sexuais entre os personagens, faziam alusão à pedofilia ou até mesmo incentivavam a hipersexualização de crianças por permitir a visita de menores de dezoito anos (TEIXEIRA et al., 2018, p. 4).

No entanto, o pontapé inicial foi dado por uma personalidade menos conhecida nesse evento. Mesmo pouco famoso, apresentarei esse pontapé pois ele apresenta a simbiose que estava em curso entre um moralismo baseado na luta contra a ideologia de gênero e sua associação a Bolsonaro.

[...] o segurança patrimonial Felipe Diehl, uma dessas figuras que prosperam com videocomentários em páginas do Facebook e conhecido em Porto Alegre por sua devoção ao ideário do deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro, [...], resolveu visitar a Queermuseu na própria quarta-feira. Trajando uma camiseta com os dizeres “Sou machista, sim”, Diehl, um também jovem ex-militar, gravou um vídeo com uma câmera pequena, a pilhas, classificando as obras como “p...ria” e “sacanagem”. Depois de perguntar a funcionários da exposição se eles eram “tarados” ou “pedófilos” e para alguns adolescentes que estavam ali se eles gostavam de pornografia, Diehl foi convidado a se retirar do local [...]. [Na sexta-feira] Diehl voltou ao Santander Cultural. Ele interpelou o artista Gilberto Perin, que conversava com o público. Diehl perguntou ao artista se ele era pedófilo. Seu amigo Rafinha BK, outro blogueiro da mesma linha, também filmou as obras com comentários indignados sobre o conteúdo da mostra (TAVARES; AMORIM, 2017).

Os dois blogueiros publicam vídeos contra a exposição e chamam os envolvidos (curador, artistas, funcionários...) de “pedófilos” e “tarados”. Antes de prosseguir, cabe ressaltar a investigação realizada pelo promotor de Infância e Juventude de Porto Alegre, o qual afirmara que não havia nenhuma referência à pedofilia nas obras, e que publicações que

mostravam quadros dessa temática na exibição seriam falsas<sup>92</sup>. Dito isso, tal fato não impediu (e como veremos, não e nunca impedirá) a divulgação de notícias falsas sobre esse tema, contribuindo para alimentar uma relação entre esses grupos conservadores e os “*queer*” baseada no medo, no ódio e no nojo.

A reação do que Tavares e Amorim chamaram de “ultraconservadores” foi intensa: um dia após a divulgação dos blogueiros sobre a “pedofilia e tara” da exposição, agências de banco do Santander foram pichadas e apedrejadas.

As ameaças às obras e à integridade física de funcionários do Santander não se limitaram ao virtual. Fontes do banco afirmam que ao menos três diretores foram ameaçados de morte, por telefone e telegrama. Houve ao menos um caso de agressão física a um funcionário de agência em Porto Alegre. Alguns outros, por medo, entraram com mandado de segurança para não trabalhar. Dezenas de agências foram pichadas e apedrejadas em todo o país. Essas ameaças foram, segundo essas fontes, a razão da decisão de encerrar a exposição antes da data prevista (TAVARES; AMORIM, 2017)

A reação desses “ultraconservadores” mostra a expansão pelo medo. A partir do medo – da imoralidade, da perversão de crianças, do desvio da norma sexual correta –, tais grupos apelam à violência, como se sua própria sobrevivência estivesse em perigo e como se a ameaça estivesse próxima. É o medo de ter sua existência tomada pelo outro, como afirma Ahmed (2014, p. 64), de ser consumido pelo que estes caracterizam como o Mal, de ser corrompido pela simples existência desses objetos malignos. Sobre a motivação de defesa de crianças, isso será dissecado na seção 5.3.

Simultaneamente, vemos o engajamento de militantes pró-Bolsonaro nesse período, como os próprios blogueiros que deram o primeiro chute a essa reação. Uma análise de Teixeira et al. (2018, p. 10-11) em postagens da página do Facebook do MBL relacionadas ao *Queermuseu* (que foram muitas, considerando que, no período de 11 a 15 de setembro, 19 das 30 publicações do movimento foram sobre a exibição) mostrou que “os termos mais utilizados durante o período em que as publicações acerca da exposição *Queermuseu* foram mais recorrentes correspondem a palavras que indicam conexão a outros temas: *odeia, contra, Brasil, bem, lei, PT, Lula, Bolsonaro e esquerda*”. Podemos separar essas palavras em dois

---

<sup>92</sup> PRATA, P. Quadro que retrata situação de pedofilia não fez parte da exposição do *Queermuseu*. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/quadro-que-retrata-situacao-de-pedofilia-nao-fez-parte-da-exposicao-queermuseu/>. Acesso em: 28/11/2021.

lados – Bem e Mal –, no qual o primeiro conta com Brasil, bem, lei e Bolsonaro e o segundo conta com PT, Lula e esquerda. “Odeia” e “contra”, por sua vez, dão o tom da relação entre esses lados: ódio, disputa e batalha – guerra. Importante notar, dessa maneira, a relação de Bolsonaro com esses significantes, os quais remetem à ideologia de gênero, que permeia esse episódio – do lado do bem, o capitão; do mal, a esquerda/ o PT/ Lula.

Um último evento que considero uma expressão desse movimento conservador em torno da ideologia de gênero – a qual, recapitulando, já inclui feminismo, comunismo, esquerdismo, teoria *queer*, pedofilia, zoofilia, incesto, petismo e uma série imensa de significantes que se grudam, se acumulam e se entrelaçam numa grande amálgama – seria os ataques à filósofa Judith Butler em 2017, quando esta veio ao Brasil para divulgar sua nova obra. Uma verdadeira *caça às bruxas* ocorreu nesse período: chegando ao aeroporto de Congonhas, uma mulher segurando um cartaz com sua imagem desfigurada lhe empurrou e lhe agrediu verbalmente. Esse foi o último caso depois de uma semana inteira de agressões verbais que sofreu.

Tendo vindo para São Paulo para ministrar o seminário “Os Fins da Democracia”, Butler já havia encontrado resistência a sua vinda por meio de uma petição online que demandava o cancelamento do evento, que ocorreria no Sesc Pompeia (São Paulo, SP). Como afirmava a petição, o crime da filósofa seria propor a destruição da identidade humana por meio da destruição da sexualidade. Dizia a petição:

Segundo ela [Judith], ‘homem e masculino podem facilmente significar tanto um corpo feminino como um corpo masculino, e mulher e feminino podem significar tanto um corpo masculino como um corpo feminino’. Porém, ela não se satisfaz em constatar isso. Por meio daquilo que chama de performance, propõe que as pessoas vivenciem todo tipo de experiência sexual (FINCO, 2017).

A ideia da performatividade, como dito anteriormente e de maneira geral, seria mais uma explicação de como processos de identidade são formados a partir da repetição de ações que os reforçam. No entanto, a desfiguração dessa ideia pela ideologia da ideologia de gênero – os defensores da “Ideologia de Gênesis”, como afirmam Corrêa e Kalil (2018) – a transforma em um chamado para a “sodomia”, a homossexualidade e outras depravações morais – ou seja, “todo tipo de experiência sexual”.

A mobilização online se materializou em uma manifestação em frente ao Sesc. Homens portavam vestimentas azuis e mulheres, rosa, remetendo à separação de gênero em

que “menino veste azul e menina veste rosa”, como afirmará Damares Alves futuramente. Finco explica como fora o evento:

Eles [os manifestantes] esbravejavam palavras de ordem e recados irados, amplificados por uma caixa de som improvisada sobre um carro estacionado na calçada. “Para os comunistas, os fascistas, as feministas... Tenho um recado para vocês: a revolução familiar começou”, ouvia-se. Os manifestantes transformaram a figura da filósofa em uma boneca de bruxa feita de sacos de lixo, roupas velhas e um sutiã rosa. Sob o chapéu negro pontudo, foi colada uma imagem do rosto de Judith. “Menos bruxas e mais príncipes e princesas”, diziam alguns cartazes empunhados (*ibid.*).

Dentro do Sesc, o seminário teve início às 10 horas, afastado da balbúrdia e protegido pelas altas paredes de tijolo aparente [...]. Finda sua participação, Judith alarmou-se ao descobrir que, do lado de fora, um surdo (instrumento de percussão) era martelado em um ritmo constante. Seu som embalava os manifestantes, que ateavam fogo à boneca de bruxa e a pisoteavam com violência, enquanto gritavam “Fora, Butler!”. A cena remetia a rituais da Inquisição (*ibid.*).

A imagem da Bruxa queimada choca ao passo que não impressiona. Choca tanto pela agressividade quanto pela assimilação desse passado sombrio da Igreja Católica, passado que a própria igreja tenta se desvincular atualmente<sup>93</sup>. Não impressiona pois, na constante articulação de significantes associados à subversividade de gênero, não demoraria muito para se alcançar à bruxa, figura fundamentada na retratação de mulheres sábias, independentes e irreverentes como “servas do diabo”<sup>94</sup>. Curiosamente, Butler também veio ao Brasil em 2015 e não encontrou essa irrupção contra sua obra, o que reforça a ideia de que o avanço da pauta da ideologia de gênero entre os mais diversos setores da sociedade brasileira é recente.

Quem se manifestou contra Judith se dizia a favor das crianças, que seriam facilmente influenciadas, de forma negativa, pelo que chamam de “ideologia de gênero”. “Eles querem mostrar às crianças que se não nasce nem homem, nem mulher, querem ir contra a biologia e contra Deus”, afirmou a chefe de cozinha Érica Ornellas (FINCO, 2017).

<sup>93</sup> FOLHA ONLINE. João Paulo 2º pede desculpas pela Inquisição. **Folha de São Paulo**, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u73742.shtml>. Acesso em: 29/11/2021.

<sup>94</sup> D’ANGELO, H. A caça às bruxas é uma história do presente, diz Sílvia Federici em lançamento de livro em SP. **Revista Cult**, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/silvia-federici-caliba-e-a-bruxa/>. Acesso em: 29/11/2021. Para mais sobre a caça às bruxas, ver: FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

O teor do protesto, como esperado pela luta contra a ideologia de gênero, era fundamentalmente religioso, reafirmando a ideia antagonística entre família e tradição contra ideologia de gênero, feminismo e o movimento LGBTQ+.

Na manifestação, os conservadores que foram ao local salientavam que defendiam a “tradição” e a “família”, e queimaram um boneco que representava uma bruxa com o rosto da palestrante. Uma faixa pedia manifestações dos motoristas que passavam pelo local: “Buzine em favor do casamento como Deus o fez: 1 homem + 1 mulher”<sup>95</sup>.

De fato, o protesto contou com a presença de missionários evangélicos e membros da Tradição, Família e Propriedade (TFP – grupo católico conservador). Ambos compunham mais de 75% dos integrantes presentes no ato contra Butler, com destaque para os católicos, que representaram cerca de 48%. O mais importante aqui, no entanto, é perceber a adesão que Bolsonaro tinha entre os entrevistados: cerca de 62% destes responderam – de forma espontânea – que votariam no capitão<sup>96</sup>. Isso nos é, mais uma vez, um presságio do que viria em 2018, e nos mostra, em parte, o que estava sendo associado a Bolsonaro naquele momento; no caso, a luta contra a ideologia de gênero, o defensor da família e o representante do Cristianismo – ou, como veremos, o representante evangélico.

Esses três episódios – das ocupações, do *Queermuseu* e da Butler – são apenas alguns exemplos dos inúmeros *fronts* desenvolvidos por grupos contrários à “ideologia de gênero”. Como o Maligno, ela estava por toda a parte, e cabia a esses grupos sua mitigação e exorcismo da vida pública e privada. Ele tentaria crianças a se desvirtuarem de sua natureza sexual e de gênero, transformando-as em depravados e sexualizando-as e aliciando-as para abusadores. Simultaneamente, a bancada evangélica, aliada fundamental de Temer, fortalecia sua agenda. Por exemplo, após encontro entre representantes da FPE e Temer, referências a gênero e a orientação sexual são retiradas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)<sup>97</sup>. Outro caso envolveu o avanço da proibição do aborto a partir de um “cavalo de Troia”, de uma medida que, originalmente, objetivava ampliar direito à maternidade pelas mulheres e,

<sup>95</sup> CHAGAS, T. Manifestantes pró-família e tradição protestam contra Judith Butler em frente ao local de sua palestra. *Gospel Mais*, 2017. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/manifestantes-pro-familia-contrajudith-butler-93774.html>. Acesso em: 29/11/2021.

<sup>96</sup> SILVA, I. O. P. D. Gênero, política e religião nos protestos contra Judith Butler. *Nexo Jornal*, 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/G%C3%AAnero-pol%C3%ADtica-e-religi%C3%A3o-nos-protestos-contrajudith-butler>. Acesso em: 29/11/2021.

<sup>97</sup> BALLOUSSIER, A. Bancada evangélica celebra retirada de questão de gênero de base curricular. *Folha de São Paulo*, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml>. Acesso em: 29/11/2021.

após alterações, prescrevia também que a vida se iniciava na concepção, manobra antiga de grupos antiaborto para angariar a proibição<sup>98</sup>.

Esses movimentos, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte do Congresso (da FPE, mais especificamente), permitiram o fortalecimento de grupos conservadores fundamentados na tal “Ideologia de Gênesis” e na sua luta moral contra a ideologia de gênero. O ano de 2018, desse modo, catalisará todas essas forças baseadas no pânico moral e nos demônios da ideologia de gênero, e as mobilizará, principalmente, em torno da campanha de Jair Bolsonaro.

### 5.3. As Eleições de 2018: o Juízo Final

Amados, não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo.

(I João 4:1)

As eleições de 2018 foram atípicas, bem como o ano de 2018 em si. Primeiramente, uma série de mudanças na legislação eleitoral foram implementadas nas eleições municipais de 2016 e seriam, pela primeira vez, aplicadas às eleições gerais. Essas mudanças envolveram a diminuição do prazo mínimo de filiação partidária, do horário eleitoral e do período de campanha; o fim do financiamento de empresas a campanhas e a disponibilização de um fundo público para campanhas. Como explica Nicolau (2020, p. 21–27), essas alterações auxiliaram na formação de uma atmosfera de incerteza em relação essas eleições.

Outra mudança diz respeito aos resultados finais das eleições. O segundo turno, por exemplo, finalmente não seria disputado entre PT e PSDB, como vinha acontecendo por duas décadas. A ideia frequente era que candidatos fora dessa polarização (como ocorrera com Garotinho e Marina), apesar do destaque ganho nos primeiros dias de campanha, perderiam força posteriormente e não passariam para o segundo turno – algo que vinha acontecendo nas últimas décadas. Bolsonaro, recém-filiado a um partido com pouca relevância nacional – o PSL – não possuía força política nem contava com recursos e financiamentos para alavancar uma campanha ao nível do PSDB, muito menos possuía uma coligação de partidos para

---

<sup>98</sup> BEDINELLI, T. Bancada evangélica converte proposta pró-mulher em projeto antiaborto. **El País**, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510258493\\_477218.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510258493_477218.html). Acesso em: 29/11/2021.

auxiliá-lo com horário eleitoral<sup>99</sup>. Ainda assim, recebeu, já no primeiro turno, 46% dos votos, indo para o segundo turno com Fernando Haddad, que recebera 29%.

Por fim, é necessário falar da prisão de Lula em abril de 2018, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso da aquisição de um *triplex* no Guarujá. Liderando as pesquisas eleitorais até o momento, muito se alega sobre a “falta de neutralidade” que esteve envolvida nesse caso, bem como o fato de o julgamento ter sido feito, como descobrir-se-á posteriormente, de maneira irregular e parcial<sup>100</sup>. Nesse sentido, ressalto aqui o caráter messiânico que fora dado à Polícia Federal e, principalmente, ao juiz Sérgio Moro, o qual foi responsável por determinar a prisão do ex-presidente. Sobre isso, creio que as observações de Avelar (2021, p. 218-220) exemplificam esse caráter iluminado dado a Moro. Escrevendo sobre o livro “*Lava-Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*”, Avelar estranha o papel heroico que é dado a um juiz, cuja função é *judgar* o que é apresentado.

A hagiografia do “juiz metucioso que o Brasil conheceria” continua com um relato curioso da inspiração divina do juiz herói, em que se pressupõe uma escandalosa confusão de funções que o autor tampouco percebe: “Moro sabe que nem sempre é possível alcançar bons resultados. Sobre o incomum sucesso da Lava-Jato, ele acredita que muitas vezes foi empurrado por golpes de sorte, o que os outros chamam de ajuda divina” (*ibid.*, p. 218-219).

Avelar discorre sobre como, desde as manifestações de 2013 até a prisão de Lula, nutriu-se no país um desejo punitivista, especialmente em relação ao PT, por prisões e “justiça”, materializada principalmente pela narrativa de heroísmo vinculada à Lava-Jato. Não será meu foco nesse momento reverberar sobre esse caminho justiceiro que fora alimentado nacionalmente<sup>101</sup>, mas reitero que ela acompanhou uma retórica messiânica baseada em uma “missão divina” de limpeza do país da corrupção – a qual fora associada, primordialmente, ao PT<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> A quantidade de tempo disponível ao candidato no horário eleitoral e nas inserções comerciais (propaganda política junto a comerciais televisivos) é distribuída de maneira proporcional ao tamanho da bancada dos partidos das coligações no Congresso. Maiores coligações de bancadas grandes indicariam, nesse sentido, mais tempo de propaganda (NICOLAU, 2020, p. 22-24).

<sup>100</sup> Isso seria apontado depois a partir de descobertas realizadas pelo site jornalístico The Intercept, em uma série de reportagens intituladas “Vaza-Jato”, em referência à Operação Lava-Jato, que prendeu Lula.

<sup>101</sup> Avelar (2021) realiza uma ótima análise desse processo ao longo de toda a gestão petista, apropriando-se de análises semânticas e linguísticas para compreender esse momento.

<sup>102</sup> Por não ser o foco da monografia, indico, para essa análise, Avelar (2021) e Bezerra e Moura (2021). Também indico a relação entre o procurador Deltan Dallagnol, a Igreja Batista e a retórica messiânica que este

Após a prisão de Lula, temos a façanha petista de conseguir, em menos de um mês, tornar um candidato conhecido nacionalmente a ponto de fazê-lo chegar ao segundo turno. Haddad conseguiu, em 15 dias, sair de 5% de votos para a faixa dos 20% (NICOLAU, 2020, p. 30). Ainda assim, o ex-ministro da Educação não conseguiu ultrapassar o capitão, encerrando o ciclo de vitórias que o PT havia conquistado ao longo de quatro eleições. Uma série de fatores podem justificar essa opção da população brasileira por votar em Bolsonaro. Ofereço aqui uma delas, a qual envolve a mobilização do discurso da ideologia de gênero por parte da campanha de Bolsonaro.

Um fenômeno que explodiu nessas eleições fora o da divulgação de notícias falsas em redes sociais como Facebook, WhatsApp e Twitter, as quais teriam a intencionalidade de influenciar o voto dos eleitores, fenômeno que ficara conhecido como *fake news*<sup>103</sup>. Não seria a primeira vez que isso ocorreria, mas a dimensão que esse fenômeno tomou nas eleições de 2018 foi, para alguns autores, um dos pontos que garantiu a eleição de Bolsonaro (AVELAR, 2021; MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2019; NICOLAU, 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2019). Nesse sentido, há muitos casos a serem analisados<sup>104</sup>; me voltarei, no entanto, há dois eventos em particular: ao *kit-gay* e às notícias relacionadas ao protesto do “Ele Não”.

A história do kit anti-homofobia – que ao fim, nem chegou a ser distribuído pelo Ministério da Educação por conta da pressão da FPE (como visto na seção 4.3) – foi resgatada pela campanha de Bolsonaro com a finalidade de desmoralizar Fernando Haddad, o qual era o ministro da Educação na época. A versão propagada por Bolsonaro foi a de que Haddad teria sido o “pai do kit-gay” (como ele afirmou em postagem no Facebook), o qual teria como objetivo a “sexualização de crianças” e a “doutrinação de gênero” nas escolas (no caso, essa doutrinação seria para torná-las “homossexuais”) (POLICARPO et al., 2018).

Até o momento, muito se falou sobre a “sexualização de crianças” e sobre a associação de direitos sexuais e reprodutivos” à pedofilia. Relembro a frase de Magno Malta sobre o kit

---

utilizou ao longo da Lava-Jato: CUNHA, M. O messianismo perverso da Lava-Jato. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-messianismo-perverso-da-lava-jato/>. Acesso em: 30/11/2021.

<sup>103</sup> Pela definição utilizada por Recuero e Gruzd (2019, p. 33), *fake news* seriam definidas por “(1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; (2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; (3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social”.

<sup>104</sup> Ferreira e Alcantara (2020), por exemplo, analisaram 202 checagens de fatos realizadas por agências de checagem, cuja maioria dos resultados foi que se tratava de uma notícia falsa.

anti-homofobia: “a aprovação do projeto implicaria a legalização da pedofilia” (LEITE, 2019, p. 126); ou sobre a aprovação da criminalização da homofobia, a qual, para Malafaia, abriria as portas para “a livre expressão sexual e a pedofilia”<sup>105</sup>; ou a exposição do *Queermuseu*, a qual faria uma apologia à pedofilia (TEIXEIRA et al., 2018); ou a ideia de que feministas e ativistas LGBT+ defenderiam essa prática ao defenderem a “ideologia de gênero” (STORTO; ZANARDI, 2019). Está, portanto, muito presente nos discursos de lideranças evangélicas.

Pedofilia é, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID10), uma parafilia – alterações e transtornos relacionados à sexualidade. Ainda, é também um crime caso haja envolvimento de um adulto com um menor de 14 anos (STORTO; ZANARDI, 2019, p. 389). Nesse contexto, associar homossexualidade com pedofilia é, além de grudar uma demarcação de crime/criminoso ao homossexual, patologizá-lo, categorizá-lo enquanto doente, parafílico, desviante. Se significantes grudam em corpos de maneira histórica e fetichista, modificando suas representações e relações a partir da circulação de emoções de tal forma que se esquece das histórias e encontros que originaram tal definição, então é muito relevante destacar a histórica associação entre homossexualidade e doença por parte de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>106</sup>. A homossexualidade, dessa maneira, se une às outras parafilias – pedofilia, zoofilia... – na patologização.

Essa patologização é muito explorada por grupos conservadores como meio de justificar seus argumentos de maneira “laica”. Como visto por inúmeras vezes ao longo dessa monografia, é frequente a utilização de argumentos de caráter científico (como medicina e biologia) por parte de conservadores com o objetivo de legitimar suas ideias, de transformar seu argumento “emocional” e religioso em um “racional” e laico. Malafaia, como dito na seção 5.1, por exemplo, reforça inúmeras vezes o caráter “antinatural” e patológico da homossexualidade. Outro exemplo foi Levy Fidelix, que aconselhou o tratamento psicológico a homossexuais para que “se tratem”. A base é a mesma: a homossexualidade é incorreta, um desvio, seja ele da ordem da moral ou da sanidade mental; seja ela sodomia ou parafilia. Ela, portanto, se gruda à pedofilia nesse sentido.

---

<sup>105</sup> EVANGÉLICOS invadem Congresso contra projeto que criminaliza homofobia. **Correio Braziliense**, 2008. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/2008/06/25/evangelicos-invadem-congresso-contra-projeto-que-criminaliza-homofobia.shtml>. Acesso em: 26/11/2021.

<sup>106</sup> A OMS só viria a desconsiderar a homossexualidade como doença em 1990 (STORTO; ZANARDI, 2019, p. 389).

A associação entre pedofilia e homossexualidade, no entanto, não decorreria apenas por conta de estas serem vistas como “desvios sexuais”, como práticas incomuns que foram patologizadas. Sá-Silva, Santos e Marques (2018) nos mostram que há uma associação histórica e particular entre pedofilia e homossexualidade a qual teria surgido, principalmente, por conta da prática comum na Grécia Antiga de adultos se relacionarem com jovens (o que era chamado de *pederastia*<sup>107</sup>. Embora extensos trabalhos médicos – da própria Medicina que patologizou a homossexualidade nos séculos XIX e XX – descartem qualquer relação entre esses dois elementos, a imagem do homossexual como um molestador e sedutor de infantes é, ainda, muito difundida por veículos midiáticos e lideranças religiosas. Como afirma Lowenkron,

É possível reconhecer um esforço moral e político concreto de deslocamento e borramento de estigmas e “perversidades” por parte de alguns atores sociais – como alguns religiosos – que se esforçam para juntar “homossexuais” e “pedófilos” em um mesmo “pacote da imoralidade sexual”. Esse embaralhamento poluidor tem sido historicamente utilizado, [...], para criminalizar práticas sexuais intergeracionais entre pessoas do mesmo sexo e para produzir obstáculos para as demandas relacionadas aos direitos dos homossexuais, reforçando concepções de que esta seria uma ameaça à infância, à família e, portanto, à sociedade. Sobretudo após a despatologização e a descriminalização da homossexualidade em muitos países e da progressiva separação entre sexualidade e reprodução no final do século XX, o homossexual deixa de ser culpabilizado por um desejo sexual não reprodutivo para se tornar suspeito de “ameaçar os filhos das famílias” (LOWENKRON, 2014 *apud* SÁ-SILVA; SANTOS; MARQUES, 2018, p. 71).

Junto a tudo o que fora exposto em relação a essa associação, não é possível deixar de notar a utilização constante de uma infância que necessita ser protegida como ideia-base para o discurso conservador. Falando da oposição da FPE sobre o ESH, Leite afirma que

A presença de uma “infância” a ser protegida marca a força do acionamento da categoria “pedofilia” ao longo do percurso das polêmicas aqui abordadas. Praticamente todos os opositores do projeto ESH no Congresso Nacional [...] utilizaram a imagem da criança indefesa, “presa fácil dos pedófilos”. Os discursos dos oponentes do projeto ESH e que denunciam a “ideologia de gênero” reforçam uma perspectiva, como afirmado, de que o pretense enfrentamento da homofobia

<sup>107</sup> Importante considerar que, posteriormente, o termo “pederasta” seriam assemelhado a “homossexual”, perdendo grande parte de sua conotação pedofílica mas mantendo seu caráter pejorativo. Referências à “pederastia” são muito vistas na seção 3.3 por parte de Edir Macedo e R. R. Soares, porém não seria possível afirmar com certeza que a utilização desses termos por esses bispos seriam referência à pedofilia ou somente uma forma pejorativa de falar de homossexuais.

mascara um “aliciamento”, um desvirtuamento das crianças (LEITE, 2019, p. 130-131).

A mobilização da defesa da infância é, geralmente, um discurso forte. Nesse sentido, Holzscheiter (2010) fala da construção do discurso da infância de maneira a encaixá-la como um “não-adulto”, um ser em vulnerabilidade – por este estar em desenvolvimento e em processo de aprendizado primário – o qual necessita ser protegido de ameaças externas. Uma parte desse discurso envolve a transformação da criança como uma continuação do adulto, um apêndice, uma parte de si que, quando sob ameaça, representa uma ameaça ao adulto também. Sobre esse ponto, relembro a fala de Ahmed sobre o medo como a sensação de vulnerabilidade.

[...] a vulnerabilidade envolve um tipo particular de relação corporal com o mundo, em que a própria abertura é lida como um local de perigo potencial e como uma ação evasiva exigente. [...] O medo envolve interpretar essas aberturas como perigosas; a abertura do corpo para o mundo envolve uma sensação de perigo, que é antecipada como uma dor ou lesão futura (AHMED, 2014, p. 69).

A visão de que estar vulnerável ao mundo é algo a se temer envolveria, nesse sentido, encarar a vulnerabilidade associada à infância como um constante medo de que algo ameace a existência do infante – seja essa existência, como afirma a autora, física ou de seu modo de vida (*ibid.*, p. 64). Não é surpresa que, nesse contexto, conservadores utilizem a infância, esse elemento vulnerável que precisa ser protegido, como meio discursivo para defender projetos que coloquem obstáculos a direitos sexuais e reprodutivos. Sendo a criança um prolongamento da existência do adulto – envolvendo esse prolongamento também valores e modos de vida defendidos pelos adultos – o discurso da proteção da infância contra ameaças como a homossexualidade acaba se tornando forte.

Foi esse discurso que permeou toda a discussão em torno do “kit-gay”, seja em 2011 ou em 2018, e de inúmeras *fake news* que se alastraram no período eleitoral, as quais denunciavam a ideia que Haddad obrigaria as escolas a ensinar que todos são *gays*, ou que fariam “meninos beijar meninos e meninas beijar meninas” (POLICARPO et al., 2018). Ressalto as ações de Malafaia quanto a isso, o qual repetidamente apropriou-se dessa retórica.

O pastor Silas Malafaia também é autor de um vídeo no qual Bolsonaro afirma que Haddad é o pai do “kit gay”. Apenas essa publicação teve mais de 210 mil visualizações em cerca de 24 horas e quase 7,5 mil compartilhamentos. Malafaia é um tuiteiro contumaz sobre o kit: desde 1º de outubro, o pastor fez 15 postagens

sobre o “kit gay” – média de um tuíte por dia –, todas associadas ao candidato do PT (POLICARPO et al., 2018).

Diversas lideranças evangélicas reafirmaram esse discurso em sua justificativa para o apoio e voto em Bolsonaro, associando-a à “ideologia de gênero”. Por exemplo, Robson Rodvalho, bispo da Igreja Sara Nossa Terra, disse que “há uma unanimidade de que o Bolsonaro foi o único que empunhou a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”<sup>108</sup>. Já Edir Macedo afirmou que “os professores estão instruindo (os alunos): ‘olha, você tem direito de escolher ser menina se você é menino. Ou você, menina, pode escolher ser menino’. É isso que estamos vendo nas escolas” (MACHADO; FRANCO, 2018). A igreja de Macedo, que possui um vínculo direto com o Republicanos (ex-PRB), também utilizou da retórica para manifestar aos fiéis porque estes deveriam votar em Bolsonaro, mesmo que tudo tenha sido feito implicitamente.

No dia seguinte à declaração de apoio do bispo Edir Macedo ao presidenciável Jair Bolsonaro (PSL), um culto neste domingo na sede da Igreja Universal do Reino de Deus em Brasília exibiu vídeo contra o “kit gay” - termo usado pelo candidato do PSL para o projeto Escola sem Homofobia, vetado pelo governo federal em 2011. Bolsonaro não foi citado, nem seu virtual adversário no segundo turno, Fernando Haddad (PT), ex-ministro da Educação. O material de orientação sexual era atribuído ao Ministério da Educação na gravação apócrifa que reunia depoimentos de supostos professores e alunos, além de trechos de reportagens da TV Record com parlamentares, religiosos e especialistas. “Acredito que não é esse o Brasil que você quer”, disse um pastor aos fiéis. Após a gravação, os fiéis oraram pelo Congresso para “expulsar o demônio do parlamento” e “amarrar projetos de lei diabólicos”<sup>109</sup>.

De todas as lideranças evangélicas que declararam apoio a Bolsonaro, reafirmo a posição de Malafaia como um dos principais nomes e defensores da candidatura do capitão em 2018 (MELO, 2020, p. 947). Como afirmou, “esse cara (Bolsonaro) tem gana de melhorar o Brasil, temos que dar um basta a essa gente que roubou durante 13 anos. Bolsonaro é a favor dos valores de família, é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola, que toda a esquerda quer” (MACHADO; FRANCO, 2018). Ao longo de toda a campanha, utilizou suas redes sociais para apoiar o candidato em publicações e vídeos que alcançavam de

<sup>108</sup> BOLSONARO recebe apoio de líderes evangélicos. **Estadão de Minas**, 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/01/interna\\_politica,993227/bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/01/interna_politica,993227/bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos.shtml). Acesso em: 01/12/2021.

<sup>109</sup> *Ibid.*

milhares a milhões de visualizações, como em seu vídeo “Por que você deve votar em Bolsonaro?”, a qual ultrapassou 300 mil visualizações no Youtube (MELO, 2020, p. 952). Nesse vídeo em questão, o pastor repete o discurso da ideologia de gênero, resumido em “ser contra a erotização de crianças” e “a favor da vida” (nesse contexto, ser contra o aborto) (*ibid.*, p. 951-962).

Sabendo a posição dessas lideranças evangélicas, questiona-se se seu principal público de apelo – ou seja, os fiéis de sua igreja ou que acompanham o trabalho do pastor – compartilhavam dessas mesmas ideias. Embora seja difícil aglutinar todos os evangélicos em uma amálgama homogênea que pensa igual, algumas pesquisas de opinião com esse grupo, principalmente pentecostal/neopentecostal, mostraram uma consonância com essas opiniões. Abaixo, algumas delas.

A empresária Sarah, da igreja Sara Nossa terra, explica seu voto com três fatores: questões comportamentais, a recente crise econômica e um desejo de “ordem” social. “Para decidir meu voto, entrei em oração e escutei a Deus. Fiquei pensando no país que quero para o meu filho de nove anos. Não quero que ele aprenda sobre sexo na escola”, diz ela. Do outro lado da cidade, em Itaquera (zona leste paulistana), o comerciante Agnaldo Floriz, de 40 anos, fiel da pequena Igreja Palavra da Vida Eterna, cita outro argumento que pesou: uma notícia falsa que recebeu pelo WhatsApp, mas que acreditou ser verdadeira. “Você sabe que o Haddad prometeu distribuir mamadeira em formato de pênis para as crianças<sup>110</sup>?”. Ao lado, o vendedor Renato Rodrigues, de 38 anos, defende sua opção de voto: “Bolsonaro tem padrão cristão, de respeito à família. Ele não quer induzir o homem a ser mulher. Vou seguir meus líderes, (o pastor Silas) Malafaia e (o deputado federal) Marco Feliciano” (MACHADO; FRANCO, 2018).

Uma enquete feita pela empresa de pesquisa Behup registrou expressões de apoio em frases como: – Que o Bolsonaro... não permita a aprovação de leis que sejam contra a moral e os valores cristãos. / – O PT defende legalizar o aborto [...]. Espero que o Bolsonaro, sendo eleito, não deixe mais que a opinião da minoria se sobreponha à da maioria. / – Espero que no governo dele acabe com essa história de ideologia de gênero nas escolas, para os nossos filhos não terem que aprender que ser menino ou menina é uma escolha (SPYER, 2020, p. 198).

---

<sup>110</sup> Referência à *fake news* que afirmava que, caso eleito, Haddad distribuiria mamadeiras em que a ponta possuía um formato fálico, semelhante a um pênis. Para ver mais: BORDALO, J. M. #Verificamos: PT e Haddad não estão distribuindo mamadeira em formato de pênis para crianças. **Piauí**, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/10/20/verificamos-haddad-mamadeira-penis/>. Acesso em: 01/12/2021.

Esse encontro de opiniões não implica que pastores e líderes evangélicos “definiram” o voto de seus fiéis em Bolsonaro<sup>111</sup>. Como já afirmado, trata-se de um movimento circular, em que fiéis e pastores se influenciam em seus encontros e, a partir dessas relações, afetos em torno da “ideologia de gênero” são estruturados. Na circulação desses afetos, Bolsonaro aglutina, na visão de grande parte de pastores e fiéis, uma imagem de salvação, de alívio em meio ao terror (de origem petista e de esquerda) de uma constante ameaça à família, aos valores tradicionais e à integridade (seja do corpo ou da mente) de crianças (sendo elas nascidas ou não). Bolsonaro é a resposta ao medo, uma salvação – até mesmo divina – a essa constante sensação de vulnerabilidade e ameaça (essa angústia) derivada, em parte, pelo avanço de direitos às mulheres e pessoas LGBT+ no Brasil. Seu nome não seria Messias à toa, como o próprio já mencionou: “Eu sou o Messias”<sup>112</sup>.

Esse caráter messiânico de Bolsonaro será impulsionado, principalmente, após o episódio da “facada”, no dia 6 de Setembro em Juiz de Fora, MG. Em campanha na cidade, o capitão sofre um atentado e recebe uma facada na região abdominal. O autor do atentado fora Adélio Bispo, foi filiado ao PSOL até 2014, o que fora usado pela campanha de Bolsonaro, apropriando-se da amálgama “PSOL-PT-esquerda” para associar o autor da facada ao partido, com o objetivo de demonizar o último. Como afirmam Dias e Fernandes, “para a direita, o episódio não passaria de uma tentativa da esquerda, quase sempre identificada com o petismo, de eliminar diretamente a ameaça representada pelo candidato Bolsonaro nas eleições” (DIAS; FERNANDES, 2020, p. 487). As autoras observam que o episódio auxiliou na construção da imagem de Bolsonaro enquanto um mártir, um herói que sofrera um golpe na luta do Bem contra o Mal (*ibid.*, p. 486).

Um último acontecimento das eleições de 2018 o qual é pertinente mencionar foram as inúmeras manifestações que ocorreram no dia 29 de Setembro contra Bolsonaro, chamadas de “Ele Não”. As manifestações surgiram de maneira orgânica: mulheres se reuniram em uma página no Facebook chamada “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, que em poucas semanas atingiu 2 milhões de seguidores, tendo se destrinchado, posteriormente, em páginas regionais.

---

<sup>111</sup> Uma nota deve ser feita em relação ao voto em deputados e parlamentares. É comum que os fiéis optem por votar nas candidaturas oficiais das Igrejas (como dito por (ALBANO, 2018; AVELAR, 2021; FERREIRA; FUKS, 2021; FRESTON, 2019). Nesse cenário, Albano (2018) realiza entrevistas com alguns pentecostais, os quais falam das recomendações das Igrejas e da influência delas em seus votos. Como afirmou uma entrevistada “A gente sempre vota nos [candidatos a deputado] da igreja, que são cristãos — diz Heloisa Silva Santos. — Eles [da igreja] falam quem é, e a gente vota se quiser também, não é obrigado, não.”

<sup>112</sup> Fala dita na cerimônia de filiação ao PSL, em março de 2018. Se refere ao seu nome completo: Jair Messias Bolsonaro. ARIAS, J. Por que a liturgia bélico-religiosa de Bolsonaro me dá calafrios. *El País*, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/opinion/1520605105\\_073408.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/opinion/1520605105_073408.html). Acesso em: 01/12/2021.

O uso da *hashtag* #EleNão foi a marca e o lema do movimento, referindo-se à oposição à eleição de Bolsonaro. Mais de 1,6 milhão de menções (a favor ou contra) foram feitas no Twitter com a *hashtag* e, com a força que o movimento tomou, manifestações foram convocadas como forma de protesto a “declarações machistas, racistas, homofóbicas e misóginas, proferidas durante o decurso de sua campanha eleitoral” (SILVA, 2021, p. 21). Sobre o movimento, Pinheiro-Machado (2019, p. 172) destaca seu caráter horizontal e apartidário, tendo surgido de maneira espontânea por mulheres as quais reagiam à postura hostil do candidato em relação a inúmeros temas, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos. Como afirma a autora, “#EleNão não foi uma simples *hashtag*, mas um movimento extraordinário de base, difuso e microscópico, que ao mesmo tempo organiza um ato político e serve de ponto de convergência para outras manifestações de mulheres, on-line e face a face” (*ibid.*).

O movimento, que colocou milhões de brasileiras e brasileiros nas ruas, logo gerou uma reação de apoiadores de Bolsonaro, intitulada #EleSim. O teor do movimento baseou-se, principalmente, em um “resposta” às alegações feitas pelo #EleNão, evocando os fantasmas relacionados a pautas feministas com a finalidade de deslegitimar o movimento.

A estratégia dos apoiadores de Jair Bolsonaro de enfatizar a correlação do feminismo com o movimento não foi feita de forma fortuita, mas sim com o intuito de ativar, na memória do coletivo, pautas que o movimento feminista defende e que são vistas, ainda, com rejeição dentro da sociedade brasileira conservadora, como, por exemplo, a legalização do aborto, as liberdades sexuais, entre outras. Seguindo essa estratégia, não demorou muito para que a dicotomia mulheres de direita versus mulheres de esquerda tivessem sido implantada no centro das discussões, instigando a rivalidade e buscando minar a ideia de que o movimento representaria a opinião pública de todas as mulheres (SILVA, 2021, p. 25).

Diversas *fake news* foram propagandeadas à época em grupos bolsonaristas sobre o movimento. Em uma delas, por exemplo, o criador do movimento seria um professor de música condenado por pedofilia<sup>113</sup>. Outras afirmaram que o movimento havia sido pequeno, e que a grande mídia teria utilizado fotos de blocos de carnaval como se fosse da

---

<sup>113</sup> NETTO, P. R. Boato falso cita condenado por pedofilia em ataque ao movimento #EleNão. **Estadão**, 2019. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/boato-falso-cita-condenado-por-pedofilia-em-ataque-ao-movimento-elena/>. Acesso em: 01/12/2021.

manifestação<sup>114</sup>. Mas a principal delas foi a que Pinheiro-Machado nomeou de “Ditadura da Baranga”, baranga significando, no caso, uma mulher feia, mas de uma forma extremamente pejorativa.

Pinheiro-Machado (2019, p. 153–156) afirma que um estereótipo comum utilizado por grupos pró-Bolsonaro é a comparação de feministas a mulheres feias, que aqui se confunde com “pouco femininas” ou que fogem a padrões de beleza sociais. Como discorre,

Eduardo Bolsonaro [filho do presidente e deputado federal atualmente] [...] declarou em 2018 que as mulheres de esquerda são feias, pouco higiênicas e têm cabelo no sovaco. [...] As postagens de um grupo fechado [no Facebook] são fixadas em mostrar mulheres negras e gordas antibolsonaro, sejam cis ou trans, como sinônimos de algo abjeto, sujo e depravado. Alguns comentários: “Tirem essa aberração da rede social isso faz mal às famílias brasileiras repetindo isso veio do inferno 666” [sic] ou “Ela é feita de bosta? Não ver o tamanho dela e a cara de suja, não tem aspectos de limpa. Mulher suja #ElaNuncaVaiNosRepresentar, mulher de direita é limpa e educada” [sic]” (*ibid.*, p. 154).

De acordo com Pinheiro-Machado, não era incomum ver comentários como esse em grupos bolsonaristas, especialmente vindo de homens os quais expressavam, entre outras coisas, um completo *nojo* pelas mulheres antibolsonaristas e feministas apresentadas. Esse nojo é bem representado por um medo, o “medo da Ditadura da Baranga”. Nessa ideia, o feminismo, ao romper com os padrões de gênero e buscar por igualdade, romperia também com o feminino, associado ao cuidado pessoal com a aparência e com a higiene. Nessa “ditadura”, a igualdade de gênero levaria a uma sensação de desgosto generalizado em homens ao terem, agora, que aceitar (ou *engolir*) mulheres feias, as “barangas” (*ibid.*).

No entanto, na citação acima, os comentários no grupo fechado do Facebook foram feitos por mulheres. É importante sublinhar esse ponto, uma vez que mostra uma corrente de resistência e nojo também por parte de mulheres. Ainda, podemos refletir sobre as concepções de nojo de Ahmed, realizando uma associação entre o nojo dessas mulheres a um medo de, instaurada a “ditadura” da feiura, suas superfícies e seus “eus” sejam contaminados por essa ideologia.

---

<sup>114</sup> DO médium à tatuagem de Manuela: 10 maiores fake news da campanha no Brasil. **Diário de Notícias**, 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/as-10-maiores-fake-news-da-campanha-no-brasil-9947001.html>. Acesso em: 01/12/2021.

Essa associação entre medo e nojo, ou o “medo de ter nojo”, está relacionada a um sentimento de ansiedade relacionado ao nojo. Sendo o nojo uma “invasão do eu”, uma contaminação provocada por algo desgostoso (AHMED, 2014, p. 85), o que estaria em jogo seria um medo em ver avançar, junto às barangas, a desconstituição de um núcleo societário baseado na submissão feminina a essas normas de gênero, as quais remetem à religiosidade, à família e ao desejo masculino. O medo, no caso feminino, seria um medo de ser consumida por essa feiura, de que esta invada suas fronteiras e te contamine (*ibid.*). Sobre isso, analisando o papel da impureza na formulação de perigos, a antropóloga Mary Douglas afirma que

[...] a impureza é uma construção social que representa um perigo capaz de desorganizar um sistema cultural ordenado. A saber, essas mulheres “sujas” (mas assustadoramente livres) são, em última instância, uma ameaça à família, à propriedade e ao patriarcado (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 154).

Aí estaria, para Pinheiro-Machado, a justificativa para o voto feminino em Bolsonaro a partir desse argumento da “baranga”.

O medo do feminismo aparece como uma obsessão, algo desnorteador que toca no âmago das táticas femininas que sempre foram importantes no mercado matrimonial. Além disso, parece-me que essa compreensão de feminismo como antifeminino também se mistura com a velha ameaça à família tradicional. [...] Não é de se estranhar que mulheres apoiem Bolsonaro: isso se insere dentro de um modelo padrão no qual a ameaça ao feminino e à mulher é um fato histórico que deriva de um lado de uma projeção distorcida e colonizada da beleza da mulher e, de outro, do conservadorismo patriarcal e religioso que controla os corpos e o desejo das mulheres (*ibid.*, p. 155-156).

Dessa forma, o movimento #EleNão e a resposta #EleSim nos mostram a mobilização de temáticas feministas nas eleições de 2018. Nesse sentido, é importante ressaltar a mobilização de cantores evangélicos/gospel em defesa de Bolsonaro e em resposta à mobilização de artistas contra o capitão. Após um vídeo da cantora Daniela Mercury a favor do #EleNão, uma série de cantores e celebridades evangélicas afirmaram seu apoio ao Messias, incentivando seu público – majoritariamente evangélico – a fazer o mesmo<sup>115</sup>. No WhatsApp, referências ao #EleSim se transformaram em vídeos que defendem Bolsonaro a

---

<sup>115</sup> CHAGAS, T. Artistas evangélicos se mobilizam em apoio a Bolsonaro; Eyshila compartilha #EleSim. **Gospel Mais**, 2018. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/artistas-evangelicos-apoio-bolsonaro-elesim-102895.html>. Acesso em: 01/12/2021.

partir de uma paródia de “Let It Be”, dos Beatles, que virou “ele sim”. Como afirma a música: “Dos céus, Deus ordenou ao mito: filho, levanta-te, pois estou contigo. Já dei ordens aos meus anjos sobre ti” e “Derramo em ti a unção da vitória, a mesma que em Davi”<sup>116</sup>. Por fim, importante ressaltar a reflexão do presidente da Confederação de Conselhos de Pastores do Brasil, Robson Rodovalho, sobre os protestos: “as manifestações conseguiram aglutinar todos os evangélicos em torno de Bolsonaro”<sup>117</sup>. Pouco se pode afirmar sobre essa última afirmação, mas é possível declarar que houve uma reação, de cunho conservador e religioso, ao #EleNão.

Nesse capítulo, discorri, principalmente, sobre dois acontecimentos muito importantes para as eleições de 2018, especialmente no que se refere à campanha de Bolsonaro contra Haddad. Utilizando-se de argumentos relacionados à ideologia de gênero, à sexualização de crianças e pedofilia, ao feminismo e, principalmente, ao medo, presente em toda a argumentação bolsonarista. Como visto, esses argumentos foram essenciais para a criação de uma atmosfera favorável ao apoio de evangélicos a Bolsonaro, seja de lideranças e pastores, seja dos fiéis. De fato, podemos observar que essa atmosfera foi muito importante para a vitória do capitão, como afirmou uma pesquisa realizada três dias antes das eleições pelo Datafolha, a qual afirmava que cerca de 70% de evangélicos votariam em Bolsonaro, o que lhe garantiria uma diferença de mais de 11 milhões de votos em relação a Haddad (NICOLAU, 2020, p. 72–73; SPYER, 2020, p. 185). E Bolsonaro reconheceu ela.

Ao longo de toda a sua campanha, o candidato se apropriou do imaginário evangélico a fim de se aproximar ainda mais desse público. Como conta Spyer, o processo de construção de um Bolsonaro evangélico perpassou, também, por um aceno cada vez mais forte do capitão às igrejas, um “nascer de novo”. Em seu discurso de posse, ele não poupou referências a Deus além de reafirmar suas principais promessas de campanha: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas”<sup>118</sup>. Também após as eleições, realizou visitas a igrejas e escolheu parlamentares e assessores associados à FPE, como Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e

<sup>116</sup> VÍDEOS de evangélicos na web alimentam tom de adoração a Bolsonaro. **Estado de Minas**, 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/04/interna\\_politica,994140/videos-de-evangelicos-na-web-alimentam-tom-de-adoracao-a-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/04/interna_politica,994140/videos-de-evangelicos-na-web-alimentam-tom-de-adoracao-a-bolsonaro.shtml). Acesso em: 01/12/2021.

<sup>117</sup> GONÇALVES, E. A Trincheira da Fé. **Revista Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-trincheira-da-fe/>. Acesso em: 01/12/2021.

<sup>118</sup> LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 01/12/2021.

que, em uma de suas primeiras falas, enfatizou: “o Estado é laico, mas essa ministra é *terrivelmente* cristã”<sup>119</sup>. Menciono aqui uma das idas de Bolsonaro, dois dias após as eleições, à Assembleia de Deus Vitória em Cristo, onde ouviu o discurso de Malafaia.

Deus escolheu as coisas loucas para confundir as sábias. Deus escolheu as coisas fracas para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor; as desprezíveis, que podem ser descartadas; as que não são, que ninguém dá importância, para confundir as que são, para que nenhuma carne se glorie diante d’Ele. É por isso que Deus te escolheu (LOPES, 2018).

Um efeito cômico é gerado nesse discurso: ao elencar as inúmeras coisas que seriam escolhidas por Deus para confundir os cristãos, o pastor afirma que Bolsonaro seria uma delas. Seja um erro da euforia do momento ou um ato falho, não posso deixar de notar o presságio que fora profetizado por Malafaia nesse momento.

---

<sup>119</sup> VIVAS, F. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 01/12/2021.

## 6 Conclusão: no Juízo Final

O inferno são os outros.

(Jean Paul Sartre, “Entre Quatro Paredes”)

No dia 7 de Setembro de 2021, centenas de atos a favor de Bolsonaro emergem nas ruas de capitais brasileiras e cidades médias. O dia não é coincidência: o dia da Independência do Brasil seria, para os apoiadores de Bolsonaro, o dia da libertação do país contra um Congresso ganancioso e um STF autoritário. Diversas foram as razões para a convocação desses atos: após uma gestão “indecente” da pandemia de Covid-19, a qual ceifou a vida de mais de 600 mil brasileiros, uma CPI fora instaurada para averiguar irregularidades na condução e gestão federal sobre a pandemia. Um livro poderia ser falado sobre essa comissão, mas o que podemos dizer é que o cerco se fechava contra Bolsonaro. Os atos seriam, nesse sentido, uma forma de reanimar sua base eleitoral e responder – de modo autoritário, ou flertando com o autoritarismo – a esses “ataques” judiciários.

Dois anos se passaram desde as eleições de Bolsonaro em 2018 e, depois de inúmeras controvérsias envolvendo o governo<sup>120</sup>, lideranças evangélicas estavam junto ao palanque do capitão, ou nas redes sociais declarando seu apoio e incentivando a seus público a participar dos atos<sup>121</sup>. Junto a Malafaia, também apoiaram os atos Cláudio Duarte (Projeto Recomeçar), Renê Terra Nova (M12), Samuel Câmara (Assembleia de Deus em Belém), César Augusto (Fonte da Vida), Silas Malafaia (Vitória em Cristo) e Estevam Hernandes (Renascer em Cristo), além de inúmeros outros pastores da Assembleia de Deus Madureira-Brás, Igreja Sara Nossa Terra e Ministério de Belém. Em seu discurso em São Paulo, ao lado de seus aliados, o presidente reitera: “hoje nós temos um presidente da República que acredita em Deus, que respeita os seus militares, que defende a família, e deve lealdade ao seu povo”<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> Coloco, aqui, as retrospectivas do primeiro e do segundo ano de governo Bolsonaro, que dão um panorama geral das polêmicas envolvendo seu governo. Primeiro: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Segundo:

<https://g1.globo.com/retrospectiva/2020/noticia/2020/12/11/retrospectiva-2020-o-ano-no-executivo.ghtml>).

<sup>121</sup> FRAZÃO, F. Evangélicos mostram fidelidade a Bolsonaro e convocam fiéis para atos de 7 de setembro. **UOL Política**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/08/30/evangelicos-mostram-fidelidade-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 01/12/2021.

<sup>122</sup> LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01/12/2021.

Apesar desse cenário, ressalto o movimento crescente de evangélicos rejeitando o governo Bolsonaro: de 44% de apoio em janeiro de 2021, o presidente passou para 36% com esse grupo em novembro do mesmo ano, enquanto sua rejeição aumentou de 28% a 31% - um aumento tímido, mas que mostra um movimento emergente de ruptura com o capitão. Ainda assim, depois de *tudo*, é incrível que parte dos evangélicos se mantenha como grupo de apoio bolsonarista (e veja que não estamos falando de “votar em Bolsonaro caso seja contra o PT no segundo turno” ou “apoiar Bolsonaro por falta de opção” – estamos falando de avaliação de governo). Fonseca resume o que quero dizer com “tudo”:

Em 2021, o Brasil enfrenta desemprego em alta; fome; inflação; armamento em massa; perseguição política de ativistas; colapso do sistema de saúde; genocídio da sua população, com mais de 460 mil mortes e média diária de quase 2 mil; negacionismo e anticientificismo como estratégia do governo federal, que desde o início da gestão bolsonarista ataca as universidades e a produção do conhecimento científico. Durante a pandemia, Bolsonaro negou a gravidade do coronavírus, sabotou as medidas de distanciamento e isolamento social, incentivou o uso de remédios cientificamente comprovados como ineficazes para o combate da Covid-19 e desestimulou a vacinação (FONSECA, 2021).

Apenas o argumento de que Bolsonaro teria feito acenos aos evangélicos não é suficiente para justificar por completo o apoio, ainda presente, de parte do eleitorado evangélico. Também é apenas uma parte da resposta para o porquê de Bolsonaro ter angariado quase 70% de apoio desse grupo nas eleições. Nesse ponto, compartilho a observação de Simony dos Anjos, da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, sobre as entrevistas que realizou com fiéis do porquê estavam, em 2018, votando no presidente.

A ideia polarizada de “nós x eles” narrada por Simony e o medo do avanço de políticas voltadas para o fortalecimento dos direitos humanos de grupos socialmente subalternizados se consolidaram. Um suposto perigo comunista, feminista e a uma improvável doutrinação LGBTQI+ nas escolas (traduzida na “ideologia de gênero”) se tornaram inimigos comuns dos “cidadãos de bem” e da “família”. As narrativas bélicas (“guerra santa”) e de culpa (“*medo de ir para o inferno*”) foram apontadas nas entrevistas como as principais responsáveis pelo “exército de evangélicos na luta por votos” nas eleições de 2018. “[...] Bolsonaro se apropriou dessas narrativas e se tornou o representante na terra que irá lutar contra a homossexualidade, as drogas, a ideologia de gênero. Ele soube conversar com o medo das pessoas” (*ibid.*).

Nessa monografia, percorri um dos caminhos possíveis para explicar o apoio evangélico a Bolsonaro em 2018, propondo uma análise histórica, a qual decorre da Constituinte às eleições que o elegeram, que analisa o papel do *medo* na formulação de uma identidade evangélica que vota massivamente no capitão. Esse medo, no caso, se direcionaria a ansiedades em relação ao avanço e à demanda por direitos sexuais e reprodutivos, defendidos, principalmente, por grupos feministas e LGBTQ+. Para realizar essa análise, utilizei como lente teórica a ideia da circulação econômica de emoções de Ahmed, a qual afirma que as relações que estabelecemos com os objetos moldam as superfícies deles, grudando a eles significantes a partir delas. Esses significantes (como “amedrontador”, “nojento” etc.) envolvem não apenas o contato entre um sujeito e um objeto, mas um histórico de relações e o próprio contexto do encontro que leva a associação do objeto a esses significantes.

A partir dessa teoria, observei discursos de lideranças e fiéis evangélicos e suas relações com o objeto “direitos sexuais e reprodutivos”, a qual foi majoritariamente uma reação de *medo*: medo da destruição da família, da corrupção de valores cristãos, da sexualização e eliminação de crianças e, por fim, do triunfo de uma moral mundana sobre o Brasil. Como fora visto, essas ansiedades permitiram que esses direitos – nomeados posteriormente de “ideologia de gênero” – e seus defensores fossem grudados a significantes como “pedofilia”, “depravação moral”, “sodomia”, “assassinato de crianças”, “fim da família e da religião”, “esquerdismo”, “comunismo”, “petismo”, “corrupção”, “perseguição”, “demônio”, “Mal”, “Diabo”.

Um processo que iniciara desde a Constituição até o governo Bolsonaro segregou, em um lado, o Mal e o fim da família; e do outro, o Bem e a vitória de Deus. Feministas e ativistas LGBTQ+ (ou até mesmo não-ativistas LGBTQ+) foram identificados como o Maligno, como detentores de um plano para destruir a família e provocar o caos e o inferno na Terra. Concomitantemente, Bolsonaro, em um processo que se iniciou, principalmente, após o episódio da ESH, aglutinou categorias de messianismo e heroísmo frente a esse Mal, em um maniqueísmo que se assemelha à luta de Deus e Diabo pelo domínio do mundo. Bolsonaro venceria as forças de Satã e conquistaria o Brasil, outrora empestado de demônios, para Cristo (e para as Igrejas também).

Por trás de todo esse processo de demonização e de denúncia da ideologia de gênero, ressaltei a importância do medo nesses discursos a partir da análise de falas de lideranças

evangélicas, parlamentares da FPE e fiéis, os quais enfatizaram suas ansiedades e angústias em relação a esse monstro moral, que seria responsável por tantos significados. Seria, como diz Ahmed, um medo de ter sua vida (seja física ou simbólica, seu estilo de vida) ameaçada e corrompida por esse outro – no caso, um verdadeiro demônio que possuiria tudo e todos que tocasse. Esse outro, demonizado e moldado a partir de uma série de significados, deveria ser contido e exorcizado do país, e essa foi a promessa do capitão. Assim, uma atmosfera de medo permitiu a emergência de uma coletividade evangélica que vota massivamente em Bolsonaro. Termino, dessa forma, com a famosa e clichê frase de Sartre, a qual creio resumir toda essa alteridade pentecostal: “o inferno são os outros”.

## 7 Bibliografia

AHMED, S. **The Cultural Politics of Emotion**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

ALBANO, M. Evangélicos que votam em Bolsonaro dizem que pastor não influenciou decisão. **BuzzFeed News**, 2018. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/mauroalbano/evangelicos-que-votam-em-bolsonaro-dizem-que-pastor-nao>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ALMEIDA, R. DE. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019a.

ALMEIDA, R. DE. Deus Acima de Todos. In: **Democracia em Risco?** 22 Ensaaios sobre o Brasil Hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b. p. 35–51.

ANTERONE, A. Pastor prega Voto em Evangélico contra “Raça Gay”. **Folha de São Paulo**, 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2909200237.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ÁPYUS, M. O momento em que Jair Bolsonaro virou um fenômeno eleitoral. **Jornalismo Arte**, 2020. Disponível em: <<https://www.jornalismo.art/jair-bolsonaro-fenomeno-eleitoral/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVELAR, I. **Eles em Nós: Retórica e Antagonismo Político no Brasil do Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BERNARDON, D. **O Reconhecimento das Uniões Homoafetivas: da Evolução às Posteriores Controvérsias Jurídicas**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2013.

BEZERRA, M. O.; MOURA, G. DA S. Entidades evangélicas e o combate à corrupção no Brasil (2012-2018). **Religião e Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 183–208, 2021.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. Nova York: Routledge, 2011.

CAMPANA, M.; MISKOLCI, R. “Ideologia de Gênero”: Notas para a Genealogia de um Pânico Moral Contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 573–591, 2017.

CERDERA, C. P. **Por isso, Sem Temer foi sempre o Nosso Lema**”: “Ideologia De Gênero”, Organização e Resistência no Colégio Pedro II. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e III Luso-Brasileiro de Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2018

CLÉMENT, M.; SANGAR, E. Introduction: Methodological Challenges and Opportunities for the Study of Emotions. In: **Researching Emotions in International Relations**. Cham: Palgrave Macmillian, 2018.

CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas Antigenéero en América Latina: Brasil** - ¿La Catástrofe Perfecta? Rio de Janeiro: Obsrvatório de Sexualidad y Política, 2020.

DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma Cidade Sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, L. M.; FERNANDES, C. M. Campanha de Jair Bolsonaro para presidência em 2018: a construção do Mito Politico. **Eccom**, v. 11, n. 22, p. 477–488, 2020.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M. (Eds.). . **Afinal, que paz queremos?** Lavras: Editora UFLA, 2004. p. 45–70.

DIP, A. **Em Nome de Quem?** A Bancada Evangélica e seu Projeto de Poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, I. D. L.; ALCANTARA, N. S. DE A. Eleições 2018: a relação entre fake news e os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. **Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública**. Disponível em: <<http://www.cpop.ufpr.br/portal/eleicoes-2018-a-relacao-entre-fake-news-e-os-candidatos-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1–27, 2021.

FINCO, N. Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo. **Revista Época**, 2017. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FONSECA, A. B. **Pluralismo Religioso e Relação Religião-Estado: Uma Análise da Presença Evangélica no Legislativo Federal.** XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Londrina: [s.n.].

FONSECA, I. “Deus acima de todos” – o avanço do Estado Teocrático no governo Bolsonaro. **Catarinas**, 2021. Disponível em: <<https://catarinas.info/deus-acima-de-todos-o-avanco-do-estado-teocratico-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FRESTON, P. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético.** Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

FRESTON, P. Evangelicals and the Secular State in Brazilian Politics: Current Controversies in Perspective. In: MILLER, E.; MORGAN, R. J. (Eds.). . **Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First Century: an Inside and Outside Look.** Nova York: Palgrave Macmillan e Cham, 2019. v. 41p. 109–119.

GALLAGHER, S. What Is Phenomenology? In: **Phenomenology.** Londres: Palgrave Macmillan, 2012. p. 7–18.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do Plano Nacional De Políticas Para As Mulheres Ao “Machistério” De Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 753, 2019.

GONÇALVES, R. B. A Atuação de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). **Mandrágora**, v. 23, n. 2, p. 205, 2017.

GUIAME. Questão do ENEM seria indução à Ideologia de Gênero. **Guiame**, 2015. Disponível em: <<https://www.guiame.com.br/gospel/noticias/questao-do-enem-seria-inducao-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GURÃO, B. F.; TONUS, M. Eleições Presidenciais de 2014: Reflexões sobre o Capital Político e a Capitalização de Votos de Marina Silva. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 7, n. 12, p. 21, 2017.

HOGGETT, P.; THOMPSON, S. Introduction. In: **Politics and the Emotions: the Affective Turn in Contemporary Political Studies.** Nova York: Continuum International Publishing Group, 2012. p. 1–20.

HOLZSCHEITER, A. Discourses of Childhood – the ‘Communicative Ecology’ of the Child. In: **Children’s Rights in International Politics: The Transformative Power of Transnational Discourse**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

HUTCHISON, E. **Why Study Emotions in International Relations? E-IR**, 2018. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2018/03/08/why-study-emotions-in-international-relations/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

KARAWEJCZYK, M. Vamos Falar de ... Gênero? Um Debate necessário. **Revista do Lhiste**, v. 3, n. 5, p. 93–98, 2016.

KOSCHUT, S. et al. Discourse and Emotions in International Relations. **International Studies Review**, 2017.

LADYMAN, J. Scientific Realism. In: **Understanding Philosophy**. 1. ed. Londres: Routledge, 2002. p. 129–161.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, v. 32, n. ago. 2019, p. 119–142, 2019.

LOPES, G. E. G. **A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro (2018)**. 2º Encontro Internacional História & Parcerias. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <[LUNA, N. O Direito à Vida no Contexto do Aborto e da Pesquisa com Células-Tronco Embrionárias: Disputas de Agentes e Valores Religiosos em um Estado Laico. \*\*Religião e Sociedade\*\*, v. 33, n. 1, p. 71–97, 2013.](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186602/PPAU0156-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y%0Ahttp://journal.stainkudus.ac.id/index.php/equilibrium/article/view/1268/127%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a08%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j></a></p></div><div data-bbox=)

LUNA, N. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, n. Maio-Agosto de 2014, p. 83–109, 2014.

MACHADO, L.; FRANCO, L. Eleições 2018: os valores e “boatos” que conduzem evangélicos a Bolsonaro. **BBC News**, 2018. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

MALAFAIA, S. Governo coloca Ideologia de Gênero no Enem. **Canal de Silas Malafaia**, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x4HEOO6GS94>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MARANHÃO FILHO, E. M. DE A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65, 2019.

MARIANO, R. **Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MELO, M. S. DE S. Uma análise do aconselhamento “Por que você deve votar em Bolsonaro?”, do pastor Silas Malafaia, no canal do Youtube: produção e recepção de discursos nas redes sociais, sob a perspectiva semiolinguística. **Gragoatá**, v. 24, n. 50, p. 946–972, 2020.

MENDONÇA, C. M. C.; MENDONÇA, F. V. K. M. “Ô bicharada, toma cuidado: o Bolsonaro vai matar viado!” Cantos homofóbicos de torcidas de futebol como dispositivos discursivos das masculinidades. **Galáxia (São Paulo)**, v. 46, n. 1, p. 1–18, 2021.

MILLER, D. E.; YAMAMORI, T. Global Pentecostalism: An Emergent Force within World Christianity. In: **Global Pentecostalism: The New Face of Christian Social Engagement**. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 2007. p. 15–38.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à Direita: uma Radiografia da Eleição de Bolsonaro em 2018**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOGUEIRA, C. R. F. **O Diabo no Imaginário Cristão**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

OLIVEIRA, P. A. R. DE. Movimentos Carismáticos na América Latina: uma Visão Sociológica. **Cadernos do ISER**, v. Nov. 1975, n. 5, p. 36–48, 1975.

PACHECO, R. Para sustentar Temer, Bancada Evangélica usa Igrejas e Rebanhos em Meio ao Caos. **The Intercept**, 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/05/22/para-sustentar-temer-bancada-evangelica-usa-igrejas-e-rebanhos-em-meio-aos-caos/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PETERSON, V. S. Sexing Political Identities/Nationalism as Heterosexism. **International**

**Feminist Journal of Politics**, v. 1, n. 1, p. 34–65, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã Vai Ser Maior: O Que Aconteceu com o Brasil e Possíveis Rotas de Fuga para a Crise Atual**. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

POLICARPO, A. et al. A Eleição do “Kit Gay”. **Pública**, 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L. Em Nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

PRETES, É. A.; VIANNA, T. História da criminalização da homossexualidade no Brasil : da sodomia ao homossexualismo. In: **Iniciação Científica: Destaques 2007**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008. p. 572.

RECORD TV. “Aparelho excretor não reproduz”, responde Levy Fidelix em debate. **R7**, 2014. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/videos/aparelho-excretor-nao-reproduz-responde-levy-fidelix-em-debate-24112016>. Acesso em: 01/12/2021.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, v. 41, p. 31–47, 2019.

REDE BRASIL ATUAL. Para analistas franceses, Bolsonaro é ‘incapaz de construir um discurso coerente’. **Rede Brasil Atual**, 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/08/especialistas-franceses-bolsonaro-incapaz-de-construir-discurso-coerente/>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

ROCHA, C. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. **Revista TOMO**, n. 36, p. 43–78, 2020a.

ROCHA, C. O Boom das Novas Direitas Brasileiras: Financiamento ou Militância? In: **O Ódio como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil**. 3ª Reimpre ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020b. p. 47–52.

ROCHA, J. C. DE C. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil Pós-Político**. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROLIM, F. **Pentecostais no Brasil: uma Interpretação Sócio-Religiosa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

SÁ-SILVA, J. R.; SANTOS, M. E. M.; MARQUES, R. S. M. Ciência médica e pedofilia: saberes, discursos e representações sobre a pedofilia e o pedófilo descritos em livros de Medicina no período de 1910 a 1990. In: **A Discussão da Pedofilia no Campo da Educação**. Universidade Estadual do Maranhão: Editora Oikos, 2018. p. 59–81.

SAQUETTO, D. **A Invenção do Pastor Político: Imaginários de Poder Político** construídos a partir da História das Bancadas Evangélicas. [s.l.] Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

SCALA, J. **Ideologia de Gênero: o Neototalitarismo e a Morte da Família**. 1. ed. São Paulo: Editora Katechesis, 2011.

SEXUALITY POLICY WATCH. Aborto e Família: Árdios Debates em 2015. **Sexuality Policy Watch**, 2015. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/agosto-e-setembro-os-direitos-sexuais-e-reprodutivos-sob-ataque-no-brasil/5182>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, J. M. DE F. DA. O Movimento “#EleNão” E Seu Apagamento Discursivo Sob a Contranarrativa Do “#EleSim”. **Revista do GELNE**, v. 23, n. 23, p. 2021, 2021.

SOARES, A. S. F. A Homossexualidade e a AIDS no Imaginário de Revistas Semanais (1985-1990). **Fragmentum**, v. 29, n. Parte 1, p. 13–20, 2011.

SPYER, J. **Povo de Deus: Quem são os Evangélicos e por que eles Importam**. 1. ed. São Paulo: Editora Geração, 2020.

STORTO, L. J.; ZANARDI, R. C. Análise discursiva de Governo coloca ideologia de gênero no ENEM do pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e do ódio. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 19, n. 3, p. 383–400, 2019.

TAVARES, F.; AMORIM, D. Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu. **Revista Época**, 2017. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

TEIXEIRA, C. R. G. et al. **A repercussão da Queermuseu no Facebook: relevância e engajamento na fanpage do Movimento Brasil Livre (MBL)**. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Joinville: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018

TORRES, M. A. Os Significados da Homossexualidade no Discurso Moral-religioso da Igreja Católica em Condições Históricas e Contextuais Específicas. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2006, n. 1, p. 142–152, 2006.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: Força Política no Estado Laico Brasileiro. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, v. 16, n. 1, p. 581–609, 2013.

TREVISAN, J. B. **A Atuação Política Pentecostal em Confronto com o Movimento LGBT no Brasil Redemocratizado**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WATSON, K. Queer theory. **Group Analysis**, v. 38, n. 1, p. 67–81, 2005.

WEBER, M. Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. p. 279–418.

ZINET, C. Projeto de Lei prevê Prisão de Docente que falar sobre “Ideologia de Gênero”. **Educação Integral**, 2015. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.